



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Valéria Regina Ayres Motta

O POÉTICO NA ANÁLISE DO DISCURSO DE  
MICHEL PÊCHEUX

Campinas  
2018

**Valéria Regina Ayres Motta**

O POÉTICO NA ANÁLISE DO DISCURSO DE  
MICHEL PÊCHEUX

Tese apresentada ao Instituto de Estudos  
da Linguagem da Universidade Estadual  
de Campinas como parte dos requisitos  
exigidos para a obtenção do título de  
Doutora em Linguística

Orientadora: Professora Doutora Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA VALÉRIA  
REGINA AYRES MOTTA, E ORIENTADA PELA  
PROFA. DRA. CLAUDIA REGINA CASTELLANOS  
PFEIFFER

Campinas

2018

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

M858p Motta, Valéria Regina Ayres, 1972-  
O Poético na análise do discurso de Michel Pêcheux / Valéria Regina Ayres  
Motta. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Claudia Regina Castellanos Pfeiffer.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Estudos da Linguagem.

1. Pêcheux, Michel, 1938-1983. 2. Análise do Discurso. I. Castellanos  
Pefeiffer, Claudia Regina, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The Poetics on Michel Pêcheux's discourse analysis

**Palavras-chave em inglês:**

Michel Pêcheux

Discourse Analysis

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Doutora em Linguística

**Banca examinadora:**

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer [Orientador]

Lauro José Siqueira Baldini

Suzy Lagazzi

Vanise Medeiros

Maristela Cury Sarian

**Data de defesa:** 04-05-2018

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística



**BANCA EXAMINADORA:**

**Claudia Regina Castellanos Pfeiffer**

**Suzy Maria Lagazzi**

**Lauro José Siqueira Baldini**

**Vanise Gomes de Medeiros**

**Maristela Cury Sarian**

**IEL/UNICAMP  
2018**

**Ata da defesa, com as respectivas assinaturas dos membros da banca, encontra-se no SIGA - Sistema de Gestão Acadêmica.**

*Aos meus pais, Francisco e Célia.*

## AGRADECIMENTOS

Com as palavras sempre em falta, não conseguirei dizer justamente o quão fundamental foi a presença de tantas pessoas nesta aventura intelectual. Deixo então registrada minha gratidão na letra, que escreverá a importância de ter podido contar com

minha querida orientadora Cláudia Pfeiffer, com seu aceite, com sua orientação afetuosa e rigorosa. Com sua leitura ética. Com a força e a suavidade das/nas interlocuções que me desestabilizavam, mas nunca sem o apoio necessário para prosseguir.

o querido Lauro Baldini, sempre. Com sua leitura e escuta, únicas.

a querida Suzy Lagazzi. Com sua orientação no texto de tese fora de área e com a fina leitura de meu texto para a banca de qualificação. Com o aceite para integrar a banca de defesa desta tese.

as professoras Maristela Sarian e Vanise Medeiros. Com a disponibilidade que demonstraram para participar desta banca.

meu querido Guilherme Adorno. Com sua conversa cheia de afeto e bons olhares. Com o aceite para participar como suplente desta banca de defesa.

Ana Cláudia Ferreira Fernandes. Com a leitura generosa e instigante que fez de meu texto de qualificação de tese fora de área. Com seu aceite para membro suplente desta banca de defesa.

José Horta Nunes. Com a leitura atenta de meu texto de qualificação de tese fora de área e com a discussão fértil que promoveu sobre pontos importantes daquele texto.

Joelma, com a amizade e o aceite para participar como membro suplente desta banca de defesa tese.

as professoras Nina Leite e Maria Fausta. Com um breve, mas enriquecedor convívio que, ainda que restrito às aulas, continua reverberando.

Bruno Turra, meu querido amigo. Com tantas horas de seu precioso tempo de também doutorando, me indicando leituras, se dispondo a discussões sempre altas. Com suas broncas e traduções; com suas incontáveis releituras; com a revisão geral deste texto. Com sua amizade.

os parceiros do ainda inominável grupo de estudos, daquele iniciozinho mesmo: Léo Paiva, Thales Medeiros, Karine Medeiros, Patrícia Di Nizo, Aline Fernandes, Laise Diogo. Tanta

generosidade nesses queridos todos. Leo e Thales continuam sempre muito próximos, com cafés, diálogos e abraços por aí.

Maria Teresa De Lemos. Com a força de uma escuta e da palavra continue.

André marido. Com seus gestos delicados. Sempre amoroso e companheiro. Com sua leitura surpreendente e corajosa, feita de um lugar tão outro.

André filho. Com seu olhar terno e sua alma singela.

Vinícius. Com seu carinho desajeitado e suas sábias palavras.

minha irmã Cris e meu cunhado Raul. Com o que eu precisasse deles.

minha querida Maria Paula e meu querido Lalá. Com o cuidado e o amor que dispensaram a mim e ao neto em momentos tão diversos e tão fundamentais.

os funcionários do IEL. Com sua ajuda indispensável.

a CAPES, pelo financiamento da minha pesquisa durante quatro anos.

*Estou me dedicando agora ao mais urgente.  
Recomeçava. Mas pouco a pouco com outra  
intenção. Não mais a de ter sucesso, mas a de  
fracassar. Há uma nuance.*

*Malone*



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar o poético na Análise do Discurso de Michel Pêcheux. O estudo proposto situa-se no centro das discussões epistemológicas e segue a direção apontada por Michel Pêcheux em sua tomada de posição frente à História das Ciências, sustentada por uma visão da ciência enquanto historicidade. Por meio da construção de um arquivo de leitura constituído de textos de Michel Pêcheux (publicados entre 1967 e 1981 e alguns textos não publicados, arquivados no Fundo Michel Pêcheux), colocamo-nos atentas aos modos como o poético vai se construindo em determinados lugares na Análise do Discurso materialista. Tratou-se de reunir determinadas formulações enquanto recortes e estes recortes enquanto pequenas unidades discursivas e então, por meio de articulações intertextuais e interdiscursivas, foi possível ler, com Pêcheux, que lá onde o poético não estava em sua teorização, o narcisismo da estrutura rondava, determinando o estatuto do erro e da ambiguidade como da ordem do eliminável. Por outro lado, lá onde o poético irrompe, ele o faz em uma relação fundante com o equívoco e com o político, e essa irrupção afeta o real da história da disciplina da Análise do Discurso, passando a fazer parte das condições de produção do campo discursivo que, ao recusar o estruturalismo, (re)formula-se a partir do materialismo.

**Palavras-chave:** Michel Pêcheux, Análise do Discurso, Poético, Político, Equívoco.

## ABSTRACT

This study aims at investigating the poetics in the Discourse Analysis proposed by Michel Pêcheux. The proposed study stands within the framework of the epistemological discussions, following the position taken by Michel Pêcheux before the History of Science, supported by a view of science as historicity. Throughout the construction of a reading archive composed of Michel Pêcheux's texts (published from 1967 to 1983, and some unpublished ones archived at Fundo Michel Pêcheux), this study accounts to the ways the poetics has been constructed within certain places in the materialistic Discourse Analysis field. We gathered certain formulations as cutouts and these cutouts as small discursive units so that, supported by the intertextual and interdiscursive relation, it was possible to read with Pêcheux that: 1) where the poetics did not take place, the structural narcissism strolled, determining that the error and the ambiguity must be eliminated. 2) where the poetics irrupts, it does in a constitutive relation with the equivocal and the politics. Thus, the irruption of the poetics affects the real of Discourse Analysis discipline taking place in the production conditions of the discursive field since, by refusing the structuralism, it reformulates itself from the materialism field.

**Key-words:** Michel Pêcheux, Discourse Analysis, Poetics, Politics, Equivocal.

## RÉSUMÉ

Cette thèse a pour but d'examiner le poétique dans le cadre de l'Analyse du Discours de Michel Pêcheux. Notre étude est située au cœur des discussions épistémologiques et prend la direction établie par Michel Pêcheux lorsque sa prise de position face à l'Histoire des Sciences, soutenue par une conception de science en tant qu'historicité. À travers la construction d'une archive de lecture composée par des textes de Michel Pêcheux parus entre 1967 et 1981, et quelques autres inédits, archivés au Fond Michel Pêcheux, j'ai analysé la manière comment le poétique est construit dans quelques moments de l'Analyse du Discours matérialiste. Pour faire ça, on a recueilli certaines formulations en tant que fragments et ces fragments en tant qu'unités discursives et puis, au moyen des articulations intertextuelles et interdiscursives, il a été possible de lire avec Pêcheux que, dans sa théorisation, là où le poétique n'était pas, il y avait le narcissisme de la structure en déterminant le statut de l'erreur et de l'ambiguïté comme de l'ordre de l'éliminable. D'autre part, là où le poétique éclate, il le fait à partir d'un rapport dont l'équivoque et le politique sont indispensables ; cette irruption affecte le réel de l'histoire de la discipline de l'Analyse du Discours, en déviant part des conditions de production du champ discursif qui, en refusant le structuralisme, se (re)formule à partir du matérialisme.

**Mots clés :** Michel Pêcheux, Analyse du Discours, Poétique, Politique, Equivoque.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
Entrada .....	17
Uma direção possível .....	18
Experiências de linguagem .....	19
“Experimentação maciça dos equívocos do sentido com a matéria verbal” .....	20
Do erro e da falha .....	23
“Das profundezas fonológicas, morfológicas e sintáticas” .....	25
CAPÍTULO I HISTÓRIA, CIÊNCIA, ARQUIVO .....	30
1.1 A Ciência enquanto historicidade .....	30
1.2 Que se poderia compreender por ler o arquivo em uma perspectiva discursiva? .....	41
1.2.1 Este arquivo .....	44
CAPÍTULO II ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS CONJUNTURAS TEÓRICO- POLÍTICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO .....	50
2.1 Análise do Discurso francesa, dois nomes: Michel Pêcheux e Jean Dubois .....	52
2.2 Que se pode designar por estruturalismo? .....	61
2.2.1 O sentido não é conteúdo .....	65
2.2.2 Sujeito, Ideologia, Inconsciente .....	71
2.3 O narcisismo da estrutura .....	75
CAPÍTULO III O EFEITO DO POÉTICO NA DISCUSSÃO SOBRE A LÍNGUA(GEM), O SUJEITO, A HISTÓRIA .....	88
3.1 A coça do arquivo .....	90
3.2 A poesia desde as verdades de La Palice .....	92
3.3 A Poesia da Língua .....	99
3.3.1. O poético e a tese do Valor .....	103
3.3.2. Poesia e os universos discursivos .....	112
3.3.3 A poesia não (se) circunscreve .....	117
3.4 A irrupção (poética e política) do equívoco na história .....	119
E SOBRETUDO MUITOS PONTOS DE INTERROGAÇÃO .....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	129
Textos de Michel Pêcheux .....	129
Referências gerais .....	131

## INTRODUÇÃO

*Outra noite, foi no crepúsculo, mas bem depois do momento em que o sol tinha desaparecido. Houve um instante de luz mais forte, não sei por que, um minuto. Eu não via diretamente o mar. Via-o à minha frente em um vidro numa parede. Tive uma forte tentação de ir até lá, de ir ver.*  
Marguerite Duras

Peço licença para me autorizar a usar a primeira pessoa do singular neste texto, não desejando com isso apagar as vozes que me foram e são caras, mas, ao contrário, valorizar cada interlocução, gesto, movimento ou palavra que foi dita, ouvida, escrita, por mim e por aqueles que, de certa maneira, me constituem. Assim, a primeira pessoa do singular aqui empregada nada tem de individual, mas marca a condição de construção de uma autoria que vai na direção do desejo de (se) dizer – e isso não poderia se dar de outro modo, senão a partir do outro, do Outro. Portanto, o *Eu* aqui empregado é assumidamente imaginário, no sentido psicanalítico do termo – “Se não o fosse, se a sinceridade não fosse um desconhecimento, já não valeria a pena escrever, bastaria falar” (BARTHES, 2001, p. XVIII).

As questões que proponho aqui trabalhar tocam, talvez de outra forma, certos pontos já bastante conhecidos dos leitores de Michel Pêcheux. Este trabalho, assim pretendi, diz respeito aos modos como Michel Pêcheux tematiza a questão do poético em sua disciplina da Análise do Discurso, conversando com o que está posto em outros campos que tomam questões de língua, de sujeito e de história em suas problemáticas, ou seja, os campos da linguística, da história e da psicanálise. Mais especificamente, a questão que me interroga nesta pesquisa é o modo como o poético vai se construindo em determinados lugares no projeto da Análise do Discurso de M. Pêcheux.

Vale lembrar que a preocupação primordial de M. Pêcheux em meio às suas questões acerca das relações sociais referia-se à ligação entre discurso e prática política, sendo a ideologia a questão central de suas discussões. Nessa direção, no terreno materialista, a luta ideológica não é atribuída aos mal-entendidos semânticos, pois não há uma semântica universal. É mesmo no terreno da linguagem que a luta de classes é ideológica, uma vez que se trata de “uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história”. (PÊCHEUX, [1978] 2011, p. 273).

Notadamente, este filósofo materialista de “um pensamento forte” que “não produziu nem síntese, nem sistema, mas deslocamentos e questionamentos” (MALDIDIER, 2003, p. 15), que “pensa politicamente” (ORLANDI, 2011, p. 11), em meio às suas inúmeras

inquietações sobre a língua, o sujeito e a história, em sua disciplina da Análise do Discurso, discutiu o poético de modo singular, como tentarei mostrar.

M. Pêcheux, ao forjar sua disciplina no final da década de 1960, na França, intentava, de acordo com Paul Henry, “abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social” (HENRY, 2010, p. 12). Henry relembra que, naquela conjuntura teórica e política da França, as ferramentas teóricas de que M. Pêcheux necessitava para confrontar as teorias que tinham diante da linguagem uma atitude reducionista foram buscadas no materialismo histórico tal como relido por Althusser, na psicanálise reformulada por Lacan a partir de seu retorno a Freud e em alguns aspectos do movimento estruturalista.

Assim, seu objeto eleito, o discurso, foi sendo construído teoricamente tendo em vista três referências fundamentais: 1) referência a Marx, sobretudo a partir da tese materialista do primado da luta de classes em relação à existência das próprias classes; 2) referência a Freud, partindo da hipótese psicanalítica do inconsciente (que impossibilita qualquer concepção psicologista de centramento do sujeito e de evidência do sentido); 3) referência à linguística, através do debate que as ciências da linguagem promovem sobre a língua e sobre o funcionamento da linguagem, levando em conta, sobretudo, o jogo da linguagem e das práticas languageiras.

Em 1975, no texto “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, M. Pêcheux e C. Fuchs apresentam o quadro epistemológico geral da Análise do Discurso, assinalando a articulação dessas três regiões do conhecimento científico que citamos:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 160).

Dou relevo a um ponto fundamental apresentado pelos autores: “Convém explicitar que essas regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (ibid., p. 160) e resalto que a Análise do Discurso se movimenta por um terreno de encontros problemáticos. É mesmo M. Pêcheux quem o assinala no colóquio *Matérialités Discursives* que organizou em 1980 ao lado de Bernard Conein, Jean-Jacques Courtine, Françoise Gadet e Jean-Marie Marandin, em Nanterre, quando dirá que o objeto discurso é constituído fundamentalmente ao se levar em conta que

“Há um real da língua. Há um real da história. Há um real do inconsciente” (PÊCHEUX, 1980, p. 11)<sup>1</sup>.

A assunção da existência de um real próprio ao campo da linguística, da história e da psicanálise, adverte Pêcheux no colóquio de 1980, já aponta para a impossibilidade da articulação entre elas. Diz o autor:

Essa tripla asserção, em que se manifesta a relação problemática com o real, exclui, de partida, que uma posição teórica venha organizar seu dispositivo de respostas: trata-se antes de resistir desse modo ao sistema de falsas respostas que contornam a materialidade disso que está em jogo [*en-jeu*] na língua. (PÊCHEUX, [1979] 1981, p. 11)<sup>2</sup>

Denise Maldidier (2003, p. 71) dirá que o colóquio *Matérialités Discursives* “marca um novo ponto de partida”. O texto de abertura do colóquio, redigido em 1979 “se despedia, não sem ferocidade, da ‘teoria do discurso’ apresentada como ‘fantasma unificador’” (ibid., p. 71).

Sobre essa questão, Baldini destaca que o modo como Pêcheux articulou as relações entre a leitura lacaniana de Freud, a leitura althusseriana de Marx e sua própria leitura de Saussure, se modificou de 1978 a 1981. Segundo ele, se em 1978 podia-se falar em retificação, em 1981 é excluída de antemão a possibilidade de unificar os problemas que os nomes Freud, Marx e Saussure colocavam: “Da Tríplice Aliança à Tripla Asserção, passamos do investimento em uma conjunção para uma aposta que pressupõe ‘*que não há uma teoria do discurso que possa abarcar a heterogeneidade do real*’” (BALDINI, 2012, p. 64 – itálico do autor).

É nesse período de sua teorização que Pêcheux produzirá os seguintes trabalhos: *A língua inatingível* (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004); “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas” (PÊCHEUX, [1982] 1999); “Metáfora e interdiscurso” (PÊCHEUX, [1984] 2011); “Ler o arquivo hoje” (PÊCHEUX, [1982] 2010); *Discurso: estrutura ou acontecimento?* (PÊCHEUX, [1983] 2006). Cito esses trabalhos uma vez que neles o poético é compreendido como fundamento da língua, e a língua, como sendo capaz de política, como se pode observar, por exemplo, nesses enunciados: “nenhuma língua pode ser pensada

<sup>1</sup> « Il y a un réel de la langue. Il y a un réel de l’histoire. Il y a un réel de de l’inconscient » (PÊCHEUX, 1980, p. 11). Tradução nossa.

<sup>2</sup> « Cette triple assertion, où se manifeste un rapport problématique au réel, exclut d’emblée qu’une position théorique vienne y organiser son dispositif de réponses : il s’agit plutôt de résister par là au système des fausses réponses contournant la matérialité de ce qui est en-jeu dans la langue » (PÊCHEUX, [1979] 1981, p. 11). Agradeço a Bruno Turra pela tradução deste parágrafo, bem como de todas as traduções dos textos em francês, doravante.

completamente se a ela não se integra a possibilidade de sua poesia” (PÊCHEUX, [1982] 1999, p. 25) e ainda, “as línguas naturais são capazes de política” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2006, p. 24).

No que respeita a esta investigação, sublinho a proposta da constituição de um arquivo de leitura da obra do autor<sup>3</sup>. Ao me debruçar sobre sua obra, observei que na década de 1960, não há referências a poético. Já na década de 1970, observei que em seu livro publicado em maio de 1975 e intitulado *Les vérités de la Palice* o poético vai se constituindo em determinados lugares.

Para esta empreita, proponho a divisão deste trabalho da seguinte maneira:

No capítulo primeiro, discuto alguns dos conceitos que tomo por base para a realização deste trabalho, sublinhando as preocupações epistemológicas do autor no que toca à História da Ciência, mostrando, sobretudo, que seu projeto teórico se sustenta em uma visão histórica da ciência, em concordância com Canguilhem e Bachelard. Procuro, seguindo Pêcheux no que traz o autor acerca do que venha a ser uma leitura e uma configuração de arquivo, discutir a proposta para esta configuração de arquivo de leitura de sua obra.

No segundo capítulo, procuro destacar alguns pontos da constituição da disciplina da Análise do Discurso, remontando às suas conjunturas teóricas e científicas.

No último capítulo, mas não como *a verdade última* (!), debruço-me sobre algumas formulações de Pêcheux em que o poético é textualizado. Trata-se de ler o arquivo levando em conta a relação intertextual e interdiscursiva dos trabalhos do autor, e meu empenho neste capítulo é o de compreender certas regularidades no modo como Pêcheux articula o poético em suas discussões.

Antes de entrar propriamente na investigação proposta, falarei sobre o “lampejo” (MILNER, [1978] 2012, p. 212) que me tomou e me impulsionou na formulação desta questão de tese, qual seja, investigar o lugar do poético no campo discursivo. Chamo esta seção, seguindo Manoel de Barros, de *Entrada*.

---

<sup>3</sup> O que estou considerando como “a obra de Michel Pêcheux” é a reunião de textos e livros escritos pelo autor, incluindo seus textos assinados pelo pseudônimo Thomas Herbert, bem como aqueles escritos em parceria com seus colegas intelectuais. Entretanto, vale destacar que, embora eu tenha me dedicado à leitura de inúmeros trabalhos que compõem a obra de Michel Pêcheux, um recorte se impôs. Assim, a seleção dos textos e das próprias formulações que apresento é constitutiva de meu gesto de leitura deste arquivo.



## Entrada

*Eu queria que as palavras me gorjeassem. Então  
comecei a fazer desenhos verbais de imagens.  
Manoel de Barros*

*[...] e até sinto uma estranha vontade me tomar, a  
de saber o que estou fazendo, e por quê, e dizê-lo.  
Malone*

Esta proposta de trabalho de compreensão do poético na obra de Michel Pêcheux vai ao encontro do meu desejo. Busco em Milner uma passagem bastante significativa para mim, em que o autor advoga a favor do desejo do pesquisador implicado na escolha de sua questão. Para ele, existe um instante singular em que o linguista se vê tomado por seu objeto e se entrega ao saber de lalíngua<sup>4</sup>. Esse é *o tempo de um lampejo* que precede o ato de soletrar esse saber de lalíngua em uma escrita científica. Esse segundo momento, o de dizer do lugar da ciência, só importa porque o tempo do *lampejo* adveio sobre o linguista, e isso justifica sua árdua tarefa de se debruçar com paixão sobre seu objeto<sup>5</sup>.

Parece-me imprescindível uma confissão a este respeito. A poesia (termo que neste momento recupero em meio a minhas memórias como correlato ao termo poema), ou mais propriamente dizendo, a leitura de poesias, a declamação de poesias, sempre já faz(ia) parte de minha história. Deslocar essa relação pessoal com a poesia para tratá-la como uma questão de tese, em um campo específico de produção de conhecimento, pode ser então compreendida como um desejo de saber mais de um saber anterior, fundamentalmente entrelaçado a um sabor – a um gosto; a um gozo que, se eufórico, nada efêmero. Um gozo que *Dura(s)*. Um gozo que se sustenta no gosto pela experiência, pelas errâncias, onde tudo pode vir a ser outra coisa. Outras tantas.<sup>6</sup>

E nesse espírito, e no espírito de Milner e de Duras, reconheço que a luz forte que me chama à atenção e me faz querer *ir lá ver* a poesia em Pêcheux, me foi acesa, como um

<sup>4</sup> O termo lalíngua será discutido em outro momento neste trabalho, quando retomado por intermédio da discussão que faz Pêcheux sobre sua relação com o real da língua e o equívoco.

<sup>5</sup> “Afora a comunicação acadêmica – que, como se sabe é indispensável ao linguista –, essa é a única justificativa um pouco digna que ele [o linguista] pode encontrar para escrever. Mas isso implica em um esforço inédito de sua parte: constituir uma escrita de tal modo que o instante do surgimento do sentido nela não se dissipe, mas também de tal modo que não resista a se acomodar, se for o caso, numa ordenação de tabelas e de regras” (MILNER, [1978] 2012, p. 122-123).

<sup>6</sup> “Arrebatada. Evoca-se a alma e é a beleza que opera” (LACAN, [1965] 2003, p. 198). Soaria por acaso como um exagero trazer essa citação da homenagem que faz Lacan à Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein? “Arrebatadora é Marguerite Duras, e nós os arrebatados”, prossegue ele. E nós o seguimos, aqui e ali, onde o autor, que está com Freud, nos assevera que em sua matéria, o artista desbrava o caminho. Retomo essa fala do autor para tentar tocar nisto (duvidando que o tenha de fato conseguido) que acima designei como um gosto, um gozo, que se produz a partir de uma experiência de linguagem.

*lampejo*, quando iniciei as leituras de seus textos e tive a grata surpresa de encontrar em seu último livro<sup>7</sup> – *Discurso: Estrutura ou acontecimento?* – as seguintes formulações: “nada da poesia é estranho à língua” e “nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53).

Fui capturada por essa formulação sobre a poesia que Pêcheux retoma de Jean-Claude Milner, dentre tantas outras que encontrei em seus escritos. E então a poesia, em seu projeto teórico, se tornou uma questão naquela ocasião, mas sobre a qual não me debrucei, deixando-a em um lugar reservado em meu desejo para um futuro (este!) investimento de pesquisa. A escolha deste objeto tem então a ver com isso que é da ordem de um desejo, e o encontro com *Análise do Discurso* de matriz francesa, na ocasião da escrita da minha dissertação de mestrado, foi um momento importante para o início e a continuação desta história. O referido trabalho foi escrito a partir de minha prática como professora de língua inglesa em curso de licenciatura em Letras e se valeu tanto do aporte teórico-analítico da *Análise do Discurso* pecheutiana quanto de trabalhos que dialogam com esse campo, que se detêm em questões de língua e ensino.

### **Uma direção possível**

Para desenvolver aquele trabalho, que se pretendia discursivo, sobre *o movimento dos sentidos que se processam nos discursos em inglês produzidos por alunos (futuros professores) de um curso de licenciatura em Letras*, uma vez filiada às noções teóricas que embasam os métodos e abordagens de ensino de língua estrangeira, vi-me diante da necessidade de enunciar de um lugar teórico outro, afetada pelas leituras de trabalhos de Michel Pêcheux, deslocando conceitos. De início, fez-se mister reconhecer que na base dos métodos tradicionais de ensino de língua estrangeira dos quais me valia em minha prática estavam a linguística estruturalista e a formalista, duas vertentes teóricas questionadas por Michel Pêcheux, em seu livro escrito com Françoise Gadet, cuja crítica é de que, cada uma a seu modo, ignora a questão fundamental de que a língua não é um sistema fechado em si mesmo, que possui sua ordem própria, sendo um complexo afetado pelo inconsciente e pela história (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004).

---

<sup>7</sup> Refiro-me ao último livro de Pêcheux, publicado a partir de sua apresentação na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições” na Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, de 8 a 12 de julho de 1983. Essas expressões de Milner são ainda retomadas por Pêcheux em outros dois trabalhos do autor, a saber, *A língua inatingível* (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 108) e em “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas” (PÊCHEUX, [1982] 1999, p. 25).

## Experiências de linguagem

De acordo com um novo olhar conceptual, propus diversas atividades em aulas de inglês, todas teoricamente sustentadas nas bases da teoria do discurso de Michel Pêcheux, as quais denominei “experiências discursivas” que partiam de atividades usuais com o livro didático, que foram por nós, professores e alunos, expandidas, (re)inventadas.

Privilegiamos um modo de trabalho que colocasse em perspectiva a ordem da língua, por meio de leituras e escritas diversas, atividades com poesias, contos, pequenas peças de teatro, músicas, entre outras. Lições gramaticais que davam relevo à organização da língua (ORLANDI, 2004), assim como diversas outras formas de contato com a língua inglesa também foram promovidas.

Não se tratou de uma nova proposta metodológica para aulas de língua estrangeira, isso seria retornar ao discurso do método<sup>8</sup>. Entretanto, na elaboração das atividades, procurei marcar o lugar teórico de onde enunciava e de onde minha escuta partiria. Cito algumas das premissas que me conduziram: trabalhar com a língua de modo a ir à contramão de um imaginário de língua como instrumento de comunicação a serviço de um mundo globalizado; propor atividades que levassem em conta o sujeito desejante, não empírico, não centrado, não senhor absoluto de seu discurso; priorizar uma concepção de língua como não-toda, não transparente e não representativa do pensamento. Considerando, assim, que a língua possui uma ordem própria, da qual o equívoco é constitutivo, acompanhei Pêcheux quando o autor afirma que “todo enunciado é suscetível de se deslocar discursivamente de seu sentido” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 22).

Dedicar-me-ei, doravante, a puxar o fio que me conduziu a esta atual proposta de estudo, partindo do fato mesmo de que a poesia, tal como a compreendi em Pêcheux na ocasião em que realizava aquela pesquisa, produziu efeitos em um trabalho teórico-prático com o ensino de língua estrangeira. Vale lembrar que naquele momento meu objeto de pesquisa era outro, entretanto, esta retomada aqui já traz marcas de um investimento teórico maior acerca da poesia em Pêcheux.

---

<sup>8</sup> Acerca do discurso do método, publiquei um artigo em coautoria com Bruno Turra, intitulado “Em matéria de ensino de língua, o método pode faltar” (MOTTA; TURRA, 2014).

### “Experimentação maciça dos equívocos do sentido com a matéria verbal”<sup>9</sup>

A ponta desse fio está nas formulações de Pêcheux acerca da poesia. Observemos o seguinte enunciado, que se refere a um diálogo instigante que o autor estabelece com Jean-Claude Milner, sobre uma afirmativa do autor sobre a poesia em seu livro *O amor da língua* ([1978] 2012):

Mas de onde vem essa certeza sobre o lugar da poesia, ponto privilegiado de cessação? Poder-se-ia entender, sob o princípio saussuriano do valor, que a poesia não tem lugar determinado na língua porque ela é literalmente coextensiva a esta última, do mesmo modo que o equívoco: talvez ‘não haja poesia’.

Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); ponto em que a língua atinge a história (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 64).

Esse enunciado será retomado mais adiante. Por ora, o destaque que pretendo dar é o de que, pela via da negação (não há poesia), a poesia é apresentada como isso que é próprio da língua, lhe é constitutiva. Portanto, não há, na língua, um lugar especial em que se possa circunscrevê-la. Além disso, algo fundamental: *estabelece-se uma relação entre poesia e equívoco*.

Embora para a elaboração daquela pesquisa essa formulação sobre o funcionamento da poesia em relação ao funcionamento do equívoco, tal como apresentam os autores de *A língua inatingível*, não tenha sido aprofundado, é possível reconhecer em minhas discussões sobre língua estrangeira e ensino, uma referência que ancora teoricamente aquele trabalho, sobretudo no que diz respeito a uma nova maneira de tratamento ao que tradicionalmente se entende por “erro”. Isto porque, no terreno da pedagogia, o erro é concebido como resto, resíduo de uma operação lógica com a língua, por isso é tratado como algo que deve ser evitado, descartado. Entretanto, na Análise do Discurso, essa concepção não se sustenta, uma vez que Pêcheux nos apresenta a noção de equívoco como um “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”, “a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 51).

Nessa direção, as observações fundamentais de Pêcheux e Gadet no livro *A Língua Inatingível* ([1981] 2004) sobre a construção científica da Linguística e sua relação

---

<sup>9</sup> Este subtítulo é recortado de um enunciado de Gadet e Pêcheux (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 73)

com o conceito de sistema e de “falhas” da língua foram determinantes para essa discussão. De acordo com os autores, a linguística, em suas bases estruturais lógicas, fundamenta-se de maneira decisiva no modo de lidar com certos elementos “falhos” da língua, os remetendo para “as margens” do que seria “o núcleo” – objeto dessa ciência. Para as margens são relegadas as falhas, que vêm desfazer a regularidade do sistema naquilo que é dado como o seu centro: no nó da “inconsistência/incompletude” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 149).

Em seu livro *Discurso: Estrutura ou acontecimento?* (PÊCHEUX, [1983] 2006), Pêcheux nos convida a interrogar sobre a existência de um “real próprio às disciplinas de interpretação”, mostrando que isso que resvala, que não pode ser mensurado justamente porque escapa, toca o fato incontornável de que há real. Para o autor, se a existência desse real é interrogada, o “não-llogicamente estável” não pode ser considerado *a priori* como um defeito, um furo no real” (ibid., p. 43). Assim, tratar os “deslizes”, as “falhas”, os “erros” nas produções (orais, escritas etc.) dos sujeitos aprendizes em “seu processo de inscrição na ordem da língua estrangeira”<sup>10</sup> como “estados de fato”, atribuindo-lhes um não saber fazer com a língua, tornou-se incabível naquele trabalho com as línguas.

Fez-se então necessário considerar isso que de fato se revela a partir do que falha, do que desliza, do que (se) erra: o fato de que a língua nos escapa. Aqui, algo a se destacar: com Milner sustentamos uma posição de que há o real da língua. Isso diz de “qualquer língua”, “na medida em que todas são, em algum aspecto, uma entre outras; e que são, para algum falante, língua materna” (MILNER, [1978] 2012, p. 21). Nesse sentido que aponta Milner, é de *la* língua que se trata quando se pretende distinguir uma língua entre outras – a língua dita materna, da língua dita estrangeira. É *la* língua que está em jogo, uma vez que “*la* língua é, em toda língua, o registro que fada ao equívoco” (ibid., p. 21), portanto, “um modo singular de fazer equívoco: eis o que é uma língua entre outras” (ibid., p. 22). Com Pêcheux, encaramos o fato de que há o real da história e uma vez, ao se expor à história, a língua está sujeita ao equívoco: “a irrupção do equívoco afeta o real da história” (PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 64).

Nesse sentido, cumpre assinalar que uma compreensão como esta, que desloca a noção tradicional do erro como um simples “não saber fazer com a língua”, me permitiu estar atenta aos movimentos daqueles sujeitos aprendizes entre as línguas. Observei que

---

<sup>10</sup> A formulação que discute sobre o processo de ensino/aprendizagem de língua estrangeira como um “processo de inscrição do sujeito na ordem da língua estrangeira” é de Maria Teresa Celada, trazida pela pesquisadora em minha qualificação de dissertação.

movimentos subjetivos acharam lugar naquele contexto de ensino de língua estrangeira por diversas vias, das quais cito apenas duas: a via da resistência – em que o sujeito aprendiz não escrevia, não dizia, portanto não “errava”, já que apenas repetia empiricamente (cf. ORLANDI, 2005) frases prontas, ou timidamente produzia frases simples e as lia em voz alta para os colegas; a via da entrega – em que se lançava a uma leitura em que a interpretação encontrava brecha, a equivocidade não o intimidava. Houve aqueles que se escreveram poemas, permitindo, por meio dessa escrita, “errar” pelos sons, pelos sentidos, pelas línguas.

Para sustentar minha discussão acerca do que tratei por movimentos subjetivos, me vali da preciosa elaboração da noção de “fato de linguagem” de Celada (2009). Para a estudiosa, os fatos de linguagem ocorrem no processo de subjetivação pelo qual passa o aprendiz no contato com a língua estrangeira, e esse contato requer do sujeito deslocamentos que deixam marcas. Tais marcas, de acordo com a pesquisadora, indicam o que acontece em uma malha de subjetividade, marcando de que modos esses sujeitos são constituídos pelo simbólico com relação à(s) língua(s). A autora observa que esses fatos de linguagem podem ser interpretados como “fatos discursivos”, uma vez que são produzidos no encontro da língua com a história. Assim sendo, eles reclamam por sentido, pois “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências” (HENRY, 2010, p. 47).

Sobre esse trabalho que descrevi, em que privilegiamos as “experiências discursivas”, em que interpretamos os fatos de linguagem produzidos pelos sujeitos aprendizes durante a exposição deles às línguas inglesa e portuguesa, neste momento, passados alguns anos e algumas tantas outras leituras, sou remetida a uma consideração fundamental de Jacques Lacan, em que, partindo da hipótese do inconsciente, o autor afirma que o inconsciente é “estruturado como uma linguagem”:

isto é, como a língua que ele habita, está sujeito à equivocidade pela qual uma delas [das línguas] se distingue. Uma língua entre outras não é nada além da integral de equívocos que sua história deixou persistirem nela (LACAN, [1972] 2003, p. 491).<sup>11</sup>

Nas linhas acima, o destaque se deu a uma certa compreensão da noção de equívoco tal como Pêcheux a trabalha, e essa noção direcionou meu olhar para o que tradicionalmente se compreende por erro na discussão dos métodos e abordagens de ensino de

---

<sup>11</sup> Nas linhas acima, trouxe essa discussão por Milner. Ao recuperá-la aqui, com esta citação de Jacques Lacan, pretendi enfatizar o fato mesmo de que o equívoco passou a ser compreendido e trabalhado naquelas aulas de inglês.

língua estrangeira naquele momento. Nesta investigação, interessou-me discutir as articulações trazidas por Pêcheux em torno do equívoco e da poesia, como mais adiante observaremos. Antes, porém, parece-me oportuno e produtivo ir um pouco mais adiante com a discussão que retomo sobre experiências com as línguas, trazendo uma breve nota acerca do que se pode compreender por falha, na contrapartida do erro, de acordo com o psicanalista Jacques Lacan.

Vale destacar que para Pêcheux e Gadet, “embora a linguística não tenha nada a dizer do inconsciente, ela pode assinalar pontos na língua em que o sujeito não pode ser representado a não ser como sujeito desejante” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 152). Tomo essa citação dos autores e proponho uma discussão que mobiliza os conceitos de *erro* e *falha* do campo da psicanálise, destacando que não o faço pela via da interdisciplinaridade ou da aplicação, o que pretendo é iluminar minha discussão a partir de um relato de Lacan sobre uma experiência sua com a língua estrangeira, em que o psicanalista mostra exatamente o ponto em que, para nós, o trabalho que relatamos, desenvolvido sobre as bases teóricas da Análise do Discurso francesa (que não ignora a hipótese do inconsciente), pode atestar pontos na língua (estrangeira) em que o sujeito pode ser representado como sujeito desejante.

### **Do erro e da falha**

A falha, como Lacan a compreende, é manifestada por meio do lapso. Na lição de 9 de fevereiro de 1972, “Peço-te que me recuses o que te ofereço” (LACAN, [1972] 2012, p. 78) Lacan narra três lapsos que cometera e a partir desses exemplos o psicanalista mostra que o estatuto do lapso é estruturalmente diferente do estatuto do erro. Lacan parte do ponto de que, para a psicanálise, o lapso é uma “diversão séria” (ibid., p. 79). O psicanalista observa, se valendo da proximidade sonora que existe entre os significantes *sérieux* (sério) e *sériel* (serial), que esses significantes se prestam ao trocadilho na língua francesa (e na língua portuguesa também, acrescento) e atesta que a “seriedade” do lapso consiste no fato mesmo de que ele faça série na cadeia significante. Isto quer dizer que o lapso atesta a existência do sujeito do inconsciente. O lapso está, assim, do lado do que se sabe, sem saber. O lapso manifesta o verdadeiro saber, o saber do inconsciente. O erro é de outra ordem. Para Lacan, o erro está do lado do não sabido, ou seja, erra-se quando não se sabe, de fato.

Lacan ilustra essa discussão ao narrar seu lapso em língua estrangeira mostrando como o saber da língua está em jogo no saber sobre a língua. A “diversão séria” narrada por Lacan decorre de um pedido que recebera de um comitê científico para avaliar a qualidade científica de um projeto. Em inglês, Lacan resume sua avaliação nos seguintes termos: “*I’m*

*blowed over with admiration*” (eu fiquei soprado de admiração) (ibid., p. 82). Do modo como Lacan o disse por telefone para sua aluna, a mesma o fez perceber que *blowed* não era uma forma de passado aceita para *blow* em inglês, e sim *blown*. Na situação descrita, a expressão idiomática da língua inglesa pretendida pelo autor seria então “*I was blown over with admiration*” (eu fiquei estarrecido de admiração) (ibid., p. 82).

O que aparecia na fala de Lacan era, no entanto, o eco do verbo *bowled* (passado de *bowl* que significa bola ou o verbo bolar). Dessa forma, o que se escutou foi: “Fui bolado. Fiquei como um conjunto inteiro de pinos quando uma bolada o derruba” (LACAN, [1972] 2012, p. 81). Assim o psicanalista o interpreta quando se lembra de que, ao ler o projeto riscara um grande xis sobre todo o detalhe das avaliações sobre a qualidade científica do mesmo.

O que decorre desse exemplo é destacado por Lacan como da ordem do lapso, da coisa séria, que faz série (*sérieux, sérieI*) – série que os significantes *bowl* (bola, bolar) e *blow* (soprar) formam na cadeia. Nesse sentido, não é de forma aleatória que em vez de dizer *blown over*, Lacan teria dito *blowed over*: “portanto, se eu disse *blowed*, não terá sido porque, sem saber disso, eu sabia que era *boweld over*?” (ibid., p. 82).

Nesse ponto é que Lacan atesta que se trata de lapso, porque não se trata mesmo de dizer que ele não tivesse conhecimento que o passado de *blow* era *blown*. Ele encerra então sua narrativa indicando que “como Platão já tinha vislumbrado no Crátilo, não é tão certo assim que o significante seja arbitrário” (ibid., p. 82).

Ao sustentar que o que cometera fora um *lapso* e não um *erro* em língua estrangeira, Lacan segue mostrando que há sempre uma distância entre o dizer e o dito. Em outras palavras, o enunciado está sempre em defasagem com a enunciação. O dito e o dizer não coincidem porque o que se supõe saber é outra coisa, menos a verdade do inconsciente. A verdade está do lado do que se sabe, sem saber. O saber é, assim, sempre inconsciente. Por essa via, o *não saber* não pode ser mesmo atribuído a estados de fato, nem mesmo em se tratando de um (não) saber sobre/em uma língua estrangeira.

Assim, de acordo com a psicanálise, é por meio do lapso (como também do sonho, do *witz*, do chiste) que se atesta que há inconsciente. O sujeito da psicanálise é pura hiância. Ou seja, ele emerge na cadeia significante, por meio do lapso, à revelia do eu. Sujeito que, no tropeço da fala, aparece como um lampejo e é recoberto pelo sentido. Sujeito que é representado de um significante para outro significante, como o define Lacan. E o sentido? “É puro efeito, não existe, mas insiste na cadeia; é sempre enigma” (ibid., p. 85). É nessa direção que insisto que aquilo que se produz em termos de “erro” nas produções dos aprendizes de



uma língua estrangeira deva ser cuidadosamente “escutado”, para não se precipitar em um descarte inconsequente.

Certamente essa escuta a qual me refiro não é da mesma ordem de uma escuta analítica, uma vez que o saber do qual se trata na clínica é o saber da língua, e em contexto de aprendizagem de uma língua estrangeira, o saber que está em jogo é o saber sobre a língua. No entanto, não se pode negar que em se tratando do saber sobre a língua, o saber da língua esteja implicado e é nesse sentido ainda que afirmo ser necessário tomar distância do par dicotômico certo × errado quando se trata de uma produção de linguagem como essa que tentei descrever, uma vez que, com a descoberta freudiana do inconsciente, e com Lacan, sabemos que o inconsciente tem estrutura de linguagem, reconhecemos que o saber da língua sempre se impõe.

O que pretendi com aquela pesquisa de mestrado foi então levantar questões sobre a aprendizagem de uma língua estrangeira, partindo de uma proposta de trabalho que levasse em conta a hipótese do inconsciente. Também foi levado em conta que o real da língua está ligado de modo incontornável ao real da história, no espírito disso que nota Pêcheux, “considerar que possa existir um outro tipo de real, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das ‘coisas-a-saber’ ou a um tecido de tais coisas” ([1983] 2006, p. 43). Trata-se de um real, como nos ensina Pêcheux, “constitutivamente estranho à univocidade lógica” (ibid., p. 43), e trata-se de um saber “que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (ibid., p. 43).

### **“Das profundezas fonológicas, morfológicas e sintáticas”<sup>12</sup>**

Convém ressaltar que do encontro daqueles sujeitos aprendizes com as línguas, dentre as atividades trazidas para as aulas de inglês, as que envolviam leituras, interpretações de poemas os tocaram de forma singular. Isso pode ser notado, dentre outros, pelo fato mesmo de que, ao serem requisitados a produzir uma escrita, muitos deles o fizeram na forma de poema<sup>13</sup>, o que nos chamou a atenção. daquelas produções, observamos, por exemplo, que os fatos de linguagem<sup>14</sup> que tradicionalmente seriam interpretados como “erro”, ou seja, as rupturas no nível da sintaxe, bem como as escolhas lexicais que poderiam ser rejeitadas em uma escrita outra, nos poemas produziram um efeito inesperado, talvez da ordem de um

---

<sup>12</sup> Também este subtítulo é recortado de um enunciado de Pêcheux e Gadet (GADET; PÊCHEUX, [1981], 2004, p. 63)

<sup>13</sup> Três dessas produções foram trazidas para compor o corpus de análise da dissertação.

<sup>14</sup> Cf. Celada (2009).

“efeito poético”, acompanhando Pêcheux, ao assinalar que o efeito poético tem a ver com uma desconstrução da frase. Com a palavra, o autor: “Essa desconstrução da frase se materializa, entretanto, no trabalho do sonho, no lapso, no disparate, no *nonsense* e no efeito poético, que tem como efeito desmontar o enunciado: tudo pode ser dito” (GADET; PÊCHEUX [1981] 2004, p. 167)<sup>15</sup>. Há algo fundamental a ser ressaltado, quando se pensa em desconstrução, tal como Pêcheux a discute aqui. Para o autor, uma resistência a essa desconstrução, tal como se vê, por exemplo, na teoria linguística do inatismo, representa a surdez “aos efeitos do inconsciente” (GADET; PÊCHEUX [1981] 2004, p. 167). Representa ainda, um imaginário de totalização, completamente destoante daquilo que se afirma a partir da tese de Lacan, de que não se pode dizer tudo: “– Sempre digo a verdade: não toda, porque dizê-la toda é impossível, materialmente [...]” (LACAN, [1973] 2003, p. 508). Nesse sentido, o que quero afirmar é que trabalhar com o ensino de uma língua é trabalhar com o saber sobre a língua. Entretanto, uma vez que se admite a hipótese do inconsciente, não se pode ignorar que há o saber da língua.

Por essa via, há que se assinalar que sonoridade em conluio com a equivocidade mais crua dos poemas que lemos e também daqueles que os alunos escreveram (equivocidade produzida por jogos com a sintaxe e o léxico, e ainda o recurso de se misturar palavras a imagens/desenhos etc.) deu um testemunho que apenas as experiências gramaticais não proporcionaram: o de que “não se diz tudo [...] há impossível de dizer” (MILNER, [1978] 2012, p. 69). Assim o percebemos na escrita daqueles aprendizes que, diante da impossibilidade de *dizer tudo*, algo pôde ser dito ao se arriscarem, riscarem e dizerem o que foi “possível” dizer.

As formas poéticas – “(rimas, jogos de palavras, enigmas...) [...] experimentação maciça das profundezas fonológicas, morfológicas e sintáticas, dos equívocos do sentido com a matéria verbal” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 73) – às quais os sujeitos alunos foram expostos nas atividades de leituras, de sessões de filmes, escuta de músicas etc., produziram efeitos em seus trabalhos autorais. Lidamos, assim, de forma mais radical, por meio das atividades que colocam em relevo a poesia da língua, com o fato incontornável de que um trabalho com a língua não pode ser considerado sem que se considere que o sentido não existe *a priori*, que ele é efeito, que sempre pode ser outro, que pode escapar, embora insista. Essa é uma dimensão da língua com a qual todo falante tem que se haver o tempo todo

---

<sup>15</sup> Faz-se necessário sublinhar que não se pretende dizer aqui que o poema é a possibilidade única da poesia. Não é mesmo disso que se trata no trabalho de Pêcheux, que postula que a poesia é constitutiva da língua e, nessa direção, não se trata de um privilégio do campo estético.

– a língua tem o seu real próprio, e isso não pode ser denegado, nem mesmo em aulas de gramática. Trago esta afirmativa também no espírito disso que diz Pêcheux ([1982] 1999, p. 25):

o objeto da linguística (próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação das significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o das transformações de sentido, escapando à toda norma a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no lance indefinido das interpretações.

Isso, porque, nem um “bom dicionário” ou uma “boa gramática” podem dar respostas aos enigmas produzidos por um encontro com a língua em que a interpretação, da forma como a compreendemos no campo discursivo, é fundamental: – “o dicionário não dá conta de Shakespeare!” – essa foi uma importante consideração feita por uma das alunas que participou da pesquisa, que perante o esforço de fazer uma, duas, três ou mais leituras de poema de Shakespeare em inglês, em um determinado momento se deu conta de “que nem todas as coisas têm nome, que nem todos os verbos são atos e que nem sempre com o dicionário fazemos nossos exercícios”<sup>16</sup>. Não é também disso que se trata em Saussure ([1916] 2006, p. 25), ao afirmar que a língua não pode ser reduzida a uma mera nomenclatura?

“Nossa, arrepiou!”<sup>17</sup> Mais uma frase pronunciada baixinho, por outro aluno, diante da aventura de ler um poema de Shakespeare em língua inglesa. Isso aponta para a consideração fundamental de que o plano sonoro, muitas vezes privilegiado em escritas poéticas, fica aquém, ou além da significação. Aqui uma observação importante. Não pretendo afirmar que é de uma pura opacidade que se trata quando se lê um poema, ainda que seja em língua estrangeira. Trata-se, antes de mais nada, de enfatizar, ao trazer o exemplo do aluno que se arrepiou ao ler um poema em língua estrangeira, que pretendi mostrar que o corpo foi tocado, e que isso não teve necessariamente a ver com o sentido (talvez eu pudesse mesmo dizer que o corpo sentiu apesar do sentido).

Nessa direção, coloco em questão o fato mesmo de que a frase “Nossa, arrepiou!” seja enigmática do ponto de vista de se afirmar que o “arrepio” seja marca de uma afetação do

<sup>16</sup> “Todas as coisa têm nome./(Têm nome todas as coisas?)/Todos os verbos são atos./(São atos todos os verbos?)/Com a gramática e o dicionário/faremos nossos pequenos exercícios./Mas quando lermos em voz alta o que escrevemos,/não saberão se era prosa ou verso,/e perguntarão o que se há de fazer com esses escritos:/porque existe um som de voz,/em um eco - e um horizonte de pedra/e uma floresta de rumores e água/que modificam os nomes e os verbos/e tudo não é somente léxico e sintaxe./Assim tenho visto.” (MEIRELES, C. 2010, p. 144)

<sup>17</sup> “Eu não entendo! Um texto omissivo e uma injunção à interpretação em língua estrangeira” (MOTTA, 2012).

corpo de gozo pelos sentidos de uma interpretação, ou se isso se deveu apenas ao efeito do som da língua estrangeira. Digo isto por ter se tratado de uma experiência de linguagem em que a leitura em voz alta estava em jogo na interpretação daquele poema. O que vale ressaltar, no entanto, é que, de um modo ou de outro, aquela experiência de linguagem convocou o sujeito aluno no nível mais elementar – o do corpo.

Ao relatar essa experiência, pretendi destacar que, naquele embalo, entre formas e (não) sentidos, fomos nos movimentando e buscando a (an)coragem que necessitávamos para nos lançarmos na língua inglesa, fosse pela escrita, pela leitura ou até mesmo, de modo mais tímido, confesso, pela fala. É preciso aqui tomar cuidado para não se deixar levar pela ideia de que há um modo certo de se ensinar uma língua estrangeira, precipitando-se sobre essa conclusão, que pode não ter nenhum outro efeito além de um retorno ao discurso religioso, como via única da verdade (PÊCHEUX, [1983] 2006). O que estou afirmando é que, a partir daquele trabalho, foi possível observar que não foi de fantasia que se tratou, mas de tentar desbancar com ela, abalando as evidências de um imaginário de língua total, na direção disso que afirma Milner:

A gramática representa a língua, mas não através de uma escritura simbólica; em vez disso, dela constrói uma imagem. A exigência da completude ganha, então, uma coloração imaginária e se transpõe em termos de totalidade: totalidade qualitativa, isto é, perfeição (por isso toda gramática é simultaneamente um elogio à língua descrita); totalidade quantitativa (por isso que só se concebe uma gramática completa). A noção de fragmento gramatical é uma contradição nos termos, então, dado que a imagem de uma totalidade só pode ser, ela mesma, total. Quanto à língua, ela adquire a consistência própria do imaginário e sua totalidade é a de uma fantasia ([1978] 2012, p. 41-42).

Compreendo, então, que a escuta que se produziu a partir do contato com a língua inglesa naquele contexto que trabalhamos, permitiu-me interpretar que um significativo gesto de captura se deu, ou seja, que os sujeitos participantes da referida pesquisa se deixaram capturar por isso que não é o “domingo do pensamento” (PÊCHEUX, [1983], 2006, p. 35), uma vez que, cito novamente, “nada da poesia é estranho à língua”. (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 51; PÊCHEUX [1982] 1999, p. 25).

Ao trazer para esta discussão uma narrativa sobre o modo como poemas foram trabalhados, pretendi retomar e ressignificar alguns sentidos que se produziram em minha pesquisa de mestrado tendo em vista algumas elaborações de Pêcheux sobre a poesia, acreditando com isto poder mostrar que não foi fortuito ou casual meu interesse por este objeto de pesquisa, que sua escolha foi por afeto, e por efeito. Efeitos que são afetos (LACAN, [1972-73] 2008, p. 149). Ainda com Lacan, suspeito que a poesia faz (LACAN,

1976-77). Mas, o que faz a poesia? Esta é a questão que repousa no horizonte desta pesquisa e me move. E meu esforço aqui será o de compreender de que modos ela (se) move (n)o trabalho de Pêcheux.

## CAPÍTULO I HISTÓRIA, CIÊNCIA, ARQUIVO

*Sim, ninguém conhece a verdade última...  
O barco é jogado para trás, mas os remadores são  
teimosos, remam sem cansar e não têm medo das  
ondas altas.  
Tchekhov*

Destaco que estudar o poético a partir de outros lugares que não o da Análise do Discurso de Pêcheux não é o objetivo central deste trabalho. Mas isto não é o mesmo que dizer que não passarei por esta questão tendo em vista esses outros campos. O que sublinho é que minha incursão a *outras ilhas* se faz conforme uma necessidade de fortalecer uma posição e assim dar sustentação a esta investigação acerca do objeto de estudo desta pesquisa. Esta viagem, entretanto, obedece a certas premissas bem definidas, guiadas pela construção de um arquivo de leitura constituído de trabalhos de Michel Pêcheux.

Quando observo que este arquivo de leitura foi constituído a partir de trabalhos de Pêcheux, não pretendo dizer que tomo a obra deste autor em sua totalidade, uma vez que essa forma totalizante de leitura não seria coerente com esta filiação teórica. O que se deve compreender aqui é que se trata, antes de mais nada, de um gesto de leitura que se impôs, e esse gesto de leitura se deu por meio da constituição de um arquivo. Para configurar este arquivo de leitura parti do pressuposto de que “um corpus de arquivo textual não é o mesmo que um banco de dados” (PÊCHEUX, [1981] 2011, p. 281). Isto quer dizer que não se tratou de tomar o objeto de análise de uma pesquisa como dado, isto porque “O arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 162). Ou seja, o arquivo não está pronto, não é um amontoado de textos que contêm a *verdade última* sobre o objeto.

Há questões fundamentais a serem trazidas antes mesmo de mostrar como esta leitura de arquivo será empreendida. Trata-se de discutir os conceitos que tomo por base para a realização deste trabalho e, mais além, situar esta pesquisa no centro das discussões epistemológicas, acompanhando Pêcheux em sua tomada de posição frente à História das Ciências, posição sustentada em seu projeto teórico por uma visão da ciência enquanto historicidade, em concordância com Canguilhem e Bachelard. Começo por esta questão.

### 1.1 A Ciência enquanto historicidade

“A história das ciências não é uma crônica”, diz Dominique Lecourt (LECOURT, 1980, p. 60) ao retomar uma discussão empreendida por George Canguilhem em sua primeira obra *Le normal et le pathologique*, publicado em 1943. O autor do livro *Para uma crítica da*

*epistemologia* mostra como a referida obra de Canguilhem representa, ainda na atualidade, uma das que mais influenciaram a filosofia francesa contemporânea, sobretudo no que toca à discussão sobre a epistemologia e a história das ciências.

Chegou a altura em que a epistemologia e a história das ciências vão encontrar o seu lugar no campo da ciência da história. Mas a revolução que se vai sentir nessas disciplinas, que se deixaram por muito tempo em pousio, foi possível devido à existência de obras, como as de G. Canguilhem (ibid., p. 56).

Nesse trabalho, Dominique Lecourt empreende uma importante discussão que alcança, além dos estudos de Georges Canguilhem, também os estudos de Gaston Bachelard e Michel Foucault. Nesse estudo, ao discutir sobre a epistemologia e a história das ciências, Lecourt mostra que o não positivismo e o antievolucionismo da tradição francesa advêm de um encontro entre a epistemologia e o marxismo, em torno desses três nomes. Segundo o autor, esses estudiosos seguem caminhos diversos quanto aos seus objetivos, intenções e o que de seus estudos ressoam, entretanto, eles iniciam um trabalho no terreno da história das ciências que pode ser compreendido como do “campo da ciência da história”.

Na tradição epistemológica histórica, o traço comum que une as obras de Bachelard, Canguilhem e Foucault, toca sua posição em filosofia: “Este não positivismo, inaugurado por Bachelard, ao mesmo tempo que nos parece constituir o ‘cimento’ da tradição que une os três autores, distingue-a de tudo o que se pratica noutro lado sob a designação de ‘epistemologia’” (ibid., p. 8-9). Lecourt destaca, assim, que os trabalhos desses autores trazem fortes implicações teóricas ao que se pode compreender por história da ciência, a partir do antipositivismo e do antievolucionismo que professam.

O autor segue em suas análises mostrando que do outro lado dessa tradição epistemológica histórica encontra-se a epistemologia positivista, uma tradição que abarca tanto os empiristas lógicos como as perspectivas de Karl Popper e de Imre Lakatos<sup>18</sup>. A pedra angular desta epistemologia é uma “ciência da ciência” ou uma ciência da organização do trabalho científico, ou ainda uma filosofia científica, com base nos conceitos da lógica matemática. O suposto filosófico que rege a epistemologia positivista é idealista e, de acordo com Lecourt, quando a filosofia idealista trata das ciências, seu único intento é extrair a essência comum para poder falar da ciência. Para o autor, o suposto filosófico idealista

---

<sup>18</sup> Não é objetivo nesta discussão abordar os trabalhos desses autores, apenas os menciono a partir de Lecourt (1980).

“dissimula e revela duma só vez, e de modo sintomático, uma realidade que apercebemos um instante: o conjunto das práticas científicas” (ibid., p. 10-11).

Segundo Lecourt, a tradição epistemológica positivista atribui ao conjunto das práticas científicas uma unidade de uma totalidade e anula imaginariamente o real dessas práticas distintas: cada uma com seu próprio objeto, sua teoria, seus protocolos experimentais, seu desenvolvimento desigual, sua história particular. Nesse sentido, é legítimo afirmar que dissimular a história de uma ciência é o mesmo que desconsiderar seu desenvolvimento particular, marcado por equívocos, insucessos, hesitações, contradições que constituem essa história, pois é a própria realidade dessas práticas que se dissimula de fato, já que elas só existem no sistema que as constituem: “Agora sabemos, o que ‘dissimula’ em última instância, o suposto filosófico idealista de que falamos: a história efetiva das ciências” (ibid., p. 13). Desse modo, que se faça da epistemologia o lugar em que disciplinas heteróclitas conjuguem seus conceitos a fim de constituir uma teoria geral da ciência ou que uma única ciência se aventure em fornecer as categorias que pretendam validar uma disciplina como ciência, o pressuposto dessas tentativas é o mesmo: “é possível uma ciência da ciência” (ibid., p. 10).

A epistemologia bachelardiana é largamente discutida por Lecourt nesse trabalho. O autor afirma que Gaston Bachelard foi um intérprete da ciência de seu tempo, e especialmente a partir das contribuições da Física Relativística, das Geometrias não euclidianas e da Química Quântica, ele organizou uma epistemologia não normativa que foi à contramão das filosofias da ciência de cunho empírico-positivista, pertencentes à matriz anglo-saxônica e, a partir de algumas recusas, inaugurou esse não positivismo, que se distingue de tudo o que se pratica no terreno que o autor designa de epistemologia.

A exemplo dessas recusas, o autor discute que a epistemologia de Bachelard não estabelece critérios de demarcação capazes de legitimar certos saberes em detrimento de outros. Também não é próprio desta epistemologia procurar extrair de diferentes práticas científicas, consideradas como uma realidade homogênea, uma essência, ou a unidade de um todo. Ainda, não se intenciona que uma ciência possa, pela simples reflexão sobre si mesma, revelar as leis de sua constituição, de seu funcionamento e formação. Ao contrário, marca-se uma renovação na concepção de conhecimento ao negar que a história da ciência não é mais que um desenvolvimento ou uma evolução que conduz o conhecimento do erro à verdade, “onde todas as verdades se medem pela última que aparece” (ibid., p. 12).

Uma das contribuições fundamentais da epistemologia histórica de Bachelard, discutida por Lecourt, é a importância atribuída ao erro e à retificação na construção do



conhecimento científico. Ao conferir ao erro a primazia na construção do conhecimento científico, essa epistemologia invalida a categoria absoluta da verdade, negando à filosofia o estatuto de direito de dizer a verdade das ciências. Dessa maneira, qualquer possibilidade de um trabalho a partir de pares filosóficos, como sujeito-objeto, abstrato-concreto, dado-construído etc., fica invalidada. A partir disso, não se pode mais referir à verdade como a instância que se alcança em definitivo, mas apenas às verdades, múltiplas, históricas, que só adquirem sentido através da polêmica e após retificações dos erros primeiros. O enunciado “qualquer ciência particular produz, a cada passo de sua história, as suas próprias normas de verdade” (ibid., p. 57) é o ponto de ancoragem da premissa da categoria da verdade como sempre provisória. Essa premissa diz de forma bastante contundente de uma regra fundamental em epistemologia, estabelecida pelo trabalho de Bachelard: “respeitar-se o trabalho dos cientistas” (ibid., p. 57).

Nessa mesma direção, Lecourt analisa a crítica que Canguilhem traz em sua obra ao modo como a tradição é compreendida pela história das ciências – como uma forma de transmissão de verdades adquiridas ou até mesmo de problemas encontrados, que esperam ser ultrapassados. Essa forma de compreender a história de uma ciência, como uma evolução dos conhecimentos científicos, conduz irremediavelmente, como aponta Lecourt em sua análise, à busca por um precursor de uma determinada descoberta. É nesse sentido que se compreende a negação deliberada de Canguilhem ao evolucionismo na ciência. Retomamos aqui a citação de Lecourt do início desta seção, em que o autor a enuncia como a primeira “proposição epistemológica” discutida por Canguilhem: “A história das ciências não é uma crônica” (ibid., p. 60). Esse posicionamento contrário de Canguilhem à concepção de “história-crônica” pretende desembaraçar a história da ciência do fantasma do “precursor” trazendo à luz o fato incontornável de que cada ciência possui seu ritmo, sua temporalidade específica, portanto, sua história não pode ser tomada como linear e homogênea.

A história das ciências não segue então um curso linear e tampouco é o “relato de uma sucessão de acasos” (ibid., p. 62). Esta é a segunda proposição enunciada por Lecourt para se referir à “história-contingência”, também criticada por Canguilhem, que, segundo comenta Lecourt, demonstra em seu trabalho *Patologia da Tireoide no século XIX* que a história da tireoide, ordenada por um duplo acaso – o acaso da descoberta do iodo e o acaso da importação do iodo na terapêutica –, na verdade não é uma história de acasos acidentais. O autor argumenta que o que está na base das concepções de crônica e contingência na história das ciências é uma determinada filosofia da história, que tem o efeito de “medir pela última teoria científica a validade das que a antederam” (ibid., p. 64). Canguilhem, retomado por

Lecourt, nesse ponto preciso, argumenta que, visto por esse ângulo, a história das ciências é história, e não ciência.

Há que se sublinhar ainda do texto de Lecourt que tanto o trabalho de Canguilhem quanto o de Bachelard exerceram, de alguma maneira, influências nos trabalhos de Louis Althusser. Esta observação é fundamental nesta discussão que apresento, dado o valor estruturante do pensamento althusseriano na construção teórica de Pêcheux, como se verá tratado mais adiante.

O nome de Louis Althusser é destacado por Lecourt em sua análise crítica da epistemologia, como o nome que está diretamente relacionado à história do marxismo na França e seus trabalhos são citados como aqueles que trazem a marca do “anti-humanismo teórico”. Para Lecourt, a prática da história das ciências de Canguilhem possibilitou teoricamente aos filósofos marxistas que se reuniam em torno do nome de Althusser uma nova leitura de *O Capital*.

Lecourt destaca que Althusser fez uso de certas categorias bachelardianas, sobretudo a de “ruptura”, que é assumida pelo filósofo marxista sob a forma do conceito de *corte epistemológico*, segundo comenta Walter Evangelista na introdução crítico-histórica que escreve o autor para o livro de Althusser *Freud e Lacan; Marx e Freud*. Essa categoria filosófica considerada burguesa, da qual se valeu o filósofo marxista, produziu efeito positivo nisso que se pode considerar como o recomeço do materialismo dialético. Tal recomeço se realizou sobre “a base dos elementos materialistas libertados pelo não positivismo e o antievolucionismo da tradição epistemológica em questão”, comenta Lecourt (1980, p. 16). Nessa direção, pode-se afirmar que foi por meio dessa aproximação do marxismo com a epistemologia histórica que se fez possível postular o caráter científico da obra teórica mais importante de Karl Marx.

No entanto, tal empréstimo não deixou de produzir suas consequências teóricas e políticas, reconhecidas pelo próprio Althusser sob o nome de “teoricismo”. Segundo afirma Lecourt, as dificuldades enfrentadas a partir dessa aproximação entre o marxismo e a epistemologia se concentravam, na ocasião, sobre o estatuto do materialismo dialético, da própria filosofia marxista. O autor de *Ler o Capital* fez da filosofia marxista a “Teoria da prática teórica” e, ao importar categorias epistemológicas não positivistas, trouxe de volta, de uma forma nova e inesperada, com o nome de “Teoria”, o espectro da epistemologia positivista, ou seja, uma nova “ciência da ciência”.

Segundo Walter Evangelista, “a filosofia, assimilando-se à epistemologia e definindo-se como Teoria das práticas teóricas, concentrou-se exageradamente na oposição

Ciência × Ideologia, deixando assim, a luta de classes em segundo plano” (EVANGELISTA, 1985, p. 10). E foi mesmo Althusser quem se deu conta desse fato, tanto que seus trabalhos posteriores, iniciados em 1967 (data fornecida por Walter Evangelista, *ibid.*, p. 10), apresentaram vários elementos de retificação disso que toca o estatuto da filosofia. E a política, até então elemento ausente desse quadro teórico, entra em cena em sua definição de filosofia como “intervenção política junto das ciências” (LECOURT, 1980, p. 17).

A partir dessa entrada da política para a cena teórica, Althusser passa a se incumbir da dupla tarefa de elaborar uma teoria não filosófica da filosofia e uma teoria materialista da história das ciências. Ainda segundo indicação de Walter Evangelista, a Filosofia é redefinida como sendo, em última instância, *política na teoria*. Com isso, comenta o autor, “a luta de classes retoma seus direitos e, conseqüentemente, a antiga oposição Ciência × ideologia perde o caráter absoluto que se arriscava a assumir, para ser reafirmada de modo mais sutil e articulado” (EVANGELISTA, 1985, p. 10).

Há ainda uma consideração que merece ser trazida nesta seção. Tratam-se dos conceitos, fundamentalmente distintos, de “corte epistemológico” e “ruptura epistemológica”. Michel Pêcheux e Michel Fichant, no livro *Sobre a história das ciências* (1969), empreendem uma discussão acerca do processo histórico da formação da física científica chamando atenção para o fato incontestável de que, para que uma ciência emergja, faz-se obrigatório que se opere um corte epistemológico: “No processo histórico de formação da física científica, chamaremos corte epistemológico o ponto ‘sem regresso’ (segundo a expressão de F. Regnault) a partir do qual esta ciência começa” (FICHANT; PÊCHEUX, [1969] 1971, p. 11). O ponto sem regresso (ponto histórico) marca um posicionamento acerca da questão que em epistemologia e em história das ciências é colocada pelas correntes continuísta e descontinuísta e indica uma tomada de posição do lado da corrente descontinuísta, que “recusa a noção de saber como desenvolvimento contínuo do conhecimento comum ao conhecimento científico” (*ibid.*, p. 12).

Nessa discussão sobre o princípio de uma nova ciência, o termo *princípio* é assinalado por Fichant e Pêcheux em distinção do termo *origem*, na medida em que *princípio* significa exatamente que o corte constitutivo de uma ciência se efetua em uma determinada conjuntura, em que as filosofias e as ideologias teóricas que definem o “espaço dos problemas” se deslocam para um novo espaço dos problemas. O corte epistemológico é assim precedido, segundo os autores, por “rupturas intraideológicas, ou demarcações” (*ibid.*, p. 13) que dizem respeito aos aperfeiçoamentos, às correções, às críticas, às refutações e às negações de determinadas ideologias ou filosofias.

Tudo isso constitui o processo que antecede o corte, ou, segundo escrevem os autores, indica “o tempo de formação em que produzirá o corte” (ibid., p. 13). No curso desse processo, apresentam-se elementos ligados à base econômica (às relações de produção e processos de produção) e também elementos ligados à superestrutura jurídico-política social. Além desses elementos, as ideologias práticas corroboram como modalidades historicamente reguladas. Nesse sentido, os autores destacam que o conceito de corte nada tem a ver com a vontade individual de um cientista que pretende dar um salto para fora da ideologia “pois uma ciência não é o produto de um único homem” (ibid., p. 14).

Ao discutir os efeitos do corte epistemológico, os estudiosos consideram três situações: primeiramente, torna-se impossível um retorno a certos discursos filosóficos ou ideológicos que o precedem. Nesse sentido, para se instituir uma nova ciência, há que se romper com alguns desses discursos: “a ruptura epistemológica surge então como um efeito (‘de natureza’ filosófica) do corte (o que recorda, correlativamente, que não basta romper com uma ideologia para produzir um corte)” (ibid., p. 14).

Em segundo lugar, o corte produz o efeito de validação ou invalidação no interior mesmo das filosofias implicadas na conjuntura em que ele se dá; “traçam-se linhas de demarcação a partir dele no terreno conflituoso da filosofia” (ibid., p. 15). Por último, o corte determina uma autonomia relativa da ciência instituída: “a partir do corte, a nova ciência depende da sua própria continuação” (ibid., p. 15), continuação esta que depende fundamentalmente de um procedimento experimental que lhe seja próprio, bem como das rupturas intracientíficas, ou seja, de reformulações teóricas no interior da sua própria história.

Nessa direção, a distinção entre ruptura e corte fica destacada na medida em que se pode compreender que o corte epistemológico inclui seus efeitos de ruptura – citemos os autores na íntegra:

Sublinhemos para determinar que o erro que consiste em confundir as simples rupturas intraideológicas (ou demarcações), o corte epistemológico (incluindo seu efeito de ruptura), e as rupturas intracientíficas (ou reformulações), fingindo pensar que toda a reformulação é um novo corte e que o corte não é senão uma primeira reformulação, equivale a anular a própria eficácia dos conceitos de corte e de ruptura e a ceder praticamente terreno à posição “continuista” que já referimos (ibid., p. 15-16).

Há que se destacar que o conceito de corte aqui trabalhado pelos autores se refere à história da física. Nesse sentido, há uma nota importante de Fichant e Pêcheux ratificando que esse conceito só poderá ser aplicado à análise da constituição de outra disciplina a partir de um trabalho epistemológico que considere a história dessa nova disciplina no interior do

campo da história das ciências. Nessa direção, vale lembrar o texto de C. Haroche, P. Henry e M. Pêcheux “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso” publicado no número 24 da revista *Langages*, organizado por Julia Kristeva em 1971. Nesse trabalho, os autores trazem uma discussão acerca da epistemologia em uma posição descontinuista e discutem os efeitos do corte saussuriano para pensar o lugar da semântica entre os estudos linguísticos modernos.

Importa ainda trazer outra referência em relação à discussão de Pêcheux sobre corte epistemológico e ruptura epistemológica. Em *Semântica e Discurso*, obra de 1975, Pêcheux discute o significado da expressão “a ideologia é a exterioridade” e, nesse debate, a questão da “produção dos conhecimentos científicos em suas incidências sobre o problema dos processos discursivos” é trazida (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 171). À discussão do autor é introduzida a discussão acerca do funcionamento da forma-sujeito (especificamente da forma-sujeito do discurso) produzido pelo modo de produção capitalista, sob a dominância do jurídico, distinguindo-o de acordo com um duplo sistema de referência: “para a prática científica e para a prática política”. Nesse contexto, os significantes “conhecimento” e “política” fazem remissão às duas práticas respectivamente, conforme Pêcheux (*ibid.*, p. 171).

Sobre o conceito de forma-sujeito, Pêcheux afirma que “A expressão ‘forma-sujeito’ é introduzida por L. Althusser [...]: ‘Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma-sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma da existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais’” (*ibid.*, p. 150). A forma-sujeito está nos fundamentos da teoria materialista do discurso e parte do princípio de que o sujeito não pode ser colocado como causa de si. Nesse sentido, “sob a evidência de que eu sou eu [...], há um processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no vazio: ‘aquele que’ ..., isto é, X, o quidam que se achará aí; e isso sob diversas formas, impostas pelas ‘relações sociais jurídico-ideológicas’” (*ibid.*, p. 145).

Importante observar que Pêcheux discute a intemporalidade das relações sociais jurídico-ideológicas, ressaltando que sua história está ligada a uma construção progressiva, em que a ideologia jurídica do Sujeito corresponde a novas práticas, nas quais o direito, no fim da Idade Média, se desprende da religião, antes mesmo de se voltar contra ela. Essas novas práticas se constituem, assim, como uma “nova forma de assujeitamento, a forma plenamente visível da autonomia” (*ibid.*, p. 145). A forma-sujeito é, assim, efeito, e não causa

de si – efeito da identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o constitui<sup>19</sup>.

Ao discutir acerca dessa dupla distinção, Pêcheux mostra que a ciência marxista-leninista da história, ciência nova e revolucionária, dada a especificidade de seu objeto, transforma as relações entre essas duas práticas. A definição do objeto da ciência (marxista) da história é dada por Althusser, segundo cita Pêcheux, como “as condições, os mecanismos e as formas da luta de classe” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 184). A especificidade do objeto, tal como Pêcheux a compreende retomando Althusser em sua resposta a John Lewis, assinala a diferença fundamental do processo de produção dos conhecimentos “no continente das ‘ciências da natureza’”.

No caso específico das “ciências da natureza”, é próprio do processo de produção dos conhecimentos “ser cego enquanto tal aos efeitos que nele se inscrevem no processo de reprodução/transformação das relações de produção” (ibid., p. 185), do que resulta afirmar que

a produção dos conhecimentos no domínio das ciências da natureza se efetua globalmente no interior de um perfeito desconhecimento da história, isto é, da luta de classes, de modo que *seus resultados se reinscrevem espontaneamente nas formas da ideologia dominante sem que, nem por isso, o processo de produção dos conhecimentos nesse setor esteja, como tal, diretamente entravado* (ibid., p. 185-186 – itálicos do autor).

Ainda sobre a especificidade do objeto da ciência marxista-leninista, a saber, a reprodução/transformação das relações da própria produção, Pêcheux assinala que sua “inovação” se refere ao fato de ele ser o mesmo, tanto para a teoria quanto para a prática dessa ciência e, nesse sentido, os interesses teóricos do materialismo histórico e os interesses *práticos* (políticos) do movimento operário são, a rigor, indissociáveis (ibid., p. 187). Ou seja, para Pêcheux, “a prática teórica do materialismo histórico pressupõe e implica a prática política do proletariado, com o vínculo que as une” (ibid., p. 187). Trata-se, portanto, segundo especifica o autor, de se considerar a “formação histórica de uma *política científica*,

---

<sup>19</sup> No capítulo seguinte, em que trago uma discussão acerca do sujeito e do sentido pelo viés discursivo, retomarei a discussão acerca da forma-sujeito do discurso, trazendo uma discussão sobre a retificação que Pêcheux apresenta em seu artigo “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, escrito em 1978. Nesse artigo, Pêcheux revisita conceitos e formulações trabalhadas em *Semântica e Discurso*, livro de 1975, e o ponto fundamental dessa retomada e retificação recai justamente sobre o tratamento que reserva ao sujeito de discurso, mostrando que ele, Michel Pêcheux, é pego pelo efeito de coincidência do sujeito e do eu (Pfeiffer, 2005, p. 167). Tratarei desta questão mais detidamente, mais adiante.

contemporânea à formação histórica do movimento operário, e ligada, de seu interior, a um conhecimento científico da luta de classes” (ibid., p. 187 – itálicos do autor).

Levando em conta a natureza do objeto dessa ciência, o autor assinala que para avançar na teoria materialista dos processos discursivos, as seguintes proposições devem ser descartadas: “a ‘evidência’ segundo a qual é o *homem*, o *sujeito*, a *atividade humana*, etc., que produz conhecimentos científicos; não é o homem que produz os conhecimentos científicos, são os *homens* em sociedade e na história, isto é a *atividade humana social e histórica*” (ibid., p. 171-172 – itálicos do autor). Esses descartes se sustentam na argumentação de que não se pode conceber a “existência da sociedade e da história independentemente da história da luta de classes” (ibid., p. 172), sendo assim, também a “história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes” (ibid., p. 172 – itálicos do autor).

É por essa via que Pêcheux segue mostrando que a produção histórica de um conhecimento científico não poderia ser concebida como “uma ‘inovação das mentalidades’, uma ‘criação da imaginação humana’, um ‘desarranjo dos hábitos do pensamento’” (ibid., p. 172). Tal concepção estaria de acordo com uma teoria idealista da produção dos conhecimentos científicos. A direção de Michel Pêcheux é outra. É a mesma direção que já apontara em seu trabalho com Michel Fichant, como vimos anteriormente, em que defendera lá no texto de 1971 e continua afirmando nesse texto de 1975, que “um processo histórico é determinado, em última instância, pela própria produção econômica” (ibid., p. 172).

Isto equivale a dizer que a produção dos conhecimentos científicos está fundamentalmente ligada às condições da reprodução/transformação das relações de produção, como já discutimos acima. No entanto, nesse texto de 1975, Pêcheux introduz a forma-sujeito do discurso em relação ao corte que produz uma nova ciência, afirmando que “o momento histórico do corte que inaugura uma ciência dada é acompanhado necessariamente de um questionamento da forma-sujeito e da *evidência do sentido* que nela se acha incluída” (ibid., p. 175 – itálico do autor).

Ainda nesse texto de 1975, o autor assinala que toda ruptura epistemológica produz um “desarranjo”, uma espécie de “redistribuição específica das relações entre o idealismo e o materialismo, na medida em que toda ruptura exhibe e põe em discussão, em seu próprio campo, os efeitos da forma-sujeito” (ibid., p. 178). Assim, se por um lado, no terreno do processo idealista da produção do conhecimento, a forma-sujeito é caracterizada pela “coincidência do sujeito consigo mesmo (eu/ ver/ aqui, agora)” (ibid., p. 178), por outro lado, em condições análogas, o processo materialista de produção do conhecimento caracteriza-se “enquanto um processo sem sujeito” (ibid., p. 179). A luta entre o materialismo e o idealismo

jamais cessará, se reatualizando, de época em época, por meio de confrontos teóricos que caracterizam o “front da luta pela produção dos conhecimentos” (ibid., p. 182), adverte Pêcheux.

A partir da premissa de que a lógica é o princípio de toda ciência, e a produção dos conhecimentos segue um desenvolvimento linear, ao mesmo tempo empírico e dedutivo, sempre apoiada nos pares antitéticos – verdadeiro/falso –, cria-se o “mito idealista”. Para o autor, a raiz da questão está na ideia de que existe um discurso da ciência, um discurso do sujeito da ciência, que apaga o sujeito, tornando-o “‘presente por sua ausência’, exatamente como Deus sobre esta terra no discurso religioso” (ibid., p. 182). No entanto, não há “discurso da ciência”, ou “de uma ciência”, afirma Pêcheux.

Três pontos são destacados pelo autor como paradoxos do ponto de vista idealista, uma vez que constituem, ao mesmo tempo, os pilares de uma posição materialista. O primeiro ponto destacado postula que todo discurso é o discurso de um sujeito (não de um indivíduo concreto), no sentido em que “todo discurso funciona com relação à forma-sujeito, ao passo que o processo de produção do conhecimento é um ‘processo sem sujeito’” (ibid., p. 182). O segundo ponto destacado adverte que “o processo de produção dos conhecimentos opera através de tomadas de posição (‘demarcações’ etc.) pela objetividade científica” (ibid., p. 182). O terceiro ponto enfatiza que o processo de produção dos conhecimentos é um “corte continuado [...] coextensivo das ideologias teóricas, das quais ele não cessa de se separar” (ibid., p. 182). Nesse sentido, o autor argumenta que não há discurso científico puro na medida em que está sempre ligado a alguma ideologia, ou seja, “toda ciência é sempre investida (circundada e ameaçada) pelo ‘ideológico’” (ibid., p. 183).

Esses pontos basilares da produção dos conhecimentos científicos de acordo com uma tomada de posição materialista permitiram que Pêcheux postulasse que “a ciência marxista-leninista da história é realmente uma ciência (e não um ‘ponto de vista’, uma ‘aposta’, uma ‘interpretação’ ou um evangelho’; em suma, um *mito político*)”. É fundamental compreender essa afirmação do autor em relação ao que anteriormente ele discutiu sobre o corte que instaura uma ciência – se a ciência da história é o marxismo-leninismo, isso quer dizer que “o trabalho da produção dos conhecimentos marxistas-leninistas é uma luta e não o desenvolvimento harmonioso [...] que o racionalismo clássico atribui a toda ciência” (ibid., p. 184). Ou seja, citando Althusser, o que diz Pêcheux é que, ao contrário do que afirma o racionalismo, uma ciência não progride em “linha reta [...], sem males ou conflitos internos, e por si mesma a partir do ‘ponto de não retorno’ do ‘corte epistemológico’” (ALTHUSSER apud PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 184).



Após ter trazido alguns elementos fundamentais sobre epistemologia e história das ciências para encaminhar esta discussão sobre o que se compreende em AD por uma visão histórica da ciência, acrescento uma citação de Paul Henry que, ao meu ver, vai também nessa mesma direção discutida acima e lança luz sobre um elemento fundamental deste trabalho – a interpretação da história:

É verdade que é ilusório colocar para a história uma questão de origem, e esperar dela uma explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande história (HENRY, 2010, p. 47).

Passarei a tratar da problemática que envolve a leitura do arquivo, partindo agora do ponto que, para se configurar este arquivo de leitura, considero que há uma história a fazer sentido, a reclamar sentido, sentidos. Nessa direção, proponho aprofundar esta questão a partir da seguinte pergunta: Que se poderia compreender por ler o arquivo em uma perspectiva discursiva?

## **1.2 Que se poderia compreender por ler o arquivo em uma perspectiva discursiva?**

Para sustentar uma possibilidade de compreensão acerca de uma leitura do arquivo textual em uma perspectiva discursiva é importante observar, antes de mais nada, o que se compreende discursivamente por leitura e por texto. A AD materialista configura-se como um modo de leitura que se sustenta em um dispositivo analítico-teórico que considera a história em uma relação constitutiva com o sujeito e o sentido.

A leitura de um texto, por esse viés, não pode ser tomada pela evidência de uma simples decodificação, de uma “apreensão de um sentido (informação) que já está dado nele” (ORLANDI, 2000, p. 37). Esse modo discursivo de leitura “não encara o texto como produto, mas procura observar o processo de sua produção e, logo, de sua significação” (ibid., p. 37). O texto no sentido discursivo, embora possa ser tomado como uma unidade de análise, não pode ser compreendido em sua empiria, como um produto de um sujeito empírico, que conscientemente faz suas escolhas. Produto do qual se pode determinar um começo, um meio e um fim em que o sentido já está acabado.

Antes, o texto é tomado como unidade discursiva, o que faz com que se reinstale imediatamente sua incompletude. A leitura é compreendida então como um processo de

produção de sentido, e é constitutiva do texto, na medida em que, ao ler, “se configura o espaço da discursividade em que se instaura um modo de significação específico” (ORLANDI, 2000, p. 38) por meio do qual as evidências do sentido são questionadas – o sentido sempre pode ser outro.

É por esse viés que se compreende que na perspectiva da AD materialista os discursos estabelecem uma história que não pode ser definida nem pela cronologia, nem tampouco por seus acidentes ou sua evolução. Essa história se define pela produção de sentidos, conforme afirma Orlandi (2008) retomando Paul Henry. A autora acrescenta que “não há história sem discurso [...] e é pelo discurso que não se está só na evolução, mas na história.” (ibid., p. 18).

Assim, tratar uma configuração de arquivo textual discursivamente implica em considerar a possibilidade mesma de uma leitura em que a produção de sentidos possíveis se opera a partir de uma diversidade de textos, mas não a partir da acumulação deles. Os textos, do modo como se compreende aqui, constituem então para o analista do discurso o documento a ser lido e historicizado. De acordo com Horta Nunes,

Uma obra passa a ser um “documento” na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental. O texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos. Sua tipologia é variada e caracteriza-se pelo caráter metalinguístico. Por vezes, ele se apresenta inserido em um texto teórico, outras vezes apresenta-se como texto de arquivo, com o objetivo reconhecido de documentação (NUNES, 2008, p. 83).

Dessa forma, de acordo com a perspectiva discursiva, ao ler o arquivo, deve-se levar em conta a leitura da história, sua interpretação, “relacionar o dizer com o não dizer, com o dito em outro lugar e com o que poderia ser dito” (ORLANDI, 2001, p. 7).

Para fundamentar a posição assumida neste trabalho no que respeita a constituição de arquivo de leitura em uma prática discursiva materialista tomaremos o texto “Análise de Discurso e Informática” ([1981] 2011)<sup>20</sup>, em que Pêcheux sublinha a importância de se considerar “esse jogo entre o mesmo e o outro, que caracteriza a heterogeneidade contraditória do campo do arquivo” (ibid., p. 281), mostrando que invariavelmente duas

<sup>20</sup> Não cabe aqui apresentar o trajeto percorrido por Pêcheux, traçando a historicidade da noção de arquivo no trabalho do autor. Nesse sentido, recorro diretamente aos textos de 1981 e 1982 para sustentar as argumentações sobre a discussão acerca da constituição do arquivo nesta pesquisa. No entanto, ao trazer esta discussão com base nas discussões de Michel Pêcheux, faz-se necessário lembrar que o autor em sua AAD-69 não falava em arquivo como o faz nos referidos textos de 1981 e 1982. Segundo Lagazzi (2015), naquele momento de sua teorização, sua preocupação recaía sobre a constituição do corpus e com o modo de acesso ao objeto. De acordo com a autora, esses pontos destacados de seu trabalho de 1969 são fundamentais e se relacionam fortemente com sua futura teorização sobre a questão do arquivo.

materialidades estão imbricadas na prática de leitura de arquivo. De acordo com o autor, o trabalho que ele propõe oferece

os meios de sustentar argumentativamente, sobre o terreno da informática, a tese segundo a qual as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, que se diferencia por essa razão mesma de toda perspectiva estritamente informacional, documentária ou intelectual. Um corpus de arquivo textual não é um banco de dados (ibid., p. 281).<sup>21</sup>

Em seu artigo “Ler o arquivo hoje” ([1982] 2010), Michel Pêcheux coloca essa mesma questão da materialidade da língua e da história em relevo. Ao examinar o desenvolvimento das questões que envolvem a análise dos discursos, textos e arquivos, o autor interroga sobre as relações possíveis entre o aspecto histórico e linguageiro que se referem à leitura de arquivo, bem como o aspecto matemático e informático que envolve o tratamento dos documentos textuais, levando em conta a conjuntura das pesquisas em linguística formal. Em suas análises, Pêcheux mostra que em toda uma história das ideias, que remonta à era clássica, um abismo se formou entre isso que a tradição escolar-universitária designa como “duas culturas”, a saber, a “literária” e a “científica” (ibid., p. 50).

Acerca dessas duas tradições, o autor discute o tratamento que cada uma dá ao arquivo. Os literatos, por tradição, eram os profissionais de arquivos. Eles construíam seu mundo de arquivo a partir de leituras solitárias, que não contavam com a mediação de qualquer teoria do texto ou da leitura. A leitura, desse modo, não era considerada como constitutiva da configuração arquivística. Por outro lado, pela cultura científica, o autor mostra que o tratamento dispensado ao arquivo se direcionava para fins estatais e comerciais, portanto, a configuração do arquivo deveria facilitar a comunicação, a transmissão e a reprodução de informações – objetividade e clareza no arquivo eram as “virtudes de ordem e de seriedade, de limpeza e de bom caráter” (ibid., p. 52).

Ao analisar essas duas culturas, Pêcheux destaca que a concepção de língua que cada uma apresenta deixa em aberto a questão da leitura como interpretação. Para o autor, o fato da língua que foi e é subestimado nos projetos de leituras de arquivo tanto no campo literário como no científico deve ser explorado, uma vez que a língua deva ser concebida como “um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo” (ibid., p. 58) cujos efeitos

---

<sup>21</sup> Esse texto foi escrito em 1981. Nesse momento os procedimentos de análise proposto por Pêcheux em sua *Análise do Discurso* diferem daqueles em que o autor apresenta em AAD-69. Esta questão será melhor trabalhada no decorrer desta pesquisa. Destaco, por ora, que nessa formulação do autor, o fato do equívoco é tratado de forma incontornável, enquanto que, em ADD-69, não havia qualquer menção a esse respeito.

linguísticos materiais se inscrevem na história. Com isto Pêcheux mostra a urgência de se considerar a materialidade da língua na discursividade do arquivo e de se desenvolverem práticas diversificadas para um trabalho com o arquivo textual em que se levem em conta os interesses históricos, políticos e culturais.

Passo agora a discutir a constituição deste arquivo textual de leitura

### *1.2.1 Este arquivo*

Esta investigação que proponho se ancora na leitura e constituição do arquivo textual de Michel Pêcheux, como já mencionado. A leitura deste arquivo se sustenta em sua teoria da Análise do Discurso (interdiscurso, memória, intertextualidade etc.), nesse sentido, tento trazer uma leitura que segue um percurso não linear, não teleológico, não transparente, que se segura nos fios de um movimento constante de ir e vir, em que textos de Pêcheux e colegas intelectuais são colocados em relação de intertextualidade e interdiscursividade. Neste movimento pelo arquivo de Michel Pêcheux, minha atenção recai sobre as condições de produção em que o poético passa a ser tratado como questão na teorização de Michel Pêcheux, marcando de forma estruturante suas discussões acerca da língua, do sujeito e da história. No movimento de ir e vir, remonto a outros momentos e lugares em que, na teorização do autor, o poético não discutido em meio à problemática da língua, do sujeito e da história, fundamento do projeto do autor.

Meus primeiros gestos de leitura se deram a partir de uma exposição aos textos de Pêcheux que já foram publicados no Brasil, incluindo aqueles em coautoria com seus colegas intelectuais. Tive também acesso a alguns trabalhos ainda não publicados, que são mantidos no Fundo Michel Pêcheux, disponibilizados pelo Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Unicamp, em seu Centro de Documentação Urbana (Cedu). Trabalhos de Pêcheux que não estão disponíveis no Brasil, pela dificuldade de acesso neste momento da pesquisa, não constam deste trajeto de leitura. Já nessa primeira leitura mais geral desses textos de Pêcheux, meu movimento foi o de encontrar pistas que me ajudassem a compreender o percurso feito por Pêcheux em sua referência ao poético em seu projeto da Análise do Discurso.

Primeiramente, percorri os trabalhos de Pêcheux em busca dos significantes poético, poesia, poética e correlatos, e chamou-me a atenção o fato de que o único trabalho de Michel Pêcheux anterior a década de 1980 que traz referências ao poético é seu livro de 1975, *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, [1975], 2009). Tratam-se mesmo de referências que não articulam o poético com o funcionamento da língua como nos textos da década de 1980.

O recurso de assinalar o momento em que o poético é referido no conjunto da obra de Pêcheux, e ainda o momento em que o poético passa a ser uma questão no projeto teórico do autor, não deve ser compreendido como uma tentativa de dizer que a questão do poético aparece como um salto na teorização do autor. Não é uma leitura linear da obra de Pêcheux que proponho, entretanto, me valho de uma certa divisão proposta por Denise Maldidier em *A Inquietação do Discurso* (2003)<sup>22</sup>, ou mesmo pelo próprio autor em seu artigo “A Análise de Discurso: Três Épocas” ([1983] 2010)<sup>23</sup>, uma vez que nesses trabalhos os estudiosos discutem os importantes movimentos de idas e vindas de Michel Pêcheux, juntamente com seu grupo de trabalho, no percurso teórico da Análise do Discurso, marcado por retomadas e retificações, sempre atrelados às conjunturas políticas e teóricas.

Entretanto, vale observar que os movimentos de ir e vir pelos textos de Pêcheux sobrepuseram-se a uma demarcação cronológica da trajetória da Análise do Discurso. Esses movimentos estão de acordo com a discussão acerca da história das ciências, em que me coloco do lado de uma visada materialista da produção do conhecimento para pensar a constituição deste arquivo de Michel Pêcheux.

Nessa direção procuro compreender o (não)lugar do poético em seu percurso. Duas premissas me guiam: 1) o poético é tematizado na cena discursiva na década de 1980, em uma relação constitutiva com a língua, com o funcionamento político da língua. 2) o poético não surge como um salto na teorização de Pêcheux, mas vai ocupando um certo lugar na obra do autor. A construção desses lugares em que o poético se instala está relacionada às conjunturas teóricas e políticas das pesquisas que tomam a questão da língua do sujeito e da história, ao longo de dezessete anos de teorização do autor. Nesse sentido, não é guiada pela ordem do tempo, mas pela ordem da história, segundo Maldidier (2003), que tento inscrever esta leitura.

Este posicionamento está de acordo com a discussão empreendida acima, acerca da historicidade da ciência, da qual retomo o pressuposto de que “A história das ciências não é uma crônica” (LECOURT, 1980, p. 60). Nesse sentido, a ciência possui seu ritmo, sua

---

<sup>22</sup> Maldidier, em uma avaliação histórica apresentada em seu texto “Elementos para uma história da Análise do Discurso na França” (2010), mostra que o campo da Análise do Discurso sofre uma reconstrução-reconfiguração após a grande virada da conjuntura teórico-político, iniciada em torno de 1975.

<sup>23</sup> Compreendemos com Suzy Lagazzi, em sua exposição oral (I SEAD, 2003) acerca do texto de Michel Pêcheux “A Análise do Discurso: Três épocas”, que a referência de Pêcheux a três épocas da AD não é a de uma proposta de divisão cronológica de seu trabalho. Para a autora, trata-se de se discutir um percurso “no qual, principalmente pela discussão do conceito de F[ormação] D[iscursiva], cada vez mais o autor abriu condições para que a relação entre a teoria e a prática fosse mais fecunda no trabalho com o discurso” (LAGAZZI, 2003)

temporalidade específica, portanto, levo em conta que a história da disciplina Análise do Discurso não poderia aqui ser tomada como linear e homogênea, tampouco totalizante. Assim, não se trata de tentar trazer aqui um relato de uma sucessão de acasos, tampouco trata-se de buscar por um precursor, uma vez que se considera, como já discutido, que “uma ciência não é o produto de um único homem” (FICHANT; PÊCHEUX, [1969] 1971, p. 14)

Guiada por essas premissas, percorri os trabalhos de Michel Pêcheux à procura de pistas, traços que, na trilha teórica desse autor, indicassem como uma discussão sobre o poético foi ocupando um determinado lugar em sua teoria e, ainda, de que modo essa discussão foi sendo textualizada. Meu gesto de leitura nesse momento mais inicial foi o de me colocar atenta à presença de termos como *poesia*, *poético*, *poética*, *poema*, *poeta* e outros correlatos, e também a menções que o autor faz de diversos poetas, bem como a citações de seus versos. Observei diversas distinções nas formulações do autor. Interroguei-me, então, sobre a espessura semântica das variadas designações de *poético*, *poesia*, *poética* em sua textualização, que são referenciados por si sós, ou em formulações como: *efeito poético*, *deslizamento poético*, *traço poético*, *metáfora poética*, *formas poéticas*, *prática poética*, *razão poética*, *imagem poética*, *teorias poéticas*.

Ao lado dessa observação acerca das maneiras como tais significantes são textualizados na obra de Pêcheux, destaquei diversas formulações em que eles são trazidos e articulados com os significantes *equivoco*, *loucura* e *político* (*política*, *revolução* etc.), uma vez que essas aproximações apontavam também para uma regularidade na textualização do poético.

Esses pontos destacados indicam o momento mais inicial da constituição deste arquivo de leitura e, na medida em que fui sendo mobilizada pelas leituras dos textos de Michel Pêcheux, tendo sempre em vista o poético em seu projeto teórico, formulei as seguintes questões:

i. Dada a conjuntura teórica em que Pêcheux apresenta sua AAD 69, dada a conjuntura em que o autor discute o poético como uma questão bastante consequente para sua análise do Discurso, importa problematizar sua adesão ao movimento estruturalista e, mais além, importa discutir os aspectos do movimento frontalmente criticados pelo autor. Este exercício de leitura me forneceu algumas pistas para compreender o lugar do poético na teorização de Pêcheux, e os efeitos importantes para suas discussões sobre o sujeito, a linguagem e a história. Nesse sentido, foi imprescindível problematizar, não só sua forte presença em trabalhos mais tardios, mas também sua “ausência” em seus primeiros trabalhos, ausência só percebida *après coup*. Essa primeira questão é discutida no capítulo II.

ii. No capítulo III minha leitura se deu na direção de destacar os efeitos do poético no projeto de Michel Pêcheux, em sua discussão sobre língua(gem), história e sujeito.

Os textos que compõem este arquivo são: “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” (FUCHS; PÊCHEUX, [1975] 2010); *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, [1975] 2009); *A Língua Inatingível* (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004); “Delimitações, Inversões, Deslocamentos” (PÊCHEUX [1981], 1990); “Sobre a (des-) construção das teorias linguísticas” (PÊCHEUX, [1982] 1999); “Metáfora e interdiscurso” (PÊCHEUX, [1984], 2011); “Ler o arquivo hoje” (PÊCHEUX, [1982] 2010); “Análise do discurso: três épocas” (PÊCHEUX [1983] 2010); *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* (PÊCHEUX, [1983], 2006).

Ao destacar este recorte, sublinho a importância desses textos, uma vez que trazem formulações fundamentais para compreender os modos como o poético vai sendo construído em determinados lugares na Análise do Discurso materialista. Faz-se, assim, necessário reiterar que este recorte se configura a partir do gesto constitutivo desta leitura de arquivo. Nessa condição, entende-se que o pesquisador estaria já implicado na constituição do arquivo, tomando decisões e assumindo posições, mas não como um sujeito cognitivo, consciente de suas escolhas, e sim como parte da história e como sujeito de desejo.

Uma observação fundamental acerca deste arquivo é a de que há uma predominância de enunciados recortados do livro de 1981, escrito por Michel Pêcheux em parceria com Françoise Gadet. Isto se justifica uma vez que, na medida em que fui me movimentando pelos textos de Michel Pêcheux, observei que esse livro seria um observatório privilegiado para esta investigação, sobretudo pelas diversas referências que encontrei sobre o poético em sua teorização. O livro *A Língua Inatingível* foi então tomado como guia diretor para esta investigação, a partir do qual outros textos foram sendo articulados.

Importa destacar ainda que não se tratou aqui de trazer todas as formulações que tratam do poético na obra de Pêcheux, e tampouco que esta leitura se ancorará apenas em formulações que apresentem os significantes *poesia*, *poético* etc. De fato, tratou, para mim, de reunir determinadas formulações enquanto recortes e esses recortes enquanto conjuntos, pequenas unidades discursivas que me permitem fazer articulações intertextuais e interdiscursivas sem, contudo, a pretensão de esgotar os sentidos do poético na obra de Pêcheux.

No campo discursivo, Eni Orlandi afirma a necessidade de distinguir intertextualidade de interdiscursividade. Segundo a estudiosa, a intertextualidade “restringe-se

à relação de um texto com outros textos” e a interdiscursividade, mobiliza relações de sentido (ORLANDI, 2005, p. 35).

Assim, a interdiscursividade é da ordem do saber discursivo, portanto, da ordem de uma memória que é “afetada pelo esquecimento” (ibid., p. 34). O esquecimento que aqui se fala diz respeito à presença de um saber historicamente construído, mas que não se acessa diretamente, de modo empírico. Trata-se de um saber discursivo ao qual se pode filiar ou não, ainda que se desconheça essa filiação.

A intertextualidade, por sua vez, é também da ordem da presença do saber discursivo, entretanto, ao contrário da interdiscursividade, não é da ordem do esquecimento. Antes, a intertextualidade se constrói na relação entre os textos que compõem a constituição do arquivo de leitura.

No caso específico deste trabalho de pesquisa, a relação de intertextualidade consiste em colocar em relação diversos textos de Michel Pêcheux e estes textos também em relação com textos de outros autores que são citados diretamente por Pêcheux ou são trazidos pelo gesto de arquivo construído nesta pesquisa, lembrando sempre que, ao tomar esses textos postos em relação como objetos discursivos, já se está lidando com unidades complexas que comportam diferentes processos de significação, processos que, por sua vez, “são função da sua historicidade” (ORLANDI, 2005, p. 34,). Nesse sentido, a leitura que se faz leva em conta tanto uma relação intertextual quanto interdiscursiva.

Gostaria de fechar a discussão acerca deste trajeto retomando algumas questões que considero fundamentais para dizer do modo como este arquivo em contínuo movimento foi lido, no que concerne especificamente a uma tomada dentro da história das ciências e, em nosso caso particular, de uma história das ideias linguísticas.

Fundamentando-nos mais fortemente na leitura que Dominique Lecourt faz de Bachelard e Canguilhem, esta leitura de arquivo se sustenta pela visão historicista da ciência desses autores em contrapartida a uma visão positivista da história das ciências, com a qual eles rompem. Resumidamente, os pontos dessa discussão que interessam destacar dizem respeito ao não positivismo e ao antievolucionismo da epistemologia histórica, como já tratamos anteriormente.

As categorias de erro e de verdade, tal como as discute Lecourt sobre a obra de Bachelard, são de importância indiscutível para um trabalho que se pretende discursivo, como este que desenvolvemos. Também se destaca, em relação a Canguilhem, a recusa de se encontrar um precursor para uma descoberta e a recusa de se considerar a história das ciências como uma sucessão de acasos.



Os destaques que apresento acerca das compreensões epistemológicas marcam fundamentalmente o movimento que fiz em torno desta leitura de arquivo. Reitero, assim, que o que se procurou neste trabalho foi, para além ou para aquém de se navegar em águas calmas, traçar uma rota que não se guiasse por uma cronologia, não se valesse de uma acumulação de textos, mas se movesse em espaços de tensões e contradições rumo a uma produção de sentidos acerca do que assinala Pêcheux sobre a poesia em seu projeto da Análise do Discurso.

Ao longo desta travessia, um olhar para a história, não como uma crônica, mas como “fato” ou “evento” que, como bem nos lembra Paul Henry em uma citação que apresentei anteriormente, não cessa de reclamar por interpretação, por sentidos. “Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande história” (2010, p. 47), diz o autor, ao que acrescento: mesmo para esta história que pretendi contar, mantendo sempre no horizonte a miragem do objeto aqui eleito, mas não para se chegar a uma “verdade última”.

Isto porque, a cada momento que retornei ao arquivo, muitas questões foram se colocando e reafirmando a impossibilidade de se abandonar os movimentos de idas e vindas. Assim, os sentidos que se construíram nesse embalo são sempre fecundos e não cessam de se produzir. Cabe então destacar que, em virtude dessa finitude relativa inerente aos gestos de leitura, qualquer “ponto final” indica não mais do que uma necessidade incontornável de dizer *é isso...* ainda que não seja *apenas isso*.

## CAPÍTULO II ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS CONJUNTURAS TEÓRICO-POLÍTICAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

*Não sou necessariamente cativado pelo texto de  
prazer; pode ser um ato ligeiro, complexo, tênue,  
quase aturdido: movimento brusco de cabeça, como  
o de um pássaro que não ouve nada daquilo que nós  
escutamos, que escuta aquilo que nós não ouvimos.  
Roland Barthes*

No texto “Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969”, Françoise Gadet, Jacqueline Leon, Denise Maldidier e Michel Plon discutem que na conjuntura linguística da França na década de 1960, para o trabalho de Michel Pêcheux escrito em 1969, os seguintes “nomes” e “temas têm destaque: Saussure e o estruturalismo; a recepção de Chomsky e da GGT; Harris; Jakobson; Benveniste e a enunciação; e Culioli” (GADET et al, 2010, p. 39). A importância desses seis nomes e temas para o projeto de Michel Pêcheux é reiterada pelos estudiosos, que asseveram que a concepção de língua a partir da qual Michel Pêcheux vai apresentar seu conceito de discurso, no momento mesmo em que escreve seu texto de 1969, passa, de certa maneira, por todos eles.

Trata-se, segundo os estudiosos, de uma concepção de língua que cruza a prática gramatical com a gramática tradicional em que se baseia o ensino fundamental do francês, com foco na análise gramatical e na análise lógica, bem como nos princípios de retórica. Os autores observam que, notadamente, Pêcheux apresentará mudanças em sua concepção de língua em seus trabalhos posteriores, o que produzirá significativas consequências para seu projeto teórico. É importante destacar que esse deslocamento na concepção de língua que Pêcheux traz em seu projeto não passa ao largo de sua discussão acerca do poético, como veremos mais adiante.

Entretanto, ainda que essas mudanças ocorram, é digno de nota, como discutem os autores, que o filósofo materialista apaixonado pela informática nunca abandonará a formalização em seu trabalho. Vale aqui mencionar dessa paixão de Michel Pêcheux pela formalização, sua proposta, no início da década de 1980, do uso do Deredec, um programa de informática aplicado ao tratamento do texto que, diferentemente daquele apresentado em sua AAD-69, “vai fazer com que as possibilidades de comparação não mais se limitem unicamente às sequências de igual dimensão” (GADET et al, 2010, p. 40). Mais adiante discutirei o deslocamento aqui mencionado.

Na continuação da análise que trazem, os estudiosos especificam que o trabalho de Zellig Harris fornece alguns procedimentos de análise para o projeto AAD-69 e “inspira o estabelecimento de todo o dispositivo da AAD” (ibid., p. 44), no que toca, sobretudo, a fase da análise linguística. Entretanto, não é uma “teoria da língua” que está em questão quando Pêcheux se aproxima dos trabalhos de Harris. Trata-se principalmente do empréstimo de um procedimento de análise, destacam os autores. Nesse sentido, os autores citam Pêcheux, sublinhando sua preocupação em esclarecer que tal procedimento é estabelecido sobre “pressupostos teóricos que exigem precisamente ser explicitados e criticados pelo linguista” (ibid., p. 44).

A partir desse breve preâmbulo, assinalo que a proposta primordial deste capítulo é de remontar às conjunturas teóricas e políticas do projeto da Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Esta é uma proposta de produção de *alguns* sentidos a partir da leitura de arquivo e que, portanto, é uma leitura que descarta o olhar linear, teleológico e totalizante da história.

Trata-se de tocar em alguns pontos que considero fundamentais desse trajeto, principalmente naqueles que poderão dizer algo acerca do lugar do poético na teorização de Michel Pêcheux. Assim, faz-se necessário destacar que a discussão acerca do poético é empreendida pelo autor na década de 1980 de forma bastante consequente para sua disciplina. Digo consequente, uma vez que, desde seu livro *La langue introuvable* de 1981, escrito com a jovem linguista Françoise Gadet e traduzido para o português como *A Língua Inatingível*, não se pode mais deixar de reconhecer o poético como constitutivo da língua, e a língua sendo capaz de política, como se verá mais detidamente discutido ao longo desta escrita. Entretanto, ao remontar às condições específicas da constituição do projeto da Análise do Discurso de Michel Pêcheux (AAD-69), pode-se observar que o poético nem sempre fora uma questão na teorização do autor. O que me interroga nessa direção é compreender o que o impossibilita de fazê-lo e, ainda, o modo como o poético vai se constituindo e ganhando um certo lugar no projeto da Análise do Discurso materialista.

Para prosseguir, trago algumas notas acerca do momento “inaugural” (MALDIDIER, 2003, p. 19) da disciplina da Análise do Discurso no cenário francês na década de 1960. Parto do texto de Denise Maldidier, *Elementos para uma história da Análise do Discurso na França* (MALDIDIER, 2010). Em seguida, discuto alguns dos fundamentos do estruturalismo, procurando destacar aqueles mais importantes para a formulação de conceitos fundamentais para o projeto do autor, como os conceitos de língua, sujeito e sentido. Esta direção encontra justificativa no fato mesmo de que o estruturalismo tenha significado para Pêcheux um dispositivo polêmico e ao mesmo tempo um programa de

trabalho (PÊCHEUX, [1981] 2011) que possibilitou ao autor colocar suas questões, naquele determinado contexto teórico-político na França.

Certamente que os pontos de distanciamento que Pêcheux assinala do estruturalismo são também discutidos. Assim, será importante ainda assinalar os aspectos do estruturalismo criticados pelo autor em seus trabalhos futuros, principalmente no que dizem respeito à “posição teórico poética do movimento estruturalista” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53). Nessa direção, importa destacar os modos como os conceitos de língua, sujeito e sentido são afetados nessa revisita crítica que o autor faz em sua obra aos fundamentos do estruturalismo e, então, o lugar que o poético ocupa nessa problemática.

## **2.1 Análise do Discurso francesa, dois nomes: Michel Pêcheux e Jean Dubois**

Maldidier faz uma esclarecedora retomada da instituição da Análise do Discurso de matriz francesa e coloca como tributário da disciplina, ao lado do discurso de encerramento pronunciado por Jean Dubois no *Colóquio de Lexicologia Política de Saint Cloud* em abril de 1968 (MALDIDIER, 2010, p. 9), a AAD-69 de Michel Pêcheux. Bem destacada pela autora, essa dupla fundação (que segundo a autora só pode ser pensada retrospectivamente) nada tem de individual, mas “ela coloca a questão sobre as condições de possibilidade de um campo novo dentro da conjuntura teórico-política do fim da década de sessenta” (ibid., p. 9-10). Essa formulação coloca em destaque uma visada da ciência do ponto de vista de sua historicidade. Desse modo, em concordância com tal concepção, a autora coloca em relevo que a possibilidade de compreensão do trajeto teórico da constituição da Análise do discurso somente pode ser pensada no “só depois”.

Prosseguindo em sua análise, a autora assinala que esse encontro, nessa dada conjuntura, entre Jean Dubois – lexicógrafo reconhecido, grande nome da linguística francesa, interessado pelos estudos literários e gramaticais – e Michel Pêcheux – filósofo, profundamente envolvido nos debates teóricos empreendidos na rua d’Ulm, em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia – não foi um encontro pessoal, mas intelectual, em que o marxismo e a política significaram o espaço compartilhado pelos dois intelectuais, sobretudo em torno de discussões sobre a luta de classes, a história e o desenvolvimento social.

Ainda, segundo especifica Maldidier (ibid., p. 11), quando Michel Pêcheux passa a desenvolver suas pesquisas no CNRS em um laboratório de psicologia social, as discussões sobre as ciências humanas colocam questões para o filósofo, e nesse cenário teórico, destaca-

se o nome de Michel Foucault como aquele que muito significou no pensamento teórico do filósofo marxista.

A importância da linguística, promovida à ciência piloto nessa conjuntura em que o estruturalismo triunfa, é fundamental ser destacada nesse contexto em que “nasce” a Análise do Discurso. Para Maltidier, “o elo entre a expansão da linguística e a possibilidade de uma disciplina de Análise do Discurso é explícito” (ibid., p. 12). Nas palavras da autora, “Marxismo e Linguística presidem o nascimento da AD na conjuntura teórica, bem determinada, da França dos anos 1968-70” (ibid., p. 12). O objetivo político da proposta da disciplina encontra na linguística a arma científica de que necessita nesse contexto em que a urgência teórica toma conta dos pesquisadores.

Existem aproximações e distinções fundamentais no modo em que os dois tributários da Análise do Discurso se posicionavam em relação à teoria. Os pontos de contato e distanciamento dos dois itinerários, que desembocam no ato de fundação da disciplina, são largamente discutidos por Maltidier. Retomaremos aqui apenas pontualmente, de forma resumida, algumas indicações da autora.

Do lado de Jean Dubois, a Análise do Discurso apresentou-se como uma proposta de leitura dos textos políticos, e veio “substituir a subjetividade do leitor unicamente pelo aparelho da ‘gramática’, rompendo com a prática do literário” (ibid., p. 13). Por outro lado, para Michel Pêcheux, a questão da leitura tal como proposta pela Análise do Discurso nesse momento é também colocada em termos não subjetivos, mas seu acento recai no rompimento com as práticas de explicação do texto e com os métodos estatísticos que triunfavam nas ciências humanas.

A autora observa ainda que, para Dubois, a Análise do Discurso foi abordada dentro de um *continuum*, em que se passava do estudo das palavras (lexicologia) para o estudo do enunciado (Análise do Discurso) de forma “natural”, como uma extensão, um tipo de progresso autorizado pela linguística (ibid., p. 13). Já para Pêcheux, a Análise do Discurso representou uma ruptura epistemológica com a ideologia que preponderava nas ciências humanas, sobretudo na psicologia. Nesse sentido, para Michel Pêcheux, a Análise do Discurso materialista deveria significar uma mudança de terreno.

No que respeita ao objeto da disciplina – o discurso – este foi pensado, tanto por Pêcheux quanto por Dubois ao mesmo tempo em que o dispositivo construído para a análise. No entanto, da parte de Dubois, as regras da constituição do *corpus* contrastivo propiciaram a construção de um dispositivo operacional que se ancorava sobre um princípio estrutural, em que se relacionava um modelo relevante da linguística a outro modelo, a fim de se controlar

variáveis e invariáveis. Quanto a Pêcheux, suas preocupações epistemológicas (pautadas numa visão histórica da ciência em concordância com Canguilhem e Bachelard, tal como foi discutido no capítulo anterior) o levaram a se interrogar acerca dos instrumentos de sua análise.

O dispositivo de análise em sua AAD-69, ou a “máquina discursiva” (PÊCHEUX, [1983] 2010), como era designado pelo autor, deu à teoria um objeto novo, ao mesmo tempo em que procedimentos informatizados para tratar esse objeto. A definição de discurso que Pêcheux apresenta em sua AAD-69 está “sempre determinada e apreendida dentro de uma relação com a história” (MALDIDIER, 2010, p. 15), e os conceitos de condições de produção e processos de produção do discurso são fundamentais nessa definição.

No que toca a natureza dos instrumentos na discussão que Pêcheux propõe, a posição do autor de discutir e apresentar uma noção de instrumento é devida à sua preocupação epistemológica, como mencionamos acima, o que o leva a advogar em favor da relação necessária entre a teoria e a prática científica. Paul Henry (2010) retoma a discussão que Pêcheux, como Herbert (Herbert-Pêcheux, segundo expressão de Paul Henry), traz acerca do instrumento no texto de 1966, e observa que, ao desenvolver sua análise automática do discurso, Pêcheux objetivava “fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade” (ibid., p. 13). Henry assinala que Herbert-Pêcheux criticava o modo como as ciências sociais faziam uso dos instrumentos, e essa crítica se confundia com a crítica que o filósofo dirigia às ciências sociais em si mesma, no que dizia respeito à “ligação dessas ciências com o político” (ibid., p. 19).

O que está em jogo para Pêcheux em sua crítica ao modo de apropriação dos instrumentos científicos pelas ciências sociais diz respeito, sobretudo, à transposição deliberada do instrumento de um campo para outro. Para compreender essa crítica do autor, é necessária uma breve retomada acerca de duas proposições fundamentais discutidas por Herbert-Pêcheux, segundo análise de Paul Henry. As proposições dizem respeito, primeiramente, às condições em que uma ciência estabelece seu objeto e, em segundo lugar, ao processo de reprodução metódica desse objeto.

Quanto à primeira proposição, Henry destaca que, segundo Herbert-Pêcheux, toda ciência é produzida a partir de uma ruptura, nesse sentido, ela é antes de tudo, “a ciência da ideologia com a qual ela rompe. Logo, o objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas uma construção.” (ibid., p. 15). Há, desse modo, que se distinguir dois momentos em cada ciência. O primeiro momento diz da transformação que produz o objeto, e o segundo momento diz da “reprodução metódica desse objeto” (ibid., p. 15). Os instrumentos aparecem

nesse quadro com funções específicas e fundamentais. É importante observar que Paul Henry, ao abordar a questão da ruptura, destaca a visada histórica de ciência no que refere ao trabalho de Herbert-Pêcheux, sublinhando assim a preocupação epistemológica sempre marcada na obra de Michel Pêcheux.

Continuando com sua análise, Paul Henry afirma que o momento fundador da ciência é também o momento da reinvenção dos instrumentos, a partir daqueles já estabelecidos em práticas técnicas, como, por exemplo, os alambiques, as balanças e as lunetas. No entanto, algo a se destacar: o instrumento é de certa forma reinventado pela nova ciência, “tornando-se um instrumento ou experimento desta ciência em particular, ou deste ramo particular da ciência” (ibid., p. 16). Ou seja, o instrumento, desse ponto de vista, não podia ser “concebido independentemente de uma teoria que o incluísse ou que pudesse conduzir à teoria desse mesmo instrumento” (ibid., p. 17).

Nessa direção, relembro uma crítica do autor à transposição do instrumento conceptual de um campo teórico para outro, apresentada no texto publicado sob o pseudônimo Thomas Herbert, em 1966, intitulado “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”. A esse respeito, segundo a retomada de Pêcheux, três anos depois, em seu projeto da AAD-69, isso se baseia em um imaginário falacioso de uma “homogeneidade epistemológica que se supõe entre os fatos de língua e os fenômenos da dimensão do texto” (Pêcheux, [1969] 2010, p. 65). Os instrumentos linguísticos transportados nessa operação são, segundo comenta Pêcheux, a relação paradigma-sintagma estendida ao nível da análise.

O autor discute, baseando sua posição nos estudos de Claude Lévi-Strauss, que o insucesso dessa operação se dá a ver, sobretudo, quando se trata da teoria do mito. Quanto a isso, conclui o autor, o resultado dessa operação de análise manifesta um tipo de retorno à relação entre o homem que fala e o gramático, ou seja, a noção de língua enquanto tendo uma função e não como um sistema que tem um funcionamento próprio. Nesse sentido, para Pêcheux, o deslocamento produzido pelo corte saussuriano ainda não se operou.

Em sua AAD-69, Michel Pêcheux aborda também uma questão fundamental para que se faça possível a realização de uma análise: o *corpus*. Para o autor, nesse momento de sua teorização, o *corpus* não existe em função do desejo do analista, mas é imprescindível que “o objeto da análise seja conceptualmente definido como o elemento de um processo do qual é preciso construir uma estrutura” (ibid., p. 66). Esse procedimento indicado pelo autor, que está atrelado de certo modo a uma tomada de posição estruturalista, diz respeito, sobretudo, ao modo de acesso ao objeto.

A relação entre discurso e *corpus* nessa fase da teorização do autor marca a especificidade do objeto discurso que, “sempre construído a partir de hipóteses histórico-sociais, não se confunde nem com a evidência dos dados empíricos, nem com o texto” (HENRY, 2010, p. 16). O *corpus* discursivo é definido e estruturalmente repete o fechamento do texto, mas apenas no sentido de ser remetido ao seu exterior constitutivo – ou seja – à história.

Por sua relação com o estruturalismo, o recurso ao método de análise linguística de Harris foi a escolha teórica comum tanto de Pêcheux quanto de Dubois, observa Maldidier. Mais adiante, veremos que Pêcheux assume em que ponto sua relação com Harris foi equivocada. Mas no momento da proposta da Análise Automática do Discurso, a AAD-69, Pêcheux elege como sua teoria gramatical o distribucionalismo harrissiano, em vez da gramática gerativa de Chomsky, já que aquele método permite uma análise a partir da palavra (técnica da palavra-pivô), e integra a “dimensão de um reconhecimento da espessura sintática da língua” (GADET, 2010, p. 8).

Se a escolha metodológica aproxima a Análise do Discurso de Pêcheux, nessa fase inicial, daquela de que Jean Dubois é tributário, a teoria da enunciação as distingue radicalmente. Isto porque em sua AAD-69 Pêcheux não trata dessa teoria, enquanto que Jean Dubois a discute em seu artigo *Emunciado e enunciação*, publicado no nº13 de *Langages*. Maldidier formula a hipótese de que Pêcheux não tratara da enunciação em sua AAD-69 por pressentir que uma certa leitura de Benveniste poderia conduzir a uma espécie de “operação de salvamento do sujeito” (KUENTZ apud MALDIDIER, 2010, p. 18).

Não me estenderei mais com esta retomada da “inauguração” da Análise do Discurso francesa, instituída por Michel Pêcheux e Jean Dubois. Prosseguirei procurando remontar às condições específicas da constituição do projeto da Análise do Discurso de Michel Pêcheux (AAD-69) a partir de alguns apontamentos acerca da conjuntura teórico-política no interior da qual sua disciplina se desenvolveu, discutindo o modo como Michel Pêcheux se posicionou diante do movimento intelectual designado por estruturalismo, no final da década de 1960.

Os sentidos dominantes do momento em que Michel Pêcheux propôs sua análise automática do discurso eram combatidos pelo dispositivo de trabalho que o estruturalismo propunha, baseado na problemática francesa do início dos anos 60 em torno do estruturalismo filosófico, organizada, sobretudo, em torno da questão da “*leitura* (interpretação) de discursos ideológicos” (GADET; PÊCHEUX, [1991] 2011, p. 93 – itálico do autor). Naquela conjuntura, Pêcheux colocou o acento de seu interesse em três conjuntos de ideias



dominantes, contra as quais o estruturalismo se voltava, como se poderá conferir a partir do que assevera Gadet e Pêcheux, na entrevista que concede ao *Canadian Journal of Political and Social Theory*, que se publicará em 1991 com o título de *La Langue Introuvable*:

Primeiramente, havia os “resquícios” ainda intactos de um espiritualismo filosófico associado a uma concepção religiosa de leitura [...]. Em segundo lugar, havia as formas mais cotidianas, secularizadas dessa *leitura* teológica, inscritas nas figuras do emissor/receptor, que estavam se tornando proeminentes nas ciências humanas e sociais nas mais diversas formas de “análise do conteúdo” da comunicação. Por fim, havia o objetivismo “científico”, que reagiu ao espiritualismo acima mencionado, por meio da referência à *seriedade* da ciência e, acima de tudo, da referência à Teoria da Informação (ibid., p. 93-94 – itálicos dos autores).

No texto “Apresentação da análise automática do discurso” (BONNAFOUS; LEON; MARANDIN; PÊCHEUX, [1982], 2010), juntamente com colegas, Michel Pêcheux retoma seu propósito e assinala uma vez mais que os aspectos do estruturalismo mais caros ao projeto da *análise automática do discurso* eram então esses que se opunham às “ideias dominantes da época” (ibid., p. 251), tais como a “concepção hermenêutica de leitura”, a “prática da leitura espontânea” e o “objetivismo quantitativo” (ibid., p. 252), como já o fizera em outros trabalhos anteriores. Nessa retomada, Pêcheux pontua que na luta contra essas diversas formas de leitura baseadas na evidência empírica, os conceitos principais do estruturalismo filosófico dos anos de 1960 eram os de “leitura de sistemas” e a “teoria do discurso” (ibid., p. 252)<sup>24</sup>.

O estruturalismo foi apropriado por Pêcheux, como já dito, como um “dispositivo polêmico” e ao mesmo tempo como um “programa de trabalho” cujas palavras de ordem eram “ajuste de eficácia de uma estrutura sobre seus efeitos, através de seus efeitos” (ibid., p. 251-252). Marx, Nietzsche, Freud e Saussure foram trazidos para o combate em que Pêcheux se posicionava do lado do discurso considerando, sobretudo, a questão crucial de saber o que é falar, escutar e ler. Nessa mesma direção, em “Análise do Discurso e Informática”, Pêcheux dirá:

Frente a essas diversas formas (espontâneas ou científicas) de evidência empírica da leitura, o movimento estruturalista europeu dos anos 60 abria a questão de saber o que é falar, escutar e ler, através desses conceitos como aqueles da ‘leitura sintomática’ e do ‘efeito de discurso’ e das palavras de ordem teórica como aquela de uma estrutura sobre seus efeitos (PÊCHEUX [1981], 2011, p. 277).

<sup>24</sup> Vale destacar que em seu texto de 1981, de acordo com a citação que apresentaremos a seguir, o autor se refere a esses conceitos como “leitura sintomática” e “efeito de discurso” (PÊCHEUX [1981], 2011, p. 277).

No texto de 1982, “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas”, Pêcheux assinala a subversão teórica que os nomes de Marx, Freud e Saussure significaram diante dos estudos da GGT, afirmando que

[...] as tentativas de inscrever o conceito de transformação no espaço do movimento estruturalista continuaram, salvo exceções, no estágio do jogo de palavras filosófico, e Lacan triunfou ao “apontar” que o famoso enunciado “*Colorless green ideas sleep furiously*” constituía, através da aparência absurda da sua semântica literal, uma boa definição dos processos inconscientes! Diante da subversão teórica da Tríplice Aliança Estruturalista (Marx – Freud – Saussure), que colocava a antropologia, a história, a política, a escrita literária, e a poesia ao lado da Linguística e da Psicanálise, as minuciosas argumentações da GGT não tinham peso [...] (PÊCHEUX, [1982] 1999, p. 12)

A partir de sua adesão ao movimento intelectual estruturalista, Pêcheux afirma ter operado uma “mudança de terreno” e a questão se deslocou para a análise do “discurso inconsciente” das ideologias (BONNAFOUS; LEON; MARANDIN; PÊCHEUX, [1982], 2010, p. 252). No texto “Ousar pensar, ousar se revoltar: ideologia, Marxismo, Luta de Classes” ([1984], 2014), Pêcheux especifica as referências que faz ao marxismo e à psicanálise em sua obra. Em suas palavras,

– levar a sério a referência ao materialismo histórico significa reconhecer o primado da luta de classes em relação à existência das próprias classes e isso ocasiona, no que diz respeito ao problema da ideologia, a impossibilidade de toda uma análise diferencial (de natureza sociológica ou psicossociológica), que atribui a cada “grupo social” *sua* ideologia, antes que as ideologias entrem em conflito, visando assegurar a dominação de umas sobre as outras. Isso conduz, por outro lado, a interrogar a noção de *ideologia dominada* (constantemente identificada a um segundo mundo ideológico subterrâneo, reflexo difuso, imperfeito e caricatural do primeiro) para dela determinar as características sob o primado da luta de classes.

– levar a sério a referência ao conceito psicanalítico de inconsciente significa reconhecer o primado do inconsciente sobre a consciência e isso implica, sempre com relação à ideologia, a impossibilidade de toda uma concepção psicologista, que coloca em cena uma consciência (mesmo uma “consciência de classe” própria deste ou daquele “grupo social”) que, a partir de um estado inicial de “alienação”, ora caminharia por si mesma, por autoexplicitação, em direção à sua própria transparência, ora receberia do exterior as condições de sua “libertação”. Conceber os processos ideológicos sob a forma de um tal trajeto pedagógico, auto ou heterodeterminado, é simplesmente rejeitar, na prática, as consequências do materialismo freudiano (ibid., p. 1-2 – itálicos do autor).

Nesse novo terreno, as concepções de língua, de sujeito e de sentido são fundamentais, e o lugar privilegiado para se observar a relação entre língua e ideologia, no projeto do autor, é o discurso.

Em sua AAD-69, Pêcheux, ao apresentar sua crítica à ciência clássica da linguagem, acusava essa ciência de ter a pretensão de ser ao mesmo tempo “ciência da expressão e ciência dos meios desta expressão” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 60). O estudo gramatical e semântico entrava nesse empreendimento apenas para servir de meio para esse fim, comenta Pêcheux. Esse modo de trabalho visava a responder questões sobre o texto: “‘De que fala este texto?’, ‘quais são as ideias principais contidas neste texto?’, e ‘este texto está em conformidade com as normas da língua na qual ele apresenta?’, ou então, ‘Quais são as normas próprias a este texto?’” (ibid., p. 59).

Pêcheux se posiciona contra essa posição de trabalho orientando-se primordialmente no deslocamento conceitual que Saussure operou quando, a partir do conceito de língua como sistema, estabeleceu um corte que separa a homogeneidade entre a prática e a teoria da linguagem. Ou seja, segundo Pêcheux, uma vez reconhecido que a língua é um sistema, pode-se descrever seu funcionamento e, a partir daí, a concepção de que a língua tenha a função de exprimir sentido não mais se sustenta. Nessa direção, Pêcheux observa: “A consequência desse deslocamento é, como se sabe, a seguinte: o ‘texto’, de modo algum, pode ser objeto pertinente para a ciência linguística, pois ele não funciona; o que funciona é a *língua*” (ibid., p. 60 – itálico do autor).

Fundamentando-se no deslocamento operado por Saussure, Pêcheux, nesse estudo de 1969, desenvolveu suas reflexões na direção de apresentar, no item II, “orientações conceituais para o acesso do objeto discurso”. Em um primeiro momento, no subitem A, o autor especifica as “consequências teóricas induzidas por certos conceitos saussurianos” (ibid., p. 68). Nesse item, o terceiro capítulo do *Curso de Linguística Geral* é citado por Pêcheux, que retoma dois postulados do linguista genebrino: “1) A língua [...] é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la; 2) A língua é uma instituição social, mas se distingue, por vários traços, das outras instituições políticas, jurídicas, etc. ” (ibid., p. 69).

Por esses postulados, Pêcheux compreende que Saussure pensa a língua

como um objeto homogêneo (pertencente à região do “semiológico”) cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas:  
 - a exclusão da *fala* no inacessível da ciência linguística;  
 - a exclusão das *instituições “não semiológicas”* para fora da zona de pertinência da linguística (ibid., p. 69 – itálicos do autor)

O filósofo francês assinala que a consequência dessa operação de exclusão efetuada por Saussure, ainda que à revelia do linguista genebrino, é a “reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intensões que se realizam pelos

meios colocados à sua disposição.” (ibid., p. 70). Para Pêcheux, “tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema” (ibid., p. 70).

Os deslocamentos no que concerne o campo da linguística que foram operados por Pêcheux a partir de Saussure para a construção do objeto discurso em sua AAD-69, se referem ao deslocamento do texto para a língua, e do deslocamento da função para o funcionamento. De acordo com Suzy Lagazzi,

Hoje conseguimos ter a dimensão discursiva das consequências desses dois deslocamentos feitos por Pêcheux. A língua como suporte material do sentido, pensada em seu funcionamento, deu à semântica um novo horizonte e um novo objeto: o discurso. Sempre preocupado com a produção científica do conhecimento, Pêcheux fez uma investida certeira contra a análise de conteúdo ao olhar para a materialidade da língua colocando a interpretação em questão. (LAGAZZI, 2015, p. 87)

Eni Orlandi coloca o projeto de Michel Pêcheux como um empreendimento que “mudou o pensamento sobre a linguagem” (2011 p. 12), produzindo deslocamentos na relação das ciências humanas e sociais com a linguagem, com o sujeito e com os sentidos. A autora observa que para Pêcheux “a teoria do discurso é a determinação histórica dos processos de significação” (ibid., p. 12) e discute que a consequência desse acento sobre o processo de significação produz efeitos nas ciências em geral, uma vez que, a partir daí, “sabe-se que nada, nenhum campo de conhecimento, é indiferente à linguagem” (ibid., p. 12).

O empreendimento de Michel Pêcheux se inicia, então, na conjuntura política e teórica da França na década de 1960, em que o movimento estruturalista fornece ferramentas teóricas importantes para a mudança de terreno operada em sua disciplina. Pêcheux marcou sua posição, mostrando que sua adesão ao estruturalismo no final da década 1960 se deu na direção de investir em novos dispositivos de leituras. Para François Dosse, o “estruturalismo apresentou-se como um método rigoroso que poderia ocasionar esperanças a respeito de certos progressos decisivos no campo da ciência”, mas não apenas isso, como também, assinala o autor, “o estruturalismo constituiu um momento particular da história do pensamento suscetível de ser qualificado como o tempo forte da consciência crítica” (DOSSE, 1993-94, p. 13).

Vale, nessa direção, empreender aqui uma discussão que possa dizer sobre o que se pode designar por estruturalismo.

## 2.2 Que se pode designar por estruturalismo?

Jean-Claude Milner, em *El periplo estructural*, dirá que a linguística em geral, e mais fortemente o *Curso* de Saussure, publicado em 1916, abria as portas para um método de conhecimento novo, quicá uma nova visão de mundo, que viria substituir a dominante versão sartriana do marxismo – o estruturalismo. A importância do *Curso de linguística Geral* de Saussure é destacada por Milner, ainda que o autor afirme que o estruturalismo não esteja no *Curso*, entretanto, “el estructuralismo no se equivocaba al creerse surgido del Curso” (MILNER, 2003, p 18). O *Curso*, dirá Milner, tem importância decisiva nos trabalhos dos linguistas Émile Benveniste (1902-1976) e Roman Jakobson (1896-1982), e mais tarde nos trabalhos de Roland Barthes (1915-1980) e de muitos intelectuais franceses da década de 1960, dos mais variados campos, como o próprio Michel Pêcheux, no campo discursivo, como se verá discutido ao longo desta tese.

Gilles Deleuze segue por essa via ao asseverar que a linguística moderna fundamenta as bases do movimento intelectual designado por estruturalismo. Segundo o pensamento deleuziano, para compreender o que se pode designar por estruturalismo, a noção de estrutura é fundamental. Gilles Deleuze especifica que “só há estrutura daquilo que é linguagem, nem que seja uma linguagem esotérica ou mesmo não-verbal” (DELEUZE 1972, p. 239). O autor enfatiza que

Só há estrutura do inconsciente na medida em que o inconsciente fala e é linguagem. Só há estrutura dos corpos à medida que se julga que os corpos falam com uma linguagem que é a dos sintomas. As próprias coisas só têm estrutura à medida que mantêm um discurso silencioso, que é a linguagem dos signos. (ibid., p. 239)

Por essa assertiva, o filósofo argumenta a favor de se colocar a linguística na origem do estruturalismo, tanto ao referi-la ao trabalho de Ferdinand de Saussure, quanto ao trabalho do Círculo Linguístico de Moscou e de Praga.

Roland Barthes definirá estrutura como um *simulacro* do objeto na atividade estruturalista, “mas um simulacro dirigido, interessado, uma vez que o objeto imitado faz aparecer alguma coisa que permaneça invisível, ou, se se preferir, ininteligível no objeto natural. O homem estrutural toma o real, decompõe-no e depois recompõe-no” (1963, p. 20).

No prefácio “Introdução a um pensamento cruel: Estruturas, Estruturalidade e Estruturalismos” (COELHO, 1967)<sup>25</sup>, Eduardo Prado Coelho traça a historicidade do termo estrutura. O autor mostra pela etimologia da palavra em latim que estrutura designava o modo como um edifício era construído. O sentido de construção adequa-se aos estudos em anatomia – ideia do corpo como construção e aos estudos sobre a língua. Cientificamente, o termo é reconhecido no século XIX através de Spencer, resvalando para o organicismo, e com Morgan e Marx, em uma visada antinaturalista. Entretanto, o autor mostra que é somente na década de 1930 que se dá a grande voga da palavra estrutura, como consequência da crise econômica de 1929, em que apenas um exame da conjuntura não se mostrou suficiente para explicá-la, necessitando assim de uma análise de estrutura. Contemporâneo a esse evento, tem-se o desenvolvimento da psicologia da forma (Gestalt), e no domínio da matemática, a elaboração da teoria dos modelos.

Na compreensão de Foucault (1966), há um saber chamado sistema, que precede toda a existência humana, todo o pensamento humano. Essa descoberta coloca a urgência de se desembaraçar a ciência de todo o humanismo. O autor afirma, assim, que “A nossa tarefa atualmente é libertarmo-nos definitivamente do humanismo, e nesse sentido o nosso trabalho é um trabalho político” (ibid., p. 33). O humanismo se sustenta nos gritos do coração, nas reivindicações da pessoa humana, no existencialismo, e resguarda, em nome do homem, “o pensamento mais reacionário” (ibid., p. 35). Por isso o humanismo é abstrato, separado do mundo científico e técnico: “É o ‘coração’ humano que é abstrato, e é a nossa pesquisa, que quer ligar o homem à sua ciência, às suas próprias descobertas, ao seu próprio mundo, que é concreta” (ibid., p. 36), afirma o filósofo.

No que toca ao estruturalismo propriamente, Coelho argumenta que o estruturalismo não é “um lugar de teoria e o ponto de encontro de múltiplas atividades dispersas” (1967, p. IV). Para o estudioso, não é fácil de conceituar o estruturalismo, uma vez que não comporta uma “coerência e unidade em sua formulação”. Assim, o estruturalismo não é, para o autor, uma “doutrina nova” nem uma “filosofia a mais a contrapor-se à dialética materialista”. Nesse sentido, não existe “um estruturalismo ideal, porque o ‘estruturalismo’, se na verdade existe, apenas está em suas manifestações” (ibid., p. VI), e tais manifestações se dão nos desenvolvimentos teóricos da etnologia, da psicanálise, da linguística, do materialismo histórico, da sociologia, da literatura etc. (ibid., p. VIII).

---

<sup>25</sup> O ano da publicação deste livro não consta da ficha catalográfica, portanto, a data que apresento é referente ao ano em que o texto foi escrito. Este procedimento se dará também aos textos de Roland Barthes e Michel Foucault citados logo abaixo.

O estruturalismo é interpretado por Coelho então como uma “nova linguagem”, ou seja, o estruturalismo “contém sua própria teoria ou ideologia” (ibid., p. X). Segundo essa interpretação, no estruturalismo, ciência e ideologia são distinguidas e o estruturalismo procura fundamentar sua legitimidade somente no plano científico. Para Coelho, dois postulados são fundamentais para compreender esta questão: a linguagem não é instrumento utilizado pelo pensamento para comunicação; a linguagem não é naturalmente clara e transparente. Com esses postulados, a ideologia burguesa do naturalismo, que escorrega para naturalização da relação entre a linguagem e a realidade, da linguagem como normal – “mas o normal é o normativo”, ensina Canguilhem, citado por Coelho (ibid., p. XII) – cai por terra.

Deleuze compreende que o estruturalismo não tenha se estendido a outros domínios como uma simples assimilação dos métodos usados com êxito na análise de linguagem. Segundo o autor, R. Jakobson, C. Lévi-Strauss, como J. Lacan, M. Foucault, L. Althusser, R. Barthes e ainda escritores como os do grupo *Tel Quel* reconheceram “uma linguagem em alguma coisa”, e embora pertencessem a campos distintos e a gerações distintas, “exerceram sobre outros uma influência real” (2006, p. 239).

No que respeita ainda à mudança de terreno de que falamos acima, Coelho nos elucida que o estruturalismo traz à luz a noção de ruptura e de diferença – “ruptura da linguagem anterior, diferença que na linha da sua aparente continuidade subitamente intervém” (COELHO, 1967, p. XXII). Segundo o autor, como reflexão sobre a linguagem e ainda como uma nova linguagem, o estruturalismo representa um projeto de “desnaturalização dos signos como forma de combater, no plano das superestruturas, a ideologia burguesa” (ibid., p. XIII). Dito de outro modo, o estruturalismo quebra a evidência de que, sob o signo do capitalismo, a linguagem burguesa seja a linguagem natural do homem, ou ainda, que a experiência do homem burguês seja a experiência natural do homem.

Esquemáticamente, o autor designa o estruturalismo como um antiempirismo, um anti-historicismo, um antipsicologismo e um antissociologismo. O caráter antiempírico é justificado pelo autor por meio da argumentação seguinte: “a estrutura, embora sendo um nível da realidade, não é acessível a um conhecimento imediato e direto dessa realidade e é ela própria que suscita tal inacessibilidade” (ibid., p. XXXII). O aspecto anti-historicista é justificado pelo autor através do argumento de que “os problemas de origem são, do ponto de vista estrutural, pseudoproblemas” (ibid., p. XXXII). A ausência de centro seja ele “de um sujeito individual, uma classe social ou a própria práxis” justifica o caráter antipsicologista e antissociologista do estruturalismo (ibid., p. XXXIII).

Destaquemos os pontos da discussão de Coelho acerca da ilusão de *centramento* (do sujeito e do sentido) e, nessa esteira, a ilusão de *evidência* e de *clareza* da linguagem que se põe em jogo no estruturalismo. Destaquemos ainda o caráter antiempírico, anti-historicista, antipsicologista e antissociologista do estruturalismo, aspectos que dizem respeito ao modo novo de fazer ciência, que está de acordo com a epistemologia inaugurada por Gaston Bachelard, como discutimos anteriormente, com a qual Pêcheux dialoga produtivamente. Nesses lugares específicos de problematizações em que o estruturalismo se implica, compreendo que Pêcheux o segue. *Normal, natural, claro, evidente e centrado* são significantes que apontam para uma direção importante no empreendimento de Michel Pêcheux.

No texto de 1983, *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?*, Pêcheux sublinha que o estruturalismo, essa nova base teórica que girava em torno dos nomes de Marx, Freud e Saussure, consistia em uma “construção crítica que abalava as evidências literárias da autenticidade do ‘vivido’, assim como as certezas ‘científicas’ do funcionalismo positivista” ([1983], 2006, p. 45). O estruturalismo desse ponto de vista foi considerado por Pêcheux no momento da constituição de sua Análise Automática do Discurso “como uma tentativa antipositivista visando a levar em conta este tipo de real, sobre o qual o pensamento vem dar, no entrecruzamento da linguagem e da história” (ibid., p. 43). As novas práticas de leitura “(sintomáticas, arqueológicas, etc.) aplicadas aos monumentos textuais, e de início aos Grandes textos (cf. *Ler o Capital*)” abriam a possibilidade de “se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito” (ibid., p. 44).

Segundo Pêcheux, o caráter “antinarcísico” do estruturalismo possibilitou “o deslocamento da perspectiva teórica”, permitiu colocar em causa a “ordem humana como estritamente biossocial” (ibid., p. 45), ao reconhecer o “fato estrutural próprio à ordem humana: o da castração simbólica” (ibid., p. 46). Essa argumentação de Pêcheux vai à direção do que afirma Deleuze, de que a linguística estruturalista trouxe à luz o reino simbólico como distinto dos dois outros reinos, a saber, o real e o imaginário. Isto porque o linguista estruturalista consegue mostrar que “para além da palavra em sua realidade e em suas partes sonoras, para além das imagens e dos conceitos associados às palavras”, há um “elemento de natureza completamente diferente, objeto estrutural” (DELEUZE, 2006, p. 240). Ou seja, “a ordem simbólica é irreduzível à ordem do real, à ordem do imaginário” (ibid., p. 240).

Nessa direção, compreender que a ordem do simbólico é irreduzível à ordem do real e do imaginário possibilita ao estruturalismo uma nova interpretação das obras. Segundo



Deleuze, o simbolismo, o romantismo, o freudismo e o marxismo tornam-se objetos de reinterpretações. Nas palavras do autor são

a obra mítica, a obra poética, a obra filosófica, as próprias obras práticas que estão sujeitas à interpretação estrutural. Mas esta reinterpretação só vale à medida que reanima obras novas que são as de hoje, como se o simbólico fosse uma fonte, inseparavelmente, de interpretação e de criação vivas (ibid., p. 243).

Para Orlandi (2012), o que está em questão na proposta de leitura de Michel Pêcheux é que “Há o simbólico, há o significante, há o inconsciente, há ideologia. E as disciplinas de interpretação não podem passar sobre essa não evidência” (ibid., p. 181). A autora observa que desse ponto de vista o estruturalismo interessa à Análise do Discurso, “enquanto ele coloca em suspenso a produção de interpretações (como representações de conteúdo) em proveito, como diz Pêcheux, de uma pura descrição desses arranjos” (ibid., p. 180). Isso quer dizer que o sentido não é conteúdo. Se o sentido não é conteúdo, como foi devidamente mostrado através da assunção de que há algo chamado estrutura, resta dizer sobre o que é sentido na visada estruturalista.

### 2.2.1 O sentido não é conteúdo

Roland Barthes (1963) não considera o estruturalismo uma escola, nem mesmo um movimento, mas “essencialmente uma atividade” (ibid., p. 20), cujo fim é “reconstituir um ‘objeto’ de maneira a manifestar nesta reconstituição as regras de funcionamento (‘as funções’) desse objeto” (ibid., p. 21). É de um exercício da estrutura que se trata quando se pretende designar o que se é ou não estrutural. O *homem estrutural* é definido por Barthes como aquele que vive mentalmente a estrutura, ou seja, “não pelas suas ideias ou linguagens, mas pela sua imaginação, ou, melhor ainda, pelo seu imaginário” (ibid., p. 20). Nessa perspectiva, a questão do sentido é destacada pelo autor para dizer que, na verdade,

O objeto do estruturalismo não é o homem rico de certos sentidos, mas o homem produtor de sentido, como se não fosse, de modo algum, o conteúdo dos sentidos que esgotasse os fins semânticos da humanidade, mas só o ato pelo qual esses sentidos, variáveis históricas, contingentes, são produzidos. *Homo significans*: este seria o novo homem da pesquisa estrutural (ibid., p. 25).

Destaco desses dizeres de Barthes a afirmação de que a atividade estruturalista não procura atribuir sentidos plenos aos objetos, mas sim compreender a maneira como o sentido se produz, como efeito. Ou seja, o sentido não é conteúdo.

Ainda no que respeita a questão do sentido, recorro a uma discussão de Michel Foucault, em uma entrevista publicada em 1966, em que o autor fala de forma simplificada

acerca de seu livro *As palavras e as Coisas*. Na referida entrevista, o autor é indagado sobre o momento em que “deixou de crer no sentido” e sua resposta é incisiva:

O ponto de ruptura situa-se no dia em que Lévi-Strauss e Lacan, o primeiro no que se refere às sociedades e o segundo no que respeita ao inconsciente, mostraram que o “sentido” não era, provavelmente, mais do que um efeito de superfície, uma reverberação, uma espuma e que o que nos atravessava profundamente, o que estava antes de nós, o que nos sustentava no tempo e no espaço era o sistema (FOUCAULT, 1966, p. 30).

Michel Foucault, ao pregar a “paixão do conceito e do sistema”, mostra como o sentido não pode estar por toda parte. Assim sendo, não se pode mais afirmar, segundo uma orientação sartriana, que “há sentido”. Distanciando-se dessa concepção de sentido pregada por Sartre, Michel Foucault afirma que o sentido não existe como resultado de uma decifração, não é a descoberta de uma leitura, portanto, não age sobre nós. Essa ruptura de que fala Foucault é consequência da assunção do conceito de sistema como “um conjunto de relações que se mantêm, se transformam independentemente das coisas que essas relações religam” (ibid., p. 30).

Para elucidar sua compreensão, Foucault observa que os mitos romanos, escandinavos, célticos, ainda que pertencessem a culturas que se ignoravam, e ainda que de modos distintos criassem seus próprios deuses e heróis, se ligavam entre si por uma organização, ou seja, pela obediência a um sistema único. Também no campo da psicanálise, destaca o autor, “a importância de Lacan está em que ele mostrou como, através do discurso do doente, e dos sintomas de sua neurose, são as estruturas, o próprio sistema da linguagem – e não o sujeito – que falam...” (ibid., p. 31).

Pensar o estruturalismo a partir da noção de estrutura pode nos remeter à questão que coloca Deleuze: “Em que se reconhecem aqueles que chamamos de estruturalistas?” (DELEUZE, 2006, p. 271). Sem a pretensão de discutir em que medida se pode afirmar que este ou aquele intelectual (incluindo Michel Pêcheux) possa ser reconhecido ou não como um estruturalista, destaco ainda, seguindo Milner em a *Obra Clara*, que Lacan tenha sido incluído nas fileiras dos estruturalistas, ao “compreender o inconsciente considerando o funcionamento de um sistema” (MILNER, 1996, p. 82). Sobre essa compreensão, vale citar Lacan:

Todo fenômeno analítico, todo fenômeno que participa do campo analítico, da descoberta analítica, daquilo que lidamos no sintoma e na neurose, é estruturado como linguagem. Isto quer dizer que é um fenômeno que apresenta sempre a duplicidade essencial do significante e do significado (LACAN, [1955-56] 2008, p. 196).

Vale ainda ressaltar que Lacan não se detém na linguagem. Antes, ele a evoca, mas a abandona para se centrar na questão do sujeito. A este respeito, Milner dirá:

O ponto de referência absoluto não é a linguagem em si, nem as línguas nas quais se polimeriza, mas aquilo de que a linguagem, reduzida a seu real, é substituto. Isto é, o sujeito” (MILNER, 1996, p. 73).

Lacan marca, assim, sua posição em meio ao debate sobre o estruturalismo “ao passar das línguas ao sujeito” (ibid., p. 74). Essa passagem é o que o permite postular o inconsciente enquanto estruturado como linguagem. É ainda essa passagem que permite compreender a relação de Lacan com o estruturalismo. Entretanto, ao tentar marcar o lugar singular de Lacan no debate estruturalista, não poderia deixar de mencionar seu distanciamento das questões do estruturalismo. Nesse sentido, o psicanalista é categórico ao refutar aspectos ressaltados pelo movimento que não lhe concernem:

É divertido que, depois de setenta [cento e dez] anos de psicanálise, ainda não se tenha formulado nada sobre o que é o homem. Refiro-me ao vir, ao sexo masculino. Não se trata aqui do humano e outras patacoadas sobre o anti-humanismo e toda essa baboseira estruturalista, trata-se do que é um homem (LACAN, [1968-1969] 2008, p. 382).

Para Milner (e é seguindo sua interpretação que penso na produtividade de discutir a posição de Lacan nesse debate), dois acontecimentos na história da linguística são fundamentais para compreender a direção que o psicanalista toma frente ao estruturalismo. Trata-se, por um lado, dos trabalhos de Chomsky, na década de 60, que faz pesar o caráter inacabado da linguística estruturalista.

Por outro lado, a descoberta dos anagramas de Saussure em 1964 e, sobretudo, da importância dessa descoberta para Jakobson e o que disso se reverbera na obra de Lacan. O linguista em Jakobson dará vez ao poeta, e Lacan, na contramão de Jakobson, não tomará um pelo outro. Nesse sentido, destaco que os anagramas e a poética revelam-se de fundamental importância para a psicanálise: “marcar a língua, transformá-la num instante em outra que havia sido, eis doravante o gesto que vale. Maiakovski em lugar de Stalin, Joyce em lugar de qualquer outro” (MILNER, 1996, p. 99). Os escritos de Lacan posteriores a 1968 indicam essa virada, e o pivô dessa nova fase é a noção de matema.

Certamente que essa breve discussão que apresento acerca de Lacan e o estruturalismo não é suficiente para compreender a complexidade dessa relação. Eu a trago de forma um tanto reduzida, pretendendo apenas destacar algo sobre o qual mais adiante discutirei, mas, dessa vez, pensando na relação de Pêcheux com o estruturalismo: refiro-me à importância fundamental do poético na reformulação de conceitos que compõem a história da

constituição de uma disciplina, seja no campo da linguística, da psicanálise, ou no terreno do discurso, como veremos.

Dito de outro modo, seguirei a direção da discussão acerca do lugar singular que Lacan ocupa no debate estruturalista, voltando meu olhar, agora, ao projeto de Pêcheux. Procurarei, assim, discutir as questões que o levaram a aderir ao movimento estruturalista e, mais adiante, a distanciar-se dele. Uma vez que esta tese interroga sobre o poético na obra de Michel Pêcheux, será fundamental destacar do trabalho do autor, como a questão do poético se coloca diante do debate estruturalista.

Relembro que ao se aproximar do movimento estruturalista, Michel Pêcheux assim o faz para lançar “à sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido” (MALDIDIER, 2003, p. 19). Das inúmeras indagações do autor sobre a questão do sentido, destaco a pergunta que ele apresenta em março de 1977 em um colóquio em Montreal<sup>26</sup>: “Como evitar a circularidade de nossas compreensões, fundadas sobre o subjetivismo de uma leitura política?” (PÊCHEUX, [1977-1978] 2011, p. 255).

Essa pergunta indica o incômodo que movera Pêcheux na direção de propor uma nova disciplina de interpretação, observada desde sua AAD-69, trabalho em que o autor traz a questão da leitura (e da interpretação) atrelada à discussão acerca do sentido. No artigo “Análise de Discurso e Informática”, de 1981, Pêcheux indica que a especificidade que destaca o objeto de interesse de sua Análise do Discurso no início de sua teorização é a de que são os “discursos ideológicos oficiais” (PÊCHEUX, [1981] 2011, p. 276) que vão interessar ao seu projeto. Para empreender a leitura desses discursos o método proposto por Pêcheux rompe com qualquer abordagem de cunho psicossocial por confrontar o triplo registro – da história, da língua e do inconsciente, como já o afirmara.

Pêcheux coloca então em questão isso que ele designa de “tríplice recalque”, inerente ao contexto filosófico e político em que seu projeto se desenvolveu. O autor assinala:

No espaço desse mito psicológico, a história não é outra coisa do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas, a língua não é outra coisa que uma (fraca) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente não é outra coisa que a não-consciência afetando negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em

<sup>26</sup> O texto consultado é intitulado “As massas populares são um objeto inanimado?” Este trabalho foi primeiramente apresentado em um colóquio em Montreal, em março de 1977, e publicado inicialmente como capítulo do livro de D. Sankoff (ed.) *Linguistic variation*, New York, Academic Press, 1978, p. 252-266. Nesse Colóquio de 1977, o autor discute sobre “o par semântico pessoa/coisa”, argumentando que tal distinção só pode adquirir sustentação “nos enunciados da vida cotidiana”, não podendo ser aplicada assim a “política no sentido não-burguês do termo, isto é, desde que se trate da política das massas” (PÊCHEUX, [1977-1978] 2011, p. 252).

função das determinações biológicas e/ou sociais mencionadas nesse instante (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 288).

A mudança de terreno operada na proposta teórica do pensador marxista atinge assim a luta teórica contra qualquer tipo de humanismo que compreende a “forma do sujeito de direito e a subjetividade moral-psicológica que o cobre” (GADET; PÊCHEUX, [1977] 2011, p. 307). Nesse sentido, para Pêcheux, o real da língua e o real da história estão em jogo em uma prática de leitura política, e esses reais estão articulados a algo que está para além de um mero sujeito enunciador – ou seja, o trabalho de Michel Pêcheux leva em conta a hipótese freudiana do inconsciente e, desse modo, a noção de sentido, tal como Pêcheux a propõe em sua teoria do discurso, escapa à intenção do enunciador, repousando na categoria de efeito. Dito de outro modo, para Pêcheux, o sentido não existe *a priori*, mas é efeito de linguagem.

No texto “Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?”, destaco da discussão de Pêcheux que, através do exemplo de R. Balibar a propósito da revolução francesa, afirma que as práticas linguísticas assinalam as consequências do fato mesmo de que não seja o homem o agente da história, mas o movimento das massas. Por esse postulado, Pêcheux destaca a zona de articulação da linguística com os processos ideológicos, indicando que no quadro de um Estado burguês (ou em uma formação social dada), há tendencialmente uma homogeneização linguística. Assim, prossegue o autor:

*O sistema da língua é sempre o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe dele. Não resulta daí, no entanto, que esses diversos personagens sustentarão o mesmo discurso: a língua aparece assim como a base comum de processos discursivos diferenciados (ibid., p. 309 – itálico do autor).*

Vale destacar algo fundamental dessas retomadas do autor de seu trabalho inicial com a AAD-69. Em “Análise do discurso e informática”, Pêcheux indica que ao construir uma proposta de leitura que levava a linguística harrissiana “às últimas consequências” a especificidade da AAD-69 era a de “ignorar tanto a linguística gerativo-transformacional quanto a semiótica, as gramáticas de texto e os estudos analíticos da ‘linguagem ordinária’” (PÊCHEUX, [1981] 2011, p. 278). No entanto, adianto uma observação, que retomarei mais adiante, de que o estudioso enfatizará no texto de 1984, “Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso”, que sua disciplina não cessou de se interrogar, e com isso deslocamentos se operaram de forma a produzir aberturas que conduziram a “análise de discurso a se distanciar ainda mais de uma concepção classificatória que dava aos discursos escritos oficiais ‘legitimados’ um privilégio” (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 285).

Tal privilégio “se mostra cada vez mais contestável”, afirma o autor, a partir da leitura que a Análise do Discurso faz dos trabalhos de Foucault que tratam o documento textual como “um monumento”, “um vestígio discursivo em uma história” (ibid., p. 285). A partir dessa leitura foucaultiana, a Análise do Discurso passa a levar em conta “a construção teórica de intertextualidade, e de maneira mais geral, do interdiscurso” (ibid., p. 285).

A isso se agrega outra formulação – Pêcheux afirma que a Análise do Discurso não tem muito a dizer a respeito dos universos discursivos logicamente estabilizados, ou seja, do discurso das ciências da natureza, dos discursos das tecnologias ou dos sistemas administrativos tomados em seu funcionamento formal. Antes, o que interessa a sua disciplina está na ordem dos “espaços discursivos não estabilizados logicamente, derivando dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, e logo também o dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado” (ibid., p. 292).

Veremos mais adiante que ao teorizar sobre a existência dos universos discursivos, Pêcheux não prescindirá de uma discussão que inclua o poético. Marco aqui essa questão, para retomá-la no capítulo III de forma mais detida. Por ora, destaco que nesse ponto de sua discussão, Pêcheux vai sublinhar que a proposta de leitura da Análise do Discurso baseia-se na construção de procedimentos capazes de expor o olhar do analista à opacidade. Não se trata, no entanto, de uma “leitura plural” no sentido de que cada “sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer” afirma o autor ao retomar Jean-Marie Marandin (o termo “plural” remetendo exatamente a isso que é do domínio do subjetivismo, sublinhamos).

Orlandi assinala que para Pêcheux o discurso é “efeito de sentido entre locutores” (1997, p. 20). Nessa direção, para a autora

Compreender o que é efeito de sentido é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que o sujeito e o sentido se constituem mutuamente, pela inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos) (ibid., p. 20).

E o sentido, por essa via, não é conteúdo, ou seja, não é localizável. As condições de produção de um discurso, as diferentes materialidades sobre as quais ele se produz determinam os efeitos de sentidos em jogo no discurso, bem como seus não ditos. A noção de formação discursiva nos permite compreender o processo de formação de sentido, segundo a Análise do Discurso. A formação discursiva é definida por Michel Pêcheux como “aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147). Para Orlandi “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo

que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro” (2005, p. 43), e a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos (ibid., p. 46). Falaremos sobre essa relação entre sujeito e ideologia mais adiante.

Por essa via, pode-se interrogar acerca da leitura de que trata a Análise do Discurso, que implica que “o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que lê” (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 291). Em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?*, Pêcheux, ao especificar o que *escrever, ler ou interpretar* quer dizer, introduz uma discussão em que considera a existência de um outro real – o real próprio às disciplinas de interpretação. Em suas palavras “Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não logicamente-estável não seja considerado *a priori* como um defeito, um furo no real” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 43). O real das disciplinas de interpretação é, segundo o autor, “constitutivamente estranho à univocidade lógica”, configura-se como “um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo seus efeitos” (ibid., p. 43).

### 2.2.2 Sujeito, Ideologia, Inconsciente

Considero importante uma breve discussão que possa dizer da articulação problemática entre sujeito e ideologia que traz Pêcheux. A concepção de sujeito do discurso é trazida por Pêcheux a partir da teoria althusseriana “não-subjetivista da subjetividade”. Vale retomar o que diz Althusser:

[...] o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que ele “realize por si mesmo” os gestos e atos de sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que “caminham por si mesmos”. (ALTHUSSER, [1978] 1985, p. 104).

Buscando em Althusser sua ancoragem acerca do sujeito, Pêcheux especifica que o autor fala muito pouco de linguística, e jamais de “Semântica”. Segundo Pêcheux,

Ao contrário, ele [Althusser] fala de *sujeito* e de *sentido*, e eis o que ele diz: “Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” ([1975], 2009, p. 32).

A teoria do sujeito na Análise de Discurso é, de acordo com Gadet (2010, p. 9), “um lugar problemático que deve ser constituído” e, assim como a concepção de língua/linguagem, traz implicações fortes para a Análise do Discurso, alinhando-se às críticas e retificações que Pêcheux apresenta em sua teorização, sobretudo no que diz respeito a uma

(im)possível relação entre as categorias *Ideologia* e *Inconsciente*. A complexidade do tema é antecipada por Pêcheux, que ao mesmo tempo em que denuncia a ausência de uma articulação conceptual entre essas duas categorias, adverte que “é essa *falta de uma ligação entre ideologia e inconsciente* que atualmente dá trabalho à pesquisa em psicanálise, sob formas diversas e, frequentemente contraditórias” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 139 – itálicos do autor).

O debate que inclui uma possível aproximação entre *ideologia e inconsciente* é empreendido em seu texto de 1975, *Semântica e Discurso* e é matizado por uma cuidadosa indicação de Pêcheux, que argumenta não ser aleatório o fato mesmo de que essas duas categorias se façam presentes em sua discussão, destacando naquele momento que o estágio dessas discussões se encontra ainda nos “‘vislumbres’ teóricos penetrando a obscuridade” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 138).

A possibilidade mesma de referenciar a *Ideologia ao inconsciente freudiano* parte de algo que ressoa do dizer de Freud – “o inconsciente é eterno” em “a Ideologia é eterna”, – elaboração em que Pêcheux se ancora para advogar em favor de uma compreensão da história como “um imenso sistema *natural-humano* em movimento, cujo motor é a luta de classes” (ibid., p. 138 -itálico do autor).

Admitindo, então, estar ainda em “estágio dos ‘vislumbres’ teóricos penetrando a obscuridade” (ibid., p. 138), o autor limita-se, nesse momento, a apenas designar certas conexões entre a categoria de ideologia e a categoria de inconsciente:

Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia e inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender este último adjetivo não como ‘o que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 138 – itálico do autor).

Para Pêcheux estas duas indicações – “o inconsciente é eterno” e “a Ideologia é eterna” – possuem, assim, um caráter estruturalmente comum, o de “dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’, retomo.

Alinhado ao pensamento de Althusser, Pêcheux afirma que a categoria do sujeito é uma evidência. Evidência de ser sempre já sujeito. Evidência espontânea do sujeito, que faz com que o sujeito se perceba como origem de si. E nessa esteira, o autor mostra que há ainda uma outra evidência – a evidência do sentido. Cito o autor:



Em suma, a evidência diz: as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos: mas, sob essa evidência há o absurdo de um círculo pelo qual a gente parece subir aos ares puxando pelos próprios cabelos, ao modo do Barão de Münchhausen, personagem menos conhecida dos leitores franceses que M. de La Palice, mas que, também ele, por um outro viés, bem que merece a semântica (ibid., p. 32).

O viés de La Palice é entregar-se à evidência, especifica Pêcheux. Já o Barão de Münchhausen segue pela via do absurdo salvando-se, a si próprio e a seu cavalo, de se enterrarem na lama de um charco, pela força dos próprios braços, ao se erguer pelos cabelos. Absurdo interpretado pelo autor de *Les Vérité de La Palice* como sendo vizinho da evidência. Absurdo que diz do sujeito como sendo senhor de si, e não com “o servo assujeitado”, puro efeito de assujeitamento, alheio às causas que lhe determinam.

Ao assinalar um (im)possível na relação entre os conceitos de *Ideologia e inconsciente*, Pêcheux sublinha a necessidade fundamental em se tomar cuidado para não cair na tentação de articular um conceito ao outro, apagando seus pontos de impossível, de inarticulável. Segundo sua advertência,

Retraçar a vitória do lapso e do ato “falho” nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada, depois do fracasso de fazê-lo impulso do superego da ideologia dominante: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente (ibid., p. 278).

Mas seu livro de 1975, trabalho central no conjunto da obra do autor, é revisitado pelo olhar crítico do inquieto estudioso que, dentre as várias propostas de retomadas e retificações de noções e conceitos que apresenta ao longo de sua trajetória intelectual, traz uma importante assunção sobre uma possível ingenuidade que cometera em *Les Vérité de La Palice* (1975) acerca do sujeito de linguagem. A retomada que me interessa aqui é esta que o autor faz em “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, texto escrito em 1978, em que Pêcheux retoma sua discussão de 1975, mais especificamente a questão da disjunção entre sujeito e ego na problemática que o autor apresenta sobre a interpelação ideológica em relação com a questão do sentido.

Tentarei dizer algo sobre isto, de forma parcial, haja vista esse texto do autor ter sido bastante analisado e comentado por diversos estudiosos da área do discurso, e áreas afins. Uma dessas análises me interessa aqui, na qual busquei suporte para minha breve discussão: “O fogo que desengessa e mobiliza – uma entrada na obra de Michel Pêcheux” (PFEIFFER, 2005).

Para formular sua retificação, Pêcheux assume, antes de mais nada, o risco político e teórico de se articular o marxismo à linguística e à psicanálise, no que toca sobretudo uma intervenção nesse primeiro terreno, sobre a questão da ideologia. A Tríplice Aliança (configurada na França sob os nomes de Althusser, Saussure e Lacan) é provocadora, e de modo quase insuportável, espalha “fumaça” e movimenta o debate para além do “sexológico do freudismo”, do ‘linguageiro’ da linguística e do ‘neofilosófico’ do marxismo”. Garante Pêcheux: “Não há fumaça sem fogo” (PÊCHEUX, [1978] 2009, p. 270). E toma partido, esse filósofo inquieto e inquietante. Toma partido pelo fogo, ou seja, pelo trabalho que, crítico, poderá levar a Tríplice Aliança à dissolução, mas, porque crítico, poderá produzir algo novo. Partido a favor do fogo de um trabalho crítico nesse lugar de entremeio, entretanto, partido “contra o fogo incinerador que só produz fumaça” (ibid., p. 270), assume Pêcheux.

Audacioso e teimoso, Pêcheux não abandona o terreno e prossegue a batalha tomando partido ao lado da luta de classes na teoria, interpretando que “o real” dessa luta filosófica tem a ver com as infinitas retomadas e retificações. Nessa direção, o autor retoma a conclusão do texto de 1975, em que traz uma tese que procura, segundo suas palavras, “sintetizar um ponto fundamental do empreendimento althusseriano”: “A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira” (ibid., p. 271), e, firmemente disposto a não deixar “um erro dormir impunemente”, se propõe, a partir dos ruídos que escuta na tese postulada, analisar o que *falha* em seu livro de 1975, não na direção de se buscar o verdadeiro, mas antes, para “tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça” (ibid., p. 276).

O que falha, mostra Pêcheux, falha tanto em referência ao marxismo-leninismo quanto em referência à psicanálise. Do lado do marxismo-leninismo, a falha apontada é o retorno idealista do primado da teoria sobre a prática; do lado da psicanálise, a terrível coincidência entre o eu (ego) e o sujeito. Assevera Pêcheux: “Levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les vérités de La Palice*” (ibid., p. 276). Segundo destaca Pfeiffer, ao retornar às suas formulações, Pêcheux percebe “que algo ia bem demais com o sujeito de linguagem lá pensado discursivamente” (PFEIFFER, 2005, p. 167). “Ir bem demais” foi justamente o sintoma percebido por Pêcheux de que algo falhava e esse sintoma apontava “o efeito de coincidência do *sujeito e do Eu*” (ibid., p. 167).

A estudiosa analisa a falha assumida por Pêcheux como um lugar de equívoco em sua teorização. Nesse lugar, a autora analisa que o sujeito, já teorizado e compreendido pelo

autor em sua incompletude e descentramento, constituído na relação com a linguagem e com o sentido, retorna à unidade, como Eu-Sujeito-Pleno. Nesse sentido, a estudiosa mostra que “fecha-se o espaço constitutivo da contradição, do movimento, dos processos de identificação nos quais se dão ao mesmo tempo, contraditória e constitutivamente, a dissensão” (ibid., p. 168). Segundo analisa Pfeiffer, o “assujeitamento perfeito” do Eu-Sujeito-Pleno recobriu o funcionamento ideológico sobre o discurso científico. Dessa maneira, o humanismo e o idealismo retornaram preponderantemente e a ideologia passou a funcionar como ocultação.

A compreensão de ideologia de Pêcheux não passa por esse recobrimento, uma vez que o real da língua, o real da história e o real do inconsciente são levados em conta pelo autor até as últimas consequências. É de uma disciplina materialista que se trata sua análise do discurso, portanto, o retorno ao idealismo é de fato um equívoco necessário de ser retomado e discutido. E Pêcheux o faz, assumindo que não “há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, [1978], 2009, p. 277). É na falha justamente, “nos traços de obstáculos à interpelação, que se toca o sujeito, que se toca o inconsciente” (PFEIFFER, 2005, p. 169).

Passarei agora a discutir sobre o desacordo de Pêcheux no que respeita ao movimento estruturalista.

### **2.3 O narcisismo da estrutura**

É fato que Pêcheux, desde sua AAD-69, critica o estruturalismo generalizado ao apresentar sua recusa a um método universal de análise que se baseava numa concepção da linguística como a Ciência das ciências, que deixava na ignorância as relações sociais abordadas no materialismo histórico. Seu estruturalismo não era “dessa espécie”, comenta Denise Maldidier (2003, p. 29), já que o filósofo “apaixonado pela ciência e pela política” (ibid., p. 28), não se valia do trabalho de Ferdinand Saussure, referindo-se a ele apenas como modelo de análise estrutural, transportando-o ao domínio discursivo.

Ainda que seu estruturalismo fosse outro, foi também em virtude de sua adesão ao movimento estruturalista que Pêcheux reconheceu que algo ficara de fora da construção do dispositivo de leitura da AAD-69. Quanto a essa exclusão, Maldidier (2003) observa que Pêcheux reformulara a fala saussuriana para constituir o objeto de sua disciplina, se empenhando em desembaraçar esse objeto das implicações subjetivas, na direção de construir um dispositivo de leitura não subjetiva. Segundo Maldidier, nessa posição de trabalho o

sujeito fora “duplamente recalcado”<sup>27</sup> (ibid., p. 90). Esse duplo recalque se dera tanto no nível dos corpora, quanto no que tocava ao plano do analista do discurso. Nas palavras de Mالدیدیر, “Nos corpora estudados analisavam-se posições dos sujeitos, efeitos-sujeitos. Quanto ao sujeito-leitor, que era o próprio analista, ele se apagava atrás do gesto científico” (ibid., p. 90).

Entretanto, o que fora necessário excluir para se construir a “máquina discursiva” (PÊCHEUX, [1983] 2010) retornará quando a questão da Análise do Discurso se junta às questões sobre as leituras de arquivo, na década de 1980. Nesse novo momento de análise, a maquinaria estrutural é substituída por uma proposta de leitura que se ancora no confronto de textos sócio-históricos, os mais diversos. Com vistas nesse horizonte novo da leitura de arquivo, Pêcheux dirá:

os procedimentos da AAD-69 ficam distantes de um acordo, quanto à apreensão **deste jogo entre o mesmo e o outro, que caracteriza a heterogeneidade contraditória de todo campo de arquivo**: tanto para os métodos de cálculo das proximidades quanto pela rigidez pesada da análise sintática (manual, além disso) que elas supõem, e também a **obstinação em reconstruir identidades parafrásticas**, os procedimentos da AAD-69 ficam bem mais próximos do que eu poderia supor na época das evidências empírico-lógicas da leitura. Ainda uma vez: o equívoco com relação a Harris! (PÊCHEUX, [1981] 2011, p. 281–negrito meu).

Na análise que Pêcheux faz de seu dispositivo da AAD-69, como podemos observar, o autor põe em relevo a radicalidade de sua proposta inicial, que ao questionar as evidências empíricas da leitura, ancorara-se nas bases teóricas do estruturalismo (ancoragem que, segundo Pêcheux, o possibilitou “saber o que é falar, escutar e ler” (PÊCHEUX [1981], 2011, p. 277) tirando da jogada o que deveria ser o próprio fundamento do jogo: *deste jogo entre o mesmo e o outro, que caracteriza a heterogeneidade contraditória de todo campo de arquivo*.

Sobre a questão da heterogeneidade<sup>28</sup> no campo discursivo, trazido por Jacqueline Authier-Revuz (1982), Mالدیدیر (2003) observa a força desse conceito para se pensar novos termos operacionais que incluem o jogo do interdiscurso com o intradiscurso. Por essa via, o

<sup>27</sup> “Le sujet était doublement forclos” (Mالدیدیر, 1990, p. 83). *Forclos*, no original em francês, foracluído, excluído. Em alguns lugares mantive o termo recalcado, tal como ele é usado na tradução de Eni Orlandi. Em outros lugares, quando não se tratar de uma referência ao texto de Mالدیدیر, tal como fora traduzido por Orlandi, optei pelo termo foracluído, pensando na possibilidade do sentido de exclusão, e não de recalque. Agradeço a Bruno Turra por tornar-me viável o texto original, bem como pela interlocução acerca desta questão.

<sup>28</sup> Cf. Jacqueline Authier-Revuz. (1982) Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: \_\_\_\_\_. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

não-dito (ao mesmo tempo que presente, ausente, “atravessa o dito sem fronteira assinalável” (ibid., p. 85). Para Pêcheux, como se pode destacar de seu artigo “Análise do discurso: três épocas”, o conceito de heterogeneidade coloca em questão o “discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como outro” (PÊCHEUX [1983] 2010, p. 313), e, sobretudo, a

insistência de um além interdiscursivo que vem, alguém de todo autocontrole funcional do “ego-eu” enunciador, estratégico que coloca em cena “sua” sequência, *estruturar* esta encenação (**nos pontos de identidade nos quais o “eu-ego” se instala**) ao mesmo tempo em que a desestabiliza (**nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa**) (ibid., p. 313 – negritos meus).

É a própria inquietação acerca do lugar do sujeito que se pode sublinhar dessa formulação. O lugar do sujeito, que não mais poderá ficar de fora dos novos procedimentos de leitura, entretanto, sem se instalar nos *pontos de identidade* do *eu-ego*.

Sem trazer respostas decisivas a isso que constituiu esse obstáculo (ao mesmo tempo em que uma necessidade incontornável), ou seja, a essa irrupção imprevista de um discurso-outro, que põe à mostra a falha no controle de procedimentos de análise, Pêcheux segue apresentando “sobretudo muitos pontos de interrogação” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 313). Dentre eles:

Como separar, nisso que continuamos a chamar “o sujeito da enunciação”, o registro funcional do “eu-ego” estrategista assujeitado (sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma *posição do sujeito*? Que relação paradoxal essa emergência mantém com o obstáculo, a irrupção imprevista de um discurso-outro, a falha no controle? O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o “eu-ego” vacila? Como inscrever as consequências de uma tal interrogação nos procedimentos concretos da análise? (ibid., p. 313, destaque do autor).

Essas e outras duas longas perguntas que vêm na sequência encerram o texto “Análise do discurso: três épocas”, ao mesmo tempo em que abrem questões. Em meio às questões sempre abertas, a relação da Análise do Discurso materialista com o estruturalismo não cessa de produzir sentidos. Em seu último trabalho *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, Pêcheux assinala que o movimento estruturalista “balançava em uma nova forma de narcisismo teórico. Digamos: em **um narcisismo da estrutura**” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 46 – o negrito é meu). Para o filósofo, essa nova forma de narcisismo teórico tem a ver com uma “nova inscrição de suas leituras no espaço unificado de uma lógica conceptual” (ibid., p. 46). Esse procedimento de leitura culminou na “suspensão da interpretação”, dando lugar a isso que o autor chama de “sobre-interpretação” (ibid., p. 46).

Tal proposta, segundo assinala o autor, simula processos matemáticos dando “ares de discurso sem sujeito”, uma vez que opera como um “dispositivo de tradução que transpõe ‘enunciados empíricos vulgares’ em ‘enunciados estruturais conceptuais’” (ibid., p. 46-47).

*Ares de discurso sem sujeito e narcisismo da estrutura.* Duas expressões que marcam, a meu ver, a crítica de Pêcheux à radicalidade dos procedimentos ligados ao movimento estruturalista. Radicalidade que alcança os procedimentos da análise linguística de sua ADD-69 em sua rigidez estrutural.

O que me interessa ressaltar dessa discussão diz respeito ao (não) lugar que o poético ocupa no empreendimento de Michel Pêcheux, marcando esse **não** como um lugar de silêncio com relação ao poético (silêncio escutado por mim no só depois, ao me atentar ao fato de que o poético se instala na obra do autor na década de 1980 de modo incontornável), porém, não como vacuidade de sentido.

Nessa direção, retomo uma observação que já fizera anteriormente: na década de 1960 não há referências ao poético, e na década de 1970, exceto por *Les vérités de la Palice*, o poético não é mencionado em outros trabalhos. Por outro lado, na década de 1980, o poético é compreendido de maneira incontornável como fundamento da língua – “nenhuma língua pode ser pensada completamente se a ela não se integra a possibilidade de sua poesia” (PÊCHEUX, [1982] 1999, p. 25) – e a língua como sendo capaz de política – “as línguas naturais são capazes de política” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 24).

O fato de o poético ser discutido como uma questão fundamental no campo discursivo na década de 1980 fez-me indagar, como já asseverei, sobre a ausência do poético nesse campo nas décadas de 1960 e 1970. Na direção de dizer algo acerca dessa ausência, observo que Michel Pêcheux nos dá uma pista importante para tocar nessa indagação, ao reconhecer a proximidade que tomou seu projeto de leitura da vertente empírico-lógica da linguística. A meu ver, a assunção de Pêcheux mostra o quanto seu empreendimento havia cedido ao narcisismo da estrutura, à alta custa da exclusão do sujeito. Nesse sentido, o que discuto acerca do dispositivo de leitura da Análise do Discurso, é que algo do poético escapara de poder ser formulável.

Para esta discussão, faz-se necessário percorrer um certo caminho. Meu caminho começa pelo artigo de retificação que Pêcheux escreve com Catherine Fuchs para a *Langages* 37 em março de 1975. Nesse artigo, intitulado “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, notei que na injunção do próprio funcionamento do discurso científico, o filósofo insiste em asseverar a necessidade da desambiguação. Assim, me detive em algumas formulações desse texto e outros textos de Pêcheux em que a

ambiguidade fora articulada. Como veremos, algumas formulações acerca da ambiguidade são sintomáticas para discutir o fato mesmo de que o poético escapara de poder ser formulável em alguns trabalhos de Michel Pêcheux.

O artigo de 1975 traz as marcas dos retornos críticos aos escritos precedentes, sobretudo ao seu livro de 1969. Nele, os autores tocam naquilo que “falha” no dispositivo da AAD-69 e asseveram a necessidade de rever algumas questões mal resolvidas. Logo da introdução do texto, destaquei as primeiras palavras:

Nesses últimos anos, a ‘análise automática do discurso’ (abreviadamente: AAD) produziu um certo número de publicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações que suscitaram nestes dois níveis, precisam de uma reformulação de conjunto, **visando eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros**, constatar certas dificuldades não resolvidas e, ao mesmo tempo, iniciar as bases para uma nova formulação da questão, à luz dos desenvolvimentos mais recentes, frequentemente não publicados, da reflexão sobre a relação entre a linguística e a teoria do discurso. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 159 – o negrito é meu)

Destaco o caráter categórico deste enunciado ao afirmar a necessidade de se rever questões fundamentais do dispositivo analítico da AAD69, e nessa direção relembro que é nesse trabalho de março de 1975 que se terá delineada a relação entre a Análise do Discurso e a teoria do discurso. Esse movimento de retomada e os deslocamentos operados, atrelados às redes de filiações e de dissoluções teóricas que tecem a história da Análise do Discurso, não estão limitados por uma espessura temporal, tampouco são tomadas de decisões de um sujeito cognitivo. Antes, estão relacionados às pesquisas desenvolvidas no terreno da linguística, como asseveram os autores, e também em outros campos, como o campo da psicanálise e o campo do materialismo histórico, tal como apresentado no quadro epistemológico da disciplina, nesse mesmo artigo de *Langages* 37.

Nesse sentido, observo que a expressão *retificar certos erros* aponta para a visão de ciência que sustenta a Análise do Discurso, principalmente ancorada nas noções que Pêcheux importa da epistemologia histórica de Bachelard, sobre o papel do erro e da retificação na construção do conhecimento científico. Para Bachelard, como já discuti anteriormente, a noção de erro e de retificação ancoram a premissa da categoria da verdade como sempre provisória. Para Pêcheux, a verdade provisória sustenta uma posição de um trabalho crítico necessário a um campo teórico, não significando, contudo, um recuo que culminará com o abandono do campo, mas com reformulações de questões centrais a esse campo.

Por outro lado, na expressão *eliminar certas ambiguidades*, a ambiguidade é considerada como resíduo que deve ser descartado – “resíduo de uma operação lógica com a língua”? Para prosseguir com a discussão, trago outra formulação em que a ambiguidade é articulada.

A partir daí, “condições de produção de *um* discurso” necessita ser detalhadamente explicitada, para **evitar erros de interpretação, acarretados pela ambiguidade de certas formulações** (ibid., p. 180 – itálico dos autores, negrito meu).

Nessa formulação, encontrada no segundo capítulo do mesmo artigo, a ambiguidade é articulada mais pontualmente na relação à interpretação, mais especificamente, aos *erros de interpretação*. Nesse caso, o tratamento do erro não é a retificação, mas a evitação. O erro de interpretação é algo que se pode evitar, entretanto, é a ambiguidade que se deve eliminar, ou seja, evitar formulações ambíguas resolveria o problema dos erros de interpretação. No que toca a questão da interpretação, algumas questões necessitam ser colocadas: É possível se evitar a ambiguidade? Há interpretações corretas? Qual seria o lugar do poético em um debate que tematiza a interpretação de dois pontos de vista: o do acerto e o do erro. E do lado do acerto, uma exclusão radical: a da ambiguidade?

Na direção de produzir alguns sentidos acerca dessas indagações, relembro que M. Pêcheux estabelece uma relação fundamental entre o poético e o equívoco em seu texto de 1981. Refiro-me especialmente a seguinte formulação:

Mas de onde vem essa certeza sobre o lugar da poesia, ponto privilegiado de cessação? **Poder-se-ia entender, sob o princípio saussuriano do valor, que a poesia não tem lugar determinado na língua porque ela é literalmente coextensiva a esta última, do mesmo modo que o equívoco: talvez ‘não haja poesia’.**

Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); ponto em que a língua atinge a história. (GADET; PÊCHEUX [1981] 2004, p. 64 – negrito meu)

Ora, ao compreender que o equívoco e a poesia são coextensivos da língua, considerar a possibilidade de desambiguação não parece sustentável. Nesse caso, se a eliminação da ambiguidade, em operação lógica com a língua, fora considerado no texto de março de 1975 como uma saída para evitar erros de interpretação, o que destaco de *A Língua Inatingível* (1981) é exatamente o lugar que o equívoco vem ocupar na teorização de Pêcheux: “a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 51).



Essa discussão vai à direção de compreender minha observação de que no artigo da revista *Langages* 37, de março de 1975, algo do poético escapara à possibilidade de ser formulável. O que pretendo mostrar é que tal impossibilidade não passa ao largo da consideração da interpretação como uma operação de erro ou acerto, e do papel da ambiguidade nessa operação, como da ordem do eliminável. Essa afirmativa ganha sustentação com a discussão acerca do poético nos trabalhos da década de 1980:

[...] a **equivocidade**, a “**heterogeneidade constitutiva**” (a expressão é de J. Authier) **da língua corresponde** a esses “**artigos de fé**” enunciados por J. Milner em “A Roman Jakobson ou le Bonheur par la symétrie” (in *Ordre et Raisons da Langue*, Seuil, Paris, 1982, p. 336):

“- **nada da poesia é estranho à língua**”;

- **nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia** ([1983], 2006, p. 55 – negritos meus).

O que se lê nessas palavras é que a poesia, em correspondência à equivocidade, à heterogeneidade constitutiva, é compreendida como fundamento da linguagem.

No livro *A Língua Inatingível* (1981) a questão da ambiguidade ainda se coloca. Especificamente no capítulo intitulado “A ambiguidade como paródia do equívoco”, Michel Pêcheux não cessa de trazer a questão do equívoco para o debate. Nesse capítulo a ambiguidade é discutida ao lado do equívoco, como se pode observar já no próprio título do capítulo. O objetivo do capítulo é o de discutir sobre o tratamento dado à ambiguidade por alguns estudiosos da linguagem, como Nicolas Ruwet, Claudine Haroche, C. Hagège, P. Le Goffic e, sobretudo, Noam Chomsky, para quem “a noção de ambiguidade é sem ambiguidade” (GADET; PÊCHEUX [1981] 2004, p. 147).

É sobre a posição de Chomsky que recai a discussão mais amplamente. A questão da ambiguidade no trabalho de Chomsky, por ter-lhe permitido efetuar a disjunção entre estrutura e função, é destacada como o ponto que o afastara de uma concepção de língua como instrumento de comunicação. Mas, fatalmente, discutem os autores, a ambiguidade é tratada pelo linguista gerativista apenas como um pequeno problema que pode ser representado, explicado e resolvido “num mundo lógico reduzido” (ibid., p. 146). Nessa lógica,

**Desfazer a ambiguidade supõe aceitar a evidência, segundo a qual é um ou outro, e, principalmente, não os dois ao mesmo tempo ou outra coisa completamente diferente: a língua não pode tolerar o incerto, ou dizer duas coisas ao mesmo tempo. O ódio dos Judeus é ou o que nós sentimos por eles, ou o que eles sentem pelos outros, mas nunca um composto dos dois ou o que eles podem experimentar por si mesmos** (ibid., p. 146 – negrito meu).

É a crítica acerca da ambiguidade no trabalho de Chomsky que incide sobre o título do capítulo: “A ambiguidade como paródia do equívoco”. A ambiguidade é compreendida como um ponto privilegiado da contradição de Chomsky, já que ao mesmo tempo o coloca de frente para a especificidade da língua como estrutura que funciona e não como instrumento que tem uma função: “é em termos lógicos, com argumentos lógicos, que ele aborda o que poderia lhe permitir escapar ao logicismo: daí a paródia” (ibid., p. 147).

Se a ambiguidade no trabalho de Chomsky se aproxima da dimensão do equívoco, mas somente como paródia, isso indica que o equívoco é de outra ordem, ou seja, não é em termos lógicos e com argumentos lógicos que se poderá compreender o que escapa ao logicismo, a saber, o equívoco. Ordem que escapa aos termos lógicos é a armadilha em que cai Chomsky. Ordem da língua? Veremos.

No sexto capítulo, intitulado “O sistema posto a nu pelas suas falhas”, a discussão acerca da ambiguidade e do equívoco é retomada, mas dessa vez, introduzindo um elemento radical: a falha. Nessa discussão, o linguista Jean-Claude Milner é trazido para o debate:

Acabamos de ver que, **se ambiguidade pode ser entendida como uma aproximação da dimensão do equívoco, isso não é às custas de uma perturbação decisiva na construção chomskyana**: ela não constitui nada de exorbitante à construção teórica e não é, de jeito nenhum, irredutível à escrita.

Não se trata da mesma coisa com alguns pontos que, **após Milner**, chamaremos ‘as falhas’, que vem desfazer a regularidade do sistema naquilo que é dado como seu centro: no nó da consistência/completude (ibid., p. 149 – negritos meus).

*Após Milner* é a expressão que merece destaque. É bem sabido dos leitores de *A Língua Inatingível* que o autor de *O Amor da Língua* (1978) e “*Le bonheur par la symétrie*” (1978)<sup>29</sup> é bastante citado. Em seus diálogos com *O Amor da Língua* acerca da poesia, o que se pode observar é que ao trazê-lo para sustentar sua posição, Pêcheux ora concorda com, ora contrapõe-se ao ponto de vista J.-C. Milner. De “*Le bonheur par la symétrie*”, veremos mais adiante como Pêcheux se apropriará do que chamará de “os artigos (de fé racional) de Milner”.

Relembro que, em *O Amor da Língua* (1978), Milner se propõe a fazer uma leitura dos fundamentos da linguística (mais especificamente das teorias de Saussure e Chomsky), a partir da consideração da hipótese do inconsciente. No referido livro, o linguista

<sup>29</sup> Cito esses dois trabalhos de Milner, em meio à sua obra, na direção de destacar a importância desses textos para a construção do poético na teorização de Michel Pêcheux.

revisita os princípios e pressupostos da linguística científica e destaca os lugares de exclusão necessários para a construção do objeto dessa ciência.

À luz da psicanálise, ele busca também apresentar distinções sobre os conceitos de língua, linguagem, incluindo o termo que exorbita a série – *lalangue* – termo forjado por Lacan, que articula a dimensão da língua ao desejo inconsciente. Como diz Lauro Baldini, lalíngua é o registro que “produz como efeito a impossibilidade de fechamento da língua, pois permite o jogo incessante entre os significantes, o primado das relações *in absentia* sobre as relações *in praesentia*” (BALDINI, 2012, p. 66).

No que toca ao modo como a falha é compreendida na formulação acima, ligando-a de forma inextricável ao funcionamento da língua, ressalto que assim o faz Pêcheux remetendo a possibilidade dessa discussão ao trabalho de Milner: *após Milner*. Mais adiante os nomes de Emile Benveniste e Judith Milner são citados, e Pêcheux dirá que o interesse pela questão da falha não reside nas propostas de tratamento, mas na “subversão que elas [as propostas] fazem o modelo chomskyano sofrer” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 152). Esse é, para Pêcheux, “o ponto em que a linguística encontra a psicanálise” (ibid., p. 152).

Na sequência, Pêcheux afirma: “Embora a linguística não tenha nada a dizer do inconsciente, ela pode assinalar pontos na língua em que o sujeito não pode ser apresentado se não como um sujeito desejante” (ibid., p. 152). Esse texto de 1981, distante dos argumentos lógicos, apresentará a tese de que “desfazer a ambiguidade supõe aceitar a evidência segundo a qual é um ou outro, não os dois ao mesmo tempo” (ibid., p. 146). E o poético não ficará de fora dessa discussão sobre a ambiguidade no livro *A Língua inatingível*. Na nota 5 do capítulo referido, Jakobson e Baudrillard são convidados ao debate<sup>30</sup> e a discussão girará em torno da oposição, proposta por Jakobson, entre a mensagem poética e a mensagem da comunicação corrente, destacando do linguista formalista o seguinte trecho: “a ambiguidade é uma propriedade intrínseca, inalienável, de qualquer mensagem centrada em si mesma, enfim, é um corolário obrigatório da poesia” (ibid., p. 148).

---

<sup>30</sup> “As teorias poéticas não escapam sempre a esse tipo de distinção. Assim, Jakobson, que opõe a mensagem poética centrada em si mesma à mensagem centrada na comunicação corrente (*Essais*, cap. 11), escreve: ‘A ambiguidade é uma propriedade intrínseca, inalienável, de qualquer mensagem centrada em si mesma, enfim, é um corolário obrigatório da poesia’. Baudrillard, recusando essa oposição, dirá: ‘A ambiguidade não é perigosa. Ela não muda nada no princípio de identidade e de equivalência, no princípio do sentido como valor, simplesmente ela faz os valores flutuarem, torna-se as identidades difusas, faz as regras referencial do jogo ficarem complexas, sem aboli-lo’ (p. 312). Assim, a separação é deslocada, mas conservada: a singularidade do poético, sua exterioridade irreduzível não é posta em questão.” (GADET; PÊCHEUX [1981], 2004, p. 148 – nota de rodapé 5)

Na sequência da nota, o destaque recai sobre a oposição apresentada por Baudrillard, trazendo do autor a seguinte citação: “a ambiguidade não é perigosa. Ela não muda nada no princípio de identidade e de equivalência, no princípio do sentido como valor, simplesmente, ela faz os valores flutuarem, torna as identidades difusas, faz as regras do jogo referencial ficarem complexas, sem aboli-lo” (BAUDRILLARD apud GADET; PÊCHEUX [1981], 2004, p. 148).

Nessas suas teorias, segundo análise de Pêcheux, Baudrillard deixa a singularidade do poético de fora, ou seja, “sua exterioridade não é posta em questão” (ibid., p. 148). Exterioridade essa que compreendo como sendo a dimensão do sujeito e da história: a falha, o equívoco que irrompem uma vez que a língua encontra a história. Essa afirmativa pode ser melhor compreendida se nos dirigirmos ao texto “Ler o Arquivo Hoje”, de onde podemos destacar a seguinte formulação:

A linguística – e antes de tudo a teoria sintática – em oposição à semântica concebida como disciplina independente tem efetivamente a ver com a materialidade específica de natureza formal (e nisso, ela “ambiciona” o ideal das ciências), mas simultaneamente, esta materialidade resiste do interior às evidências da lógica, seja ela dita “natural” ou “matemática”. A materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo – e nesta medida os objetos linguísticos e discursivos se submetem a algoritmos eventualmente informatizáveis – **mas simultaneamente ela escapa daí, na medida em que, o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua, e é aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe.** (PÊCHEUX, [1982] 2010, p. 57-58 – negritos meus)

Podemos observar que a ambiguidade, nesse texto de 1982, é tratada de modo distinto do artigo de março de 1975, em que fora articulada ao erro, como da ordem do eliminável. Nesse caso, a ambiguidade, assim como o deslize e a falha são compreendidos como fundamento da ordem da língua. Esse deslocamento produz efeitos importantes no projeto de leitura de Michel Pêcheux no que toca, sobretudo, a questão da interpretação. Como vimos acima, no artigo de *Langages* 37, a interpretação é tematizada sob o ponto de vista do erro e do acerto em um momento em que os “métodos de cálculo”, a “rigidez pesada da análise sintática” e também da “obstinação em reconstruir identidades parafrásticas” colocaram os procedimentos da Análise do Discurso bastante próximos, mais até do que Pêcheux supusera, “das evidências empírico-lógicas da leitura” (PÊCHEUX, [1981], 2011, p. 281).

Por essa via, se sua AAD-69 propunha um dispositivo de leitura em que o sujeito fora duplamente foracluído, sua posição de trabalho se desloca quando Pêcheux marca o lugar do analista na interpretação, ou seja, o analista toma posição diante “das interpretações

reconhecidas como efeitos de identificação”. (PÊCHEUX, [1983], 2006, p. 57). Trata-se de pensar agora no analista como sujeito de desejo, e não apenas como um “intérprete” que “se coloca como ponto absoluto, sem outro nem real” (ibid., p. 57). Nas duas últimas linhas de *Discurso: estrutura ou acontecimento?* (PÊCHEUX, [1983] 2006), Pêcheux marca essa posição de modo surpreendente: “Trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade” (ibid., p. 57).

Questão de ética e política: questão de responsabilidade – questão da “reintrodução do sujeito interpretante” (MALDIDIER, 2003, p. 90), que segundo Maldidier modifica totalmente o estatuto da disciplina de interpretação. Mais adiante, retomarei a questão sobre a ética na proposta de uma disciplina de interpretação de Michel Pêcheux; por ora, vale dizer que o que se compreende por uma leitura ética, exclui totalmente a possibilidade de se continuar fazendo da Análise do Discurso uma “prótese de leitura” (BONNAFOUS; LEON; MARANDIN; PÊCHEUX, [1982] 2010, p. 278).

A crítica de Pêcheux aos procedimentos de leitura das abordagens estruturalistas, ao *narcisismo da estrutura*, aos *ares de discurso sem sujeito*, certamente está ligada ao acontecimento do poético no campo discursivo. É também em seu último trabalho que, além de criticar o narcisismo da estrutura e os ares de discurso sem sujeito do movimento estruturalista, Pêcheux critica a **posição teórico poética** do movimento. Nas palavras do filósofo:

De passagem, os estruturalistas acreditavam assim na ideia de que o processo de transformação interior aos espaços do simbólico e do ideológico é um processo EXCEPCIONAL: o momento heroico solitário do teórico e do poético (Marx/Mallarmé), como trabalho extraordinário do significante. Esta concepção aristocrática, se atribuindo de facto o monopólio do segundo espaço (o das discursividades não-estabilizadas logicamente) permanecia presa, mesmo através de sua inversão proletária, à velha certeza elitista que pretende que as classes dominadas não inventam nada, porque elas estão muito absorvidas pelas lógicas do cotidiano: no limite, os proletários, as massas, o povo... teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos de ordem simbólica não os concerniriam! Neste ponto preciso, a **posição teórico poética do movimento estruturalista é insuportável. Por não ter discernido em que o humor e o traço poético não são o “domingo do pensamento”, mas pertencem aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica, ela tinha cedido, antecipadamente, diante do argumento populista de urgência, já que ela partilhava com ele implicitamente o pressuposto essencial: os proletários não têm (o tempo de se pagar ao luxo) um inconsciente!** (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53 –negrito meu)

Nesse longo trecho, destaco que Pêcheux acusa os estruturalistas de acreditarem que as mudanças que vêm perturbar a ordem simbólica e política (ideológica) concernem ao

poeta e ao teórico e, nesse caso, aos proletários, às massas, não concerniria outro espaço, além do das discursividades estabilizadas, absorvidos que são pelas lógicas do cotidiano. Essa crítica marca o posicionamento político de Pêcheux diante do movimento estruturalista no que concerne ao real da língua, ao real da história e ao real do inconsciente. A meu ver, essa crítica marca de forma radical – e a esta afirmativa eu gostaria de dar um destaque especial – **a posição teórico poética da Análise do Discurso materialista**, construindo um terreno outro que o do estruturalismo. Nas próximas linhas, tentarei justificar esse destaque.

Pêcheux contrapõe ao imaginário elitista que projeta o trabalho dos poetas como os únicos capazes de contestar (e Pêcheux cita Mallarmé) o postulado saussuriano da linearidade do significante do signo linguístico, que exclui a possibilidade de se pronunciarem dois elementos ao mesmo tempo: “O significante sendo da natureza auditiva, desenvolve-se no tempo unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 84). Ou seja, só há poesia na poesia dos poetas (!)

Cabe dizer que, segundo Haroldo de Campos, esse postulado é contestado por Jakobson ao invocar o caráter não linear, mas simultâneo dos traços distintivos que constituem o fonema: “Sim, é claro que não se pode articular ao mesmo tempo dois sons da fala, mas quanto a duas ou mais propriedades fônicas é claro que pode!” (Jakobson apud CAMPOS, 1976, p. 110). Também Lacan, de acordo com Haroldo de Campos, refuta o princípio de linearidade antes mesmo de conhecer o trabalho de Saussure com os anagramas “chamando à tela, precisamente o caráter polifônico da poesia e, por extensão, a disposição em partitura, que todo discurso traz implícita” (1976, p. 110).

Para Haroldo de Campos, Starobinski, ao apresentar os trabalhos saussurianos, mostra que mesmo Saussure considera que não é só na poesia clássica que haveria de se reconhecer a arte combinatória, mas em toda a linguagem. Quanto a isso, Pêcheux o segue ao dizer que o que o trabalho de Saussure (tal como ele é, por exemplo, comentado por Starobinski) faz do poético um deslizamento de toda a linguagem (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 58).

O ensurdecimento do estruturalismo ao funcionamento próprio da língua levará Pêcheux a tomar para si duas teses de Milner: “nada da poesia é estranho à língua”; e “nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia.” (PÊCHEUX [1983] 2006, p. 53).

Mas a surdez do movimento à poesia da língua não é a única responsável pela refutação do filósofo, que paralelamente acusa o movimento de aristocrático, colocando o

acento de sua denúncia na posição teórico poética do movimento: “*no limite, os proletários, as massas, o povo... teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos de ordem simbólica não os concerniriam! Neste ponto preciso, a posição teórico poética do movimento estruturalista é insuportável*” (ibid., p. 53).

A meu ver, essa crítica de Michel Pêcheux à posição teórico poética do estruturalismo indica algo de sua própria **posição teórico poética no campo materialista do discurso**. Nessa direção, para Pêcheux, considerar o poético como domínio do pensamento é ao mesmo tempo negar os efeitos que os jogos simbólicos produzem no âmbito político como “*meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica*” (ibid., p. 53). Por essa via, é também negar o real da história e, portanto, negar a relação do poético com o político. É também não reconhecer que entre a regra e o deslize, há o desejo do sujeito – há o sujeito de desejo. É reduzir assim, os proletários e as massas à condição de máquinas, uma vez que eles “*não têm (o tempo de se pagar ao luxo) um inconsciente*” (ibid., p. 53). É dar “*ares de discurso sem sujeito*” (ibid., p. 46-47).

Entrarei, a partir de agora e de modo mais pontual, na discussão acerca do modo como poético vai se constituindo em determinados lugares na Análise do Discurso de Michel Pêcheux.

### CAPÍTULO III O EFEITO DO POÉTICO NA DISCUSSÃO SOBRE A LÍNGUA(GEM), O SUJEITO, A HISTÓRIA

*Só temos que recomeçar.  
É, não parece muito complicado.  
O primeiro passo é o mais difícil.  
Podemos começar de qualquer parte.  
Podemos, mas temos que decidir.  
É mesmo.  
Vladimir e Estragon*

Como dito anteriormente, nesta tese, proponho-me a destacar certas articulações sobre o modo como o poético vai se construindo na teorização da Análise de Discurso por Pêcheux e, neste capítulo, procurei trazer a organização de um percurso de leitura que buscou compreender o ir e vir das formulações que constroem condições de produção, ao tempo mesmo em que já significam, para o poético se instalar no terreno materialista da AD. Na dispersão, na dissensão, no polissêmico, o percurso de leitura buscou flagrar algo deste poético. Ao chamar a atenção para Saussure, Milner, Lacan, Jakobson, entre outros autores, procuro ler com Pêcheux, aquilo que estrutura as bases de formulação, as condições de produção de um poder dizer (Lagazzi, 1988) que sustenta o modo como o poético é tematizado em sua disciplina materialista, sobretudo em seus textos da década de 1980.

Há que se reafirmar que, embora tenha me guiado, *a priori*, pelos textos do autor em que os termos poesia e correlatos são articulados e, só a partir desses textos, outros foram incluídos, não se tratou aqui de fazer um recenseamento das ocorrências do poético na obra de Michel Pêcheux. A exaustividade não é necessária, sobretudo quando se propõe um trabalho de leitura de arquivo que se ancora em uma visão histórica da Ciência, tal como foi discutido no capítulo I. Desse modo, esta proposta, de ler um filósofo materialista, não poderia não considerar, tal como afirma Milner, que “a grandeza de todos os materialismos autênticos reside no fato de não serem totalizantes” (MILNER, 1996, p. 10).

Outra observação a ser feita é a de que a presença dos termos poesia, poético etc., e mesmo de menções aos poetas e a seus trabalhos são pistas importantes para esta leitura, entretanto, não seria verdadeira a afirmativa de que a ausência dessas referências significa ausência de sentido. Não é sob essas evidências que esta discussão se ancora. Antes, ao destacar que o poético ocupou um lugar de destaque no campo discursivo na década de 1980, pretendo dar relevo ao fato de que esse lugar, nas décadas de 1960 e 1970, estivera ocupado



com outras questões<sup>31</sup>. Há, entretanto, uma ressalva a ser feita a esse respeito, no que concerne ao livro de Michel Pêcheux, *Les vérités de la Palice* (1975). Nesse trabalho de 1975 o poético é discutido de forma marcada na proposta de Michel Pêcheux de questionar as evidências da semântica para propor uma teoria materialista do discurso, como se verá discutido em breve.

Mas, se tirante esse livro de maio de 1975, nas décadas de 1960 e 1970, o poético não era uma questão para o projeto do autor, por outro lado, na década de 1980 as referências ao poético não são raras. Nessa década, como já indicamos em outros momentos, o poético é discutido no campo discursivo de modo tal que: “nenhuma língua pode ser pensada completamente sem que se considere a possibilidade de sua poesia” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 51); “Lacan triunfou ao ‘apontar’ que o famoso enunciado ‘*Colorless green ideas sleep furiously*’ constituía, através da aparência absurda da sua semântica literal, uma boa definição dos processos inconscientes!” (PÊCHEUX [1982], 1999, p. 12); “o traço poético não é o domo do pensamento, mas pertence aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica” (PÊCHEUX, [1983], 2006, p. 53). Na trilha dessas formulações, este capítulo consiste em destacar os efeitos do poético na discussão sobre a língua(gem), a história e o sujeito.

Como dito anteriormente, os trabalhos que tomo como guia diretor são os seguintes textos de Michel Pêcheux: *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, [1975], 2009); *A Língua Inatingível* (GADET; PÊCHEUX, [1981], 2004); “Delimitações, Inversões, Deslocamentos” (PÊCHEUX [1981] 1990); “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas” (PÊCHEUX, [1982] 1999); “Metáfora e Interdiscurso” (PÊCHEUX, [1984], 2011); “Ler o Arquivo Hoje” (PÊCHEUX, [1982] 2010); *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* (PÊCHEUX, [1983], 2006). Relembro que, ainda que esses trabalhos acima mencionados compareçam como fio diretor da discussão deste capítulo, é ao livro *A Língua Inatingível* que recorro com maior frequência. A justificativa desta escolha, como já mencionei, é o fato mesmo de que esse trabalho traz as referências as quais, além de abundantes, são potentes em destacar a importância do poético na construção de uma teoria materialista do discurso.

---

<sup>31</sup> No capítulo anterior, mais especificamente no subitem em que discutimos as críticas e o distanciamento de Michel Pêcheux das abordagens estruturalistas, ainda que de forma breve e incompleta, tentamos tocar em alguns dessas questões.

### 3.1 A coça do arquivo

Esta discussão se inicia por uma breve retomada acerca da questão do arquivo. O título *A coça do arquivo* remete ao subtítulo que Fábio Ramos (2006) apresenta em sua tese de doutoramento, no capítulo sobre o arquivo – *O arquivo coça*, que muito me inspirou aqui, me levando a mais uma confissão: foi-me um tanto quanto embaraçoso escrever este capítulo. Precisei recomeçar incontáveis vezes, e cada recomeço demandou releituras e reescritas, montagens e desmontagens. Nesses ires e vires, dei-me conta de um ponto muito sensível acerca da constituição de um arquivo de leitura. Quem me chama a atenção para esse ponto sensível é mesmo Fábio Ramos, que descobre, a partir de sua experiência com o arquivo, que o “arquivo coça”.

No caso de Fábio, ele se coçou todo por ter sido contaminado pelos ácaros do arquivo e foi parar em um hospital para se livrar de tamanha alergia. Coçar para ele, naquele caso, era um verbo de ação poderosa inerente ao arquivo que se constituía. O que coçava também para Fábio, além da alergia causada pelos ácaros etc., era a curiosidade, o desejo de dizer. No meu caso, aqui, penso na coça do arquivo primeiramente como substantivo: *levar uma coça*. O que quero dizer é que *levei uma coça* do arquivo. Uma coça que doeu na carne, e que se fez verbo, me coçando então na direção do desejo de dizer algo. Continuei. (Re)comecei.

Nesse (re)começo, a decisão pelo mais urgente: pelo fracasso (tal como Malone)! As vinte e poucas páginas que conseguira escrever neste (naquele) capítulo (assim o compreendi após expô-las ao olhar do outro) carregavam o peso de um imaginário falacioso sobre o que deveria ser a constituição e leitura de arquivo da obra de Michel Pêcheux. O que pesava, de fato, era a ilusão de que ao final da história (sem cenas dos próximos capítulos) emergiria uma *verdade última* que responderia à pergunta: o que é o poético em sua Análise do Discurso, Michel Pêcheux? Esse imaginário determinara meu fracasso! E afirmar então que é pelo fracasso que (re)comecei, ainda que admita que o desejo de obter sucesso aqui me provocasse a cada linha, é dizer que foi preciso voltar sempre àquilo que falhou (acompanhando o exemplo do próprio Pêcheux, ao longo de toda sua teorização) para então, tentar prosseguir.

Ao me dar conta de ter sido pega, em minha leitura, pela evidência da pergunta: “O que o autor quis dizer?” foi necessário retornar ao arquivo de Michel Pêcheux, na direção mesmo de (re)configurá-lo, tentando levar a sério sua proposta de trabalho de interpretação, como uma proposta de leitura ética, uma questão de responsabilidade. Em Lacan, a questão da

evidência da leitura pode ser compreendida através de seu ensino sobre o *sujeito suposto saber*. Nos termos do psicanalista, “aquele a quem suponho o saber, eu o amo” ([1972-73] 2008, p. 73). Entretanto, para se tomar parte numa leitura, o amor assume sua forma reversa, a do ódio. Ódio significando aqui a necessária “des-suposição” do saber: “se eu digo que eles me odeiam é porque eles me des-supõem o saber. E por que não? Por que não, se se verifica que se deve estar aí a condição do que chamei de leitura?” (ibid., p. 74). Assim, para ler, há que destituir o sujeito – autor – do lugar de sujeito suposto saber: “Além do mais, o que posso presumir eu de Aristóteles? Talvez eu o lesse melhor na medida em que, esse saber, eu lhe supusesse menos” (ibid., p. 74). A des-suposição de seu saber é, nesse sentido, a condição fundamental para se escapar da leitura teológica e do “poder do Mestre”<sup>32</sup>; uma forma de se escapar ao efeito do discurso religioso, como via única da verdade (PÊCHEUX, [1983] 2006).

A tarefa de (re)configurar este arquivo de leitura foi uma tarefa tão difícil quanto necessária para mim. Tarefa de assumir a responsabilidade acerca de algo que teorizara no capítulo I (debalde, naquele momento), que não havia nada no arquivo, a não ser aquilo que fosse construído a partir de meu próprio gesto de leitura (sem cair na armadilha do subjetivismo da leitura espontânea), e assim produzir alguns sentidos (jamais todos sentidos, não há “todos” sentidos) acerca do poético na obra desse autor. E dizer a partir de sua escrita, ancorada na autoridade de pai, sem, contudo, cair no engodo da saturação do sentido, da unidade do arquivo, da resposta derradeira, do discurso do Mestre.

Nessa direção, o que tentei fazer neste capítulo foi uma leitura que pretendesse acompanhar Pêcheux no que ele afirma de uma posição de trabalho que supõe momentos de interpretação “enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e negados” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 57). Tomada de posição, sempre na direção apontada por Pêcheux, a de uma leitura política, em que a divisão do sentido é incontornável.

Para esta empreita, achei válido (re)começar pelo livro de maio de 1975, *Les vérités de la Palice*. Sobre esta escolha, há que se comentar que, ao longo desta escrita, insisti várias vezes na afirmativa de que esta constituição de arquivo foi orientada pelos pressupostos da historicidade da ciência. O capítulo I foi destinado a discutir tais pressupostos, e retomá-los aqui seria exaustivo e desnecessário. Entretanto, faz-se mister enfatizar que este começo, ou recomeço, como designei neste capítulo, pelo livro de 1975, não tem a pretensão de

---

<sup>32</sup> A questão do “poder do mestre” está sendo abordada aqui, seguindo a discussão de Pêcheux no artigo “Ousar pensar, ousar se revoltar: ideologia, Marxismo, Luta de Classes” (PÊCHEUX [1984], 2014).

representar a base de uma edificação teórica. Dito de outro modo, ao levar em conta a visada histórica de ciência, não pretendi mostrar a inauguração, ou a origem do poético na obra de Michel Pêcheux, começando esta análise pelo livro de 1975. O que procurei foi discutir o lugar do poético no projeto de Michel Pêcheux e, por meio de algumas formulações, compreender o que a ausência do poético significa. Não se trata, portanto, de marcar no tempo quando o poético entra, mas sim mostrar, nos embates das formulações, os (e)feitos do poético na discussão sobre o funcionamento da língua, sobre a história e sobre o sujeito.

### 3.2 A poesia desde as verdades de La Palice

*Les vérités de la Palice* é compreendido por Malidier (2003) como um trabalho que marca uma diferença com os trabalhos anteriores, representando o cruzamento de todos os caminhos de Michel Pêcheux. Ainda que não me aprofunde na compreensão dessa afirmação da autora, considero fundamental apontar ao menos uma diferença, a da presença do poético nesse livro, e mais especificamente para a leitura que faço nessas próximas linhas, essa presença na relação com a ausência do poético em seu artigo de março de 1975, publicado na revista *Langages* 37, intitulado “*Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*” e traduzido para o português do Brasil como “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”.

Uma questão que me convocou ao trabalho, ao lado da presença dos significantes *poética*, *poesia* e correlatos no livro de maio de 1975 foi o caráter enigmático e equivocante do título. Nesse caso, pensando no que afirma Malidier acerca da diferença que *Les vérités de la Palice* marca dos trabalhos anteriores de Michel Pêcheux, uma diferença que considero interessante de ser mostrada, diz respeito ao modo como o título do livro de maio de 1975 é construído, comparado ao título do artigo de março desse mesmo ano, que aponta mais rapidamente a proposta do trabalho. Por outro lado, *Les vérités de la Palice* parece se erguer pela, e se sustentar na, equivocidade.

O título *Les vérités de La Palice* invoca M. de La Palice. Mas quem é La Palice e quais seriam suas verdades? E ainda, o que essas verdades teriam a dizer acerca do livro escrito pelo filósofo materialista? A elisão desse conhecimento no título produz um enigma que se desvendará na medida em que avançamos com a leitura do texto. A primeira pista está logo na introdução e é justamente a proposta do livro, qual seja “questionar as evidências fundadoras da semântica” para “elaborar as bases de uma teoria materialista” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 18).

Mas essa formulação ainda não resolve o enigma do título por completo (efeito de completude). É necessário avançar mais algumas páginas até alcançar a nota de rodapé 18. Nessa nota, La Palice é apresentado como o patrono dos semanticistas e em sua homenagem, a pista fundamental para se desvendar o enigma do título: cinco estrofes que cantam uma exaustiva afirmação do óbvio, como se pode ver nessa primeira estrofe:

Senhores, queiram ouvir  
A ária do famoso La Palice,  
Ela poderá vos divertir  
Contanto que vos alegre.  
La Palice teve poucos bens  
Para sustentar seu nascimento,  
Mas nada lhe faltou  
Enquanto viveu na abundância (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 30).

Há ainda, no corpo do texto, uma referência aos semanticistas como aqueles que “de bom grado” se utilizam de classificações dicotômicas do tipo “abstrato/concreto, animado/não-animado, humano/não-humano etc.” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 29). Os versos da canção na nota de rodapé fazem referência a esses classificadores, sustentando a crítica de que o semanticista, ao tentar classificar realidades estranhas, como a história, as massas, a classe operária, ficará em apuros: “o que dirá o semanticista? Trata-se de objetos, ou de coisas?” (ibid., p. 31). As essas indagações, segue a ironia: “Gozado como a máquina de classificar de repente se enrola” (ibid., p. 31).

A meu ver, o título *Les vérités de La Palice* funciona como metáfora. Penso nesse título como metáfora pela via que Lacan observa, sobre a estrutura metafórica ser isso que “indica que é na substituição do significante pelo significante que se produz o efeito de significação que é de poesia ou criação, ou, em outras palavras, do advento da significação em questão” ([1957], 1998, p. 519). Nesse caso, uma palavra por outra, um título enigmático no lugar de um título óbvio, que dissesse mais diretamente *da proposta do livro* (e justamente para se questionar o óbvio).

Nesse sentido, *Les vérités de La Palice* tem a ver com o poético. Pêcheux, ao formular esse título, assim como o poeta, ele se faz “acelerador das partículas da linguagem” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 58) e leva “aos últimos limites” (ibid., p. 58) a tese de que “o espaço do valor é o de um sistêmico capaz de subversão em que, no máximo, qualquer coisa pode ser representada por qualquer coisa” (ibid., p. 59). Na formulação desse título, ainda que com Pêcheux admitamos que “não há linguagem poética” (ibid., p. 58), não poderíamos deixar de reconhecer que Pêcheux não faz “pequenas economias” (ibid., p. 58).

A leitura que me interessou fazer do título do livro de maio de 1975 se alia ao destaque que dou à presença de uma canção como peça fundamental para sua formulação teórica, ou seja, como peça fundamental para sustentar sua posição teórico-epistemológica acerca da semântica. Considero essas duas referências significativas para discutir o modo como o poético vai se colocando, ocupando um certo lugar na teorização de Pêcheux. Nesses dois lugares, há que se destacar que Pêcheux não fala de poesia, não articula nenhum dos significantes que lhe sejam correlatos, entretanto, algo da ordem do poético se marca.

Sobre o recurso às estrofes da canção em homenagem a La Palice, há que se sublinhar que elas são trazidas em nota de rodapé e não são absolutamente assessórios na discussão acerca da semântica. Antes, elas são fundamentais para sustentar a construção do título e a crítica acerca das evidências da semântica. Há que se observar ainda que elas não são trazidas para a cena discursiva a fim de serem analisadas discursivamente. Aliás, sobre este comentário, adianto que o recurso aos textos poéticos não é privilégio desse texto de 1975. Mais adiante prosseguirei mostrando como Pêcheux se valera de poemas, não apenas como citações, no sentido de fazê-los falarem por ele, tampouco para que se empreendessem análises discursivas, mas, na mesma direção que aponte, como referências que sustentam as reflexões que tocam as questões centrais do campo discursivo: questões sobre a língua, o sujeito e a história.

Prossigirei com a leitura de *Les vérités de la Palice* destacando agora uma formulação em que o significante ‘poética’ aparece.

Logo nas primeiras páginas de *Les vérités de la Palice*, Pêcheux assinala de onde partirá para questionar as evidências da semântica. Sua primeira observação é a de que a semântica, como parte da linguística, (comparada à fonologia, à morfologia e à sintaxe) é um ponto nodal das contradições que atravessam e organizam a linguística sob a forma de tendências, direcionamentos de estudos, de escolas etc. Em segundo lugar, Pêcheux reconhece que, por ser justamente a semântica que constitui o ponto nodal das contradições que atravessam e organizam a linguística, é nesse ponto que a linguística tem a ver com a filosofia e com a ciência das formações sociais ou com o materialismo histórico.

Nessa direção, o teórico segue tentando caracterizar a situação da linguística a partir da identificação de suas três tendências principais que, segundo ele, “se opõem, se combinam e se subordinam umas às outras de formas variáveis” (ibid., p. 19). A primeira tendência mencionada é formalista-logicista, organizada na escola chomskyana, sob a égide da escola de Port-Royal. É a tendência dominante, segundo afirmará Pêcheux mais adiante. Ao lado desta, o autor apresenta a tendência histórica do século XX (representada por Brunot

e A. Meillet) e, por fim, a tendência que Pêcheux designa como linguística da fala. Esta última citarei tal como Pêcheux a descreve, já que é nessa descrição que se encontra a primeira formulação com o significante ‘poética’ em *Les vérités de La Palice*:

Enfim uma tendência que se poderia chamar “linguística da fala” (ou enunciação, da “performance”, da “mensagem”, do texto, do “discurso” etc.), em que se reativam certas preocupações da **Retórica e da Poética, através da crítica do primado linguístico da comunicação. Essa tendência desemboca em uma linguística do estilo como desvio, transgressão, ruptura etc., e sobre uma linguística do diálogo como jogo de confrontação.** (PÊCHEUX, [1975], 2009, p. 19 – negrito meu).<sup>33</sup>

Retórica e Poética são os significantes que ressaltam na formulação recortada acima. Minha observação é a de que essa menção marca uma construção sobre o poético que mais tarde será consolidada nos trabalhos da década de 1980, como se verá discutido. O valor dessa menção ao poético em *Les vérités de La Palice* recai sobre o destaque que se dá à novidade trazida pela tendência da linguística da fala que, ao se colocar em um determinado lugar que a distancia do primado da comunicação, permite reincorporar algumas das questões da Retórica e da Poética. Permite assim que a questão da poética, enquanto um domínio do saber, esteja presente de algum modo e longe do primado da comunicação.

Entretanto, não é no cerne da questão que a poética se instala nessa vertente da linguística, como mostra Pêcheux. Antes, a poética é caracterizada pela compreensão da ruptura, da transgressão como desvio de estilo. Nesse sentido, nessa discussão de Pêcheux, fica destacado que o que se retoma da antiguidade<sup>34</sup> (da Retórica e da Poética), nesse outro lugar (o da Linguística da Fala) ocupa lugar de desvio, transgressão, algo da ordem do estilo.

<sup>33</sup> Há uma nota de rodapé referente a esse trecho em que o autor indica os representantes dessa tendência: “Em particular, R. Jakobson, E. Benveniste, O. Ducrot, R. Barthes, A. J. Greimas e J. Kristeva” (ibid., p. 19).

<sup>34</sup> A Poética Aristotélica, seguramente a que foi tomada como referência pela Linguística da Fala, propõe-se a analisar as produções miméticas (a epopeia, a poesia trágica e a poesia cômica). Aristóteles especifica: “Da arte poética, dela mesma e de suas espécies, da função que cada espécie tem, do modo como se devem compor os enredos – se a composição poética se destina à excelência – e ainda de quantas e de quais são suas partes, assim como de todas as outras questões que resultam do mesmo método; eis o que falaremos” (ARISTÓTELES, 2015, p. 35). A poética aristotélica ocupa-se da função teórica da obra literária, ou seja, o poema mimético é o observatório de onde o filósofo parte para construir sua teoria. Aristóteles interessa-se assim pela definição e distinção das partes e elementos que constitui um poema mimético, buscando compreender a “utilização artística de uma noção estética como a de mimese” (PINHEIRO, 2015, p. 8). Também o poeta não escapa a uma conceituação. Segundo Aristóteles o poeta é aquele que “consegue representar as coisas tal como poderiam ou deveriam ser, e não como são” (ibid., p. 9). A mimese é assim, ao mesmo tempo, criativa e imitativa, remetendo sempre a uma ação ocorrida, que foi retomada e recomposta pela “ótica inventiva do poeta mimético” (ibid., p. 9). É importante observar que o processo de hierarquização das partes do poema mimético, o modo como essas partes são produzidas, a análise de questões lexicais, o comportamento dos atores, a produção do cenário e os procedimentos musicais se constituíam o objeto de interesse do filósofo em sua *Poética*. Enquanto que os problemas lexicais e elocutórios são preferencialmente tratados por Aristóteles em sua *Retórica*.

Esse comentário de Pêcheux é uma crítica que assinala que não é esse o lugar que o poético ocupa em *Les vérités de La Palice* e o distanciamento dessa visada é asseverado pela discussão que coloca em movimento a contradição que atravessa as distintas tendências logicista-formal e retórico-poética. De acordo com Pêcheux, essas tendências formam, na verdade, uma unidade contraditória do “par comunicação/não comunicação” e como uma unidade dividida, “essas duas formas tendenciais de combinação do lógico e do retórico são o mesmo realismo concreto, de um lado, e o racionalismo idealista, de outro” (PÊCHEUX, [1975], 2009, p. 25-26).

É fundamental observar, a partir dessa discussão, que o par comunicação/não comunicação não se sustenta em lugar algum do projeto da Análise do Discurso e isso já fora mostrado desde o texto de 1969, como já discuti anteriormente, em que Pêcheux assinalara o deslocamento conceptual introduzido por Saussure quando o linguista postula que a língua é um sistema que funciona. Esse deslocamento é compreendido no texto de 1969 como o que sustenta um corte entre a prática e a teoria da linguagem, uma vez que, se a língua é um sistema que funciona, a língua não pode ser mais pensada como um instrumento cuja função seja a de comunicar. Nessa direção, “a teoria do discurso e os procedimentos que ela engaja não poderiam se identificar com a ‘linguística da fala’”, afirmarão Catherine Fuchs e Michel Pêcheux no texto de março de 1975 ([1975] 2010, p. 178).

Há outras formulações em que o poético aparece referenciado nesse livro, em sua empreita de questionar as evidências fundadoras da semântica. Dessas diversas referências destaco apenas duas, encontradas no capítulo terceiro da segunda parte de *Les vérités*, intitulado “Articulação de enunciados, implicações de propriedades, efeito de sustentação”. Em ambas as referências o poético é inserido em meio a uma discussão acerca da dupla configuração do idealismo: “o realismo metafísico (mito da ciência universal) e o empirismo lógico (uso generalizado da ficção)” (PÊCHEUX, [1975], 2009, p. 111).

Vale destacar que nesse capítulo (e também no capítulo II), Michel Pêcheux se dedica ao estudo da questão lógico-linguística das relativas na direção de compreender a oposição entre a relativa explicativa e a relativa determinativa e desse modo tecer considerações acerca dos efeitos da dualidade entre a lógica e a retórica. Para tanto, Pêcheux levanta questões acerca da relação entre o objeto e a propriedade do objeto, entre necessidade e contingência, entre objetivo e subjetivo. A base da crítica de Pêcheux se constrói (sempre já) no funcionamento dicotômico do idealismo que, segundo seu ponto de vista, é incapaz de trabalhar a contradição. Nessa direção, Maldidier comenta que para Pêcheux, o idealismo



filosófico balança entre “as falsas soluções do logicismo e do subjetivismo” (MALDIDIER, 2003, p. 46).

Nessa discussão, as referências ao poético são feitas nas páginas finais do capítulo, (momento de concluir?) no cerne de uma discussão em que Pêcheux se dispõe a localizar o “equivoco que fundamenta o idealismo lógico” (PECHEUX, [1975] 2009, p. 108) e, desse modo, prosseguir em seu projeto de, a partir de uma abordagem materialista, questionar a semântica em seus limites. Para Pêcheux, a origem do equivoco idealista está na cegueira em relação à seriedade da metáfora. Em suas palavras, “Tudo se passa, nesse caso, como se a desconfiança ‘metafísica’ se convertesse em cegueira **com respeito à seriedade das metáforas e sua eficácia**” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 109 – grifo meu). O autor prossegue afirmando que o equivoco idealista impede de ver “a função constitutiva e não-derivada da metáfora e da metonímia” e, nessa mesma esteira, o equivoco idealista “leva a ignorar a eficácia material do imaginário” (ibid., 109).

Para prosseguir, faz-se necessário destacar que, no campo discursivo, a metáfora, a metonímia e o imaginário são compreendidos de forma distinta do terreno idealista. Segundo Eni Orlandi, na *Análise do Discurso*, a noção de metáfora “não é considerada como na retórica, como figura de linguagem” (ORLANDI, 2005, p. 44). Antes, a metáfora é definida segundo os ensinamentos de Lacan, “como a tomada de uma palavra por outra” (ibid., p. 44). Nas palavras de Lacan: “Uma palavra por outra, eis a fórmula da metáfora, e, caso seja você poeta, produzirá, para fazer com ela um jogo, um jato contínuo ou um tecido resplandecente de metáforas” ([1957], 1998, p. 510).

Pensar metáfora implica em pensar na questão do sentido. Para Lacan, o sentido só surge “da substituição de um significante por outro significante na cadeia simbólica” ([1957] 1998, p. 519). Nessa direção, com Lacan, a *Análise do Discurso* compreende que “não existe sentido senão metafórico” (ibid., p. 519). Para a *Análise do Discurso*, como observamos da compreensão de Pêcheux acerca do equivoco idealista, metáfora e metonímia estão constitutivamente imbricadas na produção de linguagem. Trata-se, por essa via, de compreender a metáfora e a metonímia no jogo da linguagem na direção que aponta o ensino de Lacan, como uma operação de condensação, que é “estrutura de superposição dos significantes que ganha campo a metáfora” e deslocamento, que é o “transporte da significação que a metonímia demonstra” ([1957], 1998, p. 515).

A crítica de Pêcheux à cegueira do idealismo lógico com relação à função fundadora da metáfora e da metonímia, que leva a ignorar *a eficácia material do imaginário*, coloca em questão a própria posição poética desse campo. Nas palavras de Pêcheux, “O

imaginário é colocado então como equivalente do irreal e reduzido a um efeito psicológico individual, de natureza poética” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 109). O imaginário aqui parece estar sendo confundido com a imaginação, ou seja, do que não é real<sup>35</sup>. Na esteira dessa questão, marca-se uma crítica à noção de sujeito que, nesse campo em que o imaginário é correlato ao irreal, é nada mais do que um “reservatório de percepções empíricas” ou a um “sistema de noções logicamente calculáveis”, para usar a expressão de Pêcheux no texto “Metáfora e Interdiscurso” ([1984], 2011, p. 155). No que toca o poético nessa discussão, destaco que ele não passa do efeito de irrealidade no sujeito psicológico.

Mais adiante, novamente o poético é citado, e dessa vez, numa relação estreita com a política. Pêcheux dirá: “Para a ideologia burguesa a política pertence, como a poesia, ao registro da ficção e do jogo” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 110). Contra a lógica, há a retórica, a política e a poesia. Estas, do lado do jogo, da ficção, do irreal.

Uma primeira interpretação ao sentido do jogo nessa construção me remeteu à brincadeira tomada como da ordem do não sério. Por essa via, ao lado da poesia e da política, o jogo pertenceria ao mesmo registro do não sério. Nesse sentido, reconheceríamos que, tanto o poeta quanto o político jogariam (brincariam) com as regras da língua, mas esse jogo não seria levado a sério. É a essa interpretação que compreendo que Pêcheux nos chama a atenção, no sentido de desmontar o circuito da verdade que postula o jogo como da ordem do não sério, mostrando que o jogo é fundamento da língua. E mais que isso, o jogo com a língua não é privilégio apenas dos poetas ou dos políticos em suas produções de linguagem: “até mesmo no mais ‘trivial’ dos diálogos ou no processo de aquisição de linguagem, os sujeitos da enunciação jogam sobre as regras da língua” (RIBEIRO, 2016, p. 18).

Para Ribeiro, em sua investigação acerca do jogo na obra de Michel Pêcheux, “jogar com as regras da língua é insuportável a uma visão espontânea ou pré-linguística da própria linguagem, assim como ao sujeito cognoscente e às teorias do desenvolvimento” (ibid., p. 18). Acompanhando o ponto de vista do pesquisador, compreendo que Pêcheux, ao afirmar que o político pertence, como a poesia, ao registro do jogo e da ficção, o filósofo está, a um só tempo, afirmando a seriedade do jogo da/na língua e, justamente, criticando que o que o idealismo lógico deixa de fora de sua questão é o que fundamenta a língua – a poesia e a

---

<sup>35</sup> O imaginário é compreendido no campo discursivo a partir da teoria psicanalítica, tal como Lacan o apresenta na topologia do nó borromeano, atrelado ao real e ao simbólico. Nessa cadeia em que os três registros se intersectam, em se cortando apenas um dos laços, os outros dois se soltam. Nesse sentido, na teoria do discurso materialista, compreender a eficácia material do imaginário seria o mesmo que admitir o efeito do imaginário no real e no simbólico, o que exclui a possibilidade de tomar o imaginário como correlato do irreal, de acordo com o idealismo lógico.

propriedade de ser capaz de política. E para além disso, como se verá no livro de 1981, *A Língua Inatingível*, os jogos políticos com a língua encontram refúgio na própria “história”, no século XX: “O *Witz* é a mais sociável das produções do inconsciente” (Freud apud GADET; PÊCHEUX, [1981], 2004, p. 213), afirma Pêcheux citando Freud, em seguida a uma anedota que contam acerca da morte de Lênin e sua pretensa substituição.

Encerro a discussão que pretendi trazer aqui, destacando uma vez mais que em *Les vérités de la Palice* o poético é trazido em meio às questões acerca da linguagem de um ponto de vista materialista, em terreno distinto do idealismo que toma a poesia como *estilo*, *desvio*, *transgressão* ou *ruptura*. Essa questão é fundamental para se compreender o modo como uma posição poética vai se construindo na Análise do Discurso, consolidada nos trabalhos da década de 1980, em que Pêcheux, sustentado pelos trabalhos de Saussure e também de J.-C. Milner, postulará que o poético é fundamento da linguagem.

Mas antes de prosseguir, um alerta se faz necessário: também no terreno da história essa posição já começa a ser marcada. Nesse terreno, o poético, articulado à política (da língua) e ao político, é tomado como sendo da ordem do efeito psicológico individual, da ficção, do jogo, do não sério. Os ecos dessa denúncia são escutados na enigmática expressão: “o humor e o traço poético não são o domingo do pensamento” do último trabalho de Pêcheux *Discurso: estrutura ou Acontecimento?* (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53). Enigmática, eu o afirmo, mas retifico: enigmática seria se essa expressão não estivesse ligada a uma rede de sentidos acerca do poético no campo discursivo, tal como venho tentando demonstrar.

Não se poderia deixar de dizer ainda que a relação do poético com os processos inconscientes está posta na discussão acerca do jogo com a língua, em que a produção de linguagem é reconhecida como operação de produzir metáfora e metonímia.

Prosseguirei com outros trabalhos de Michel Pêcheux, de onde destacarei formulações em que o poético é pensado, de forma bastante marcada, na relação com o funcionamento da linguagem, em sua relação com a história e o inconsciente.

### 3.3 A Poesia da Língua

Em diferentes trabalhos de Michel Pêcheux, podemos encontrar diversas formulações em que são apresentadas as teses de que a poesia é constitutiva da linguagem e a língua é capaz de política. Vejamos do que se tratam essas teses, começando a discussão pelo livro *A Língua Inatingível*.

Nesse livro de 1981, ao discutir como a política atravessa a história da linguística, Pêcheux formula várias críticas às vertentes da linguística (formalista e logicista). A crítica

principal é a de que tais vertentes ignoram, cada uma a seu modo, que a língua não é um sistema fechado em si mesmo. Antes, a língua é um sistema afetado pelo inconsciente e pela história, portanto, possui uma ordem própria (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004). O que me indaga nessa discussão é o modo como o poético participa dessa incursão crítica que Pêcheux faz pela história da linguística.

Uma primeira observação a ser feita é que, embora o poético esteja presente em diversos lugares nesse trabalho, e em outros publicados na década de 1980, os poemas não são tomados como o objeto privilegiado de análise. Para compreender essa natureza do objeto de interesse do campo discursivo, recorro, do texto “Metáfora e Interdiscurso”, a seguinte formulação:

Nosso empreendimento supõe, parece-me, levar a sério a noção de *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 152 – itálico do autor)

Esse modo de situar o trabalho que vinha desenvolvendo no setor D do Projeto de Pesquisa 119 da Ruhr-Universität, cujo título é *O saber e a sociedade do século XIX* (ibid., p. 151), materializa que, embora o poético tenha ocupado um certo lugar (certo, mas não todo, ou qualquer lugar, como veremos) na teorização do autor, não se tratou de uma “posição poetológica de trabalho” (ibid., p. 152). Como dirá Pêcheux, posição esta que seria “demasiado restritiva e pesada em pressupostos” (ibid., p. 152), uma vez que localizaria imediatamente no espaço poético os processos que os concerniriam. Qual é então a natureza do objeto de interesse da Análise do Discurso? A *materialidade discursiva*, Pêcheux dirá.

Nesse caso, não podemos deixar de remeter a noção de *Materialidade discursiva* ao título do colóquio *Materialidades Discursivas* (1980), sobre o qual comentei no capítulo introdutório desta tese. Dentre as perguntas que constituíram as questões iniciais do colóquio, interessa destacar a seguinte: “Com que matéria lidamos quando tratamos de ‘materialidade discursiva’? O discurso: dejetos dos linguistas, ou o horizonte para além da fala?”<sup>36</sup> (CONEIN; COURTINE; GADET; MARANDIN; PÊCHEUX, [1979] 1981, p. 11 –itálico dos autores). Ao destacar essa pergunta, pretendo marcar uma distinção sobre o modo como Pêcheux formula a questão da *materialidade discursiva*: primeiramente, no colóquio, além do título, a

---

<sup>36</sup> « À quelle matière a-t-on affaire avec la “matérialité discursive” ? le discours : déchet de la langue des linguistes, ou horizon au-delà de la phrase ? » (CONEIN; COURTINE; GADET; MARANDIN; PÊCHEUX, [1979] 1981, p. 11).

materialidade discursiva é formulada em meio a uma indagação, o que aponta para um sentido de tateamento no percurso de construção de uma noção. Por outro lado, no artigo “Metáfora e Interdiscurso”, publicado em 1984, Michel Pêcheux a apresenta já como uma noção: “a noção de *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica, [...] que remete às condições verbais de existência dos objetos [...] em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 151-152).

Como já anteriormente mencionado, o colóquio *Materialidades Discursivas* marca um novo ponto de partida para a Análise do Discurso. Esse novo ponto de partida é demarcado a partir de uma exclusão fundamental: a da possibilidade de unificação dos campos da linguística, da história e da psicanálise. A questão do real para a Análise do Discurso é anunciada da seguinte forma: “Há um real da língua [ponto final] Há um real da história [ponto final] Há um real do inconsciente [ponto final]” (PÊCHEUX, 1980, p. 11). É no ponto final (.) que encerra cada frase, como já nos chama a atenção Baldini (2012), que se lê a advertência de Pêcheux de que a existência desses diferentes tipos de real não quer dizer a possibilidade de articulação entre eles.

Esse ponto, final e de partida, diz, não apenas da complexidade do terreno em que se situa a disciplina Análise do Discurso, mas também da complexidade do próprio objeto dessa disciplina. A própria noção de *materialidade discursiva*, como observamos na formulação trazida do texto “Metáfora e Interdiscurso”, permite que não se restrinja o objeto próprio do campo discursivo a um único domínio, ao mesmo tempo em que não o exclui de nenhum domínio. Nesse sentido, observo que o poético participa da construção desse objeto complexo e inapreensível – o discurso –, contudo, não se trata de afirmar que os poemas passam a ser o objeto privilegiado de análise, ao mesmo tempo em que poderiam, sim, constituir objetos de análise discursiva. De minha perspectiva, não considero que Michel Pêcheux tenha empreendido análise discursiva de poemas, embora em diversos momentos eles sejam trazidos para o debate.

O que pretendo observar é que essas referências aos poemas e aos poetas marcam um lugar para o poético na construção da teorização de Michel Pêcheux. Em *A Língua inatingível*, por exemplo, as referências aos escritores criativos<sup>37</sup> e seus trabalhos se mostram

---

<sup>37</sup> Trago deliberadamente essa expressão em referência ao texto de Freud de 1908 [1907] “Escritores Criativos e Devaneios”. Sublinho que Pêcheux não se utiliza dela, preferindo se referir aos poetas e escritores como “os profissionais da linguagem (escritores, poetas e teóricos, todos cuja profissão relaciona-se com o falar, escrever e trabalhar a língua)” (GADET; PÊCHEUX [1981], 2004, p. 70). Voltaremos a esta indicação mais adiante.

bastante frequentes. Tais referências extrapolam o domínio de simples citações. Antes, essas referências aos poetas e seus trabalhos sustentam vários debates em torno de questões da língua(gem), da história e do sujeito, como se pode ler, por exemplo, nos seguintes títulos: “Outubro de 17 e a força das palavras”; “Os protagonistas do outubro linguístico e literário”; “A dupla face do gigante Maiakovski”. Nessa mesma direção, lembro o verso que Pêcheux traz de Rimbaud “Aí estou, aí estou sempre” (Rimbaud apud GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 66). Voltarei a esta questão na seção 3.4 desta tese (“A irrupção (poética e política) do equívoco na história”), em que procuro discutir sobre a poesia em sua relação com a história, sobretudo no debate acerca do processo revolucionário.

Antes disso, nas próximas linhas, discutirei a tese de que a concepção de língua no terreno discursivo não prescinde da poesia e da política. Sobre a propriedade da língua, de ser capaz de política, gostaria de destacar, da introdução do livro *A Língua Inatingível*, a seguinte formulação:

Em toda língua falada por seres humanos, os traços significantes, as “marcas” linguísticas não se estruturam segundo a ordem lógico matemática. A dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. É também a razão pela qual as línguas naturais são capazes de política (GADET E PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 24).

O destaque dessa formulação recai sobre o fato de que a língua natural não tem um funcionamento lógico-matemático, por isso a língua é capaz de política. A língua lógica, dirão os autores mais adiante, “está no imaginário e, confundido este último com o especular, ela considera-se simbólica” (ibid., p. 48). A partir dessa consideração, pensar a língua como capaz de política é admitir que o sentido possa sempre ser outro. Assim, ao tomar a palavra, divide-se o sentido, marca-se uma posição no discurso e, sublinho, nunca uma posição de neutralidade. Tomar a palavra é um ato político.

Em *Les vérités de La Palice*, como discuti, a política aparece articulada em algumas formulações em que Pêcheux critica o idealismo lógico e, em sua crítica, a política é referenciada ao lado do jogo, compreendido, nesse campo, como da ordem do não sério. Na formulação acima, o significante “jogo” não aparece, entretanto, ao descrever o funcionamento das regras sintáticas da língua, Pêcheux está descrevendo o que se pode compreender como jogo para o campo discursivo. Em suas palavras “jogar com a língua é uma questão de análise sintática” (GADET; PÊCHEUX, [1991], 2011, p. 101). Essa citação que trago de uma entrevista de Michel Pêcheux e Françoise Gadet sobre seu livro *A Língua Inatingível* destaca que a sintaxe não representa as amarras da língua, antes, permite seu jogo

e, por essa via, pode-se sustentar que a língua natural é capaz de política, e também do *witz*, segundo uma afirmativa acerca dos exemplos de Freud: “*Tu as pris un bain?* (você tomou/pegou um banho?)” e “*Pourquoi, il en manque un?* (Porquê, está faltando algum?)” (ibid., p. 101).

Quando a sintaxe é descrita como o que possibilita o jogo com as regras, compreende-se que não há “fora da regra”, “fora da língua”. É interessante destacar que nessa discussão entra Chomsky e sua compreensão “do *continuum*”. A teoria chomskyana sobre o *continuum* atesta “uma consistência natural da relação entre gramatical e o não-gramatical” e mostra que não “há a língua versus seu exterior, que não há o normal versus o patológico, que não há a regra versus o desvio” (ibid., p. 103). Nesse sentido, segundo essa análise singular do trabalho de Chomsky, não se pode assinalar a fronteira entre o gramatical e o não-gramatical, porque “há somente trabalho na língua, em que o significado é definido em relação ao que não faz sentido, o sem-sentido” (ibid., p. 103).

A questão do sentido posta na relação com o jogo da língua alcança a discussão acerca da política:

No terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história” (PÊCHEUX, [1977-1978] 2011, p. 273)

Tomar a palavra é disputar o sentido, dividir o sentido, portanto. Um golpe no “narcisismo da comunicação bem-sucedida”, em favor da defesa do “valor político e histórico da falha” (GADET; PÊCHEUX, [1991] 2011, p. 105). Nessa direção:

**Não há “desvio” – e, portanto, não há linguagem “poética”.** Há somente um processo geral de linguagem, funcionando tanto no aprendizado verbal de crianças quanto no cotidiano da linguagem por todos os falantes, bem como nos seus usos político e literário. (ibid., p. 104 – negritos meus)

A insistência nessa tese, a de que “não há linguagem poética” se sustenta tanto na discussão acerca do valor de Saussure, quanto se afasta do ponto de cessação de J.-C Milner. Na próxima seção, destacarei a relação entre a tese do valor e o poético no campo discursivo.

### 3.3.1. O poético e a tese do Valor

Logo no início do capítulo introdutório de *A língua inatingível* (1981), destaca-se o postulado saussuriano de que há língua e há línguas. Tal divisão é significada como um golpe duro no narcisismo da disciplina linguística que, em busca da cura, se resvala na ignorância. É de uma surdez interna que sofre a linguística e “essa surdez interna ganha terreno cada vez que a linguística deixa o real da língua, seu objeto próprio e sucumbe às

realidades psicossociológicas” (GADET; PÊCHEUX, [1981], 2004, p. 19). Partindo desse postulado, Pêcheux apresenta a seguinte indagação: “o que, então, a linguística foraclui no interior de si mesma?” (ibid., p. 19).

Para tentar tocar nessa questão, os autores de *A língua inatingível* discutem sobre a “dupla deriva” que afeta as pesquisas em linguística: a do *empirismo*, que desemboca na figura contemporânea do sociologismo por basear-se em uma “concepção historicizante dos fenômenos sociais”; e a do *racionalismo*, que vai culminar na figura contemporânea do logicismo, que se funda sobre a base da “unidade da língua” e sobre “a coerência sistêmica do pensamento” (ibid., p. 31). Segundo os estudiosos essas duas vertentes representam o desejo político (ibid., p. 21) da linguística de eliminar os entraves de uma “comunicação entre os homens” (ibid., p. 21). O ponto de vista dos autores é de que, a despeito dessa via dupla por onde seguem os estudos linguísticos, a linguística não se reduz a uma concepção de mundo, mas comporta uma prática teórica cujo objeto é o real da língua (ibid., p. 20). Nas palavras dos autores, “o concreto com o qual a linguística trabalha, de natureza negativa (ver Saussure), é o efeito propriamente linguístico desse real” (ibid., p. 33 – nota 4).

É dessa discussão que se pode destacar a primeira referência ao poético, dentre as várias que os autores trazem nesse livro de 1981. A primeira referência não se encontra deslocada de uma discussão que inclui o materialismo histórico, a psicanálise e a linguística. Segundo Pêcheux, as apropriações que a psicanálise faz de certos conceitos linguísticos fazem retornar o sintoma de que a história da linguística científica se organiza em troca de certas exclusões, ou seja, de certas “ignorâncias e recalques” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 20). Entretanto, esse sintoma não representa mais que um mal-estar, descrito por Pêcheux por uma frase irônica: “‘Linguista durante a semana, lemos os poetas nos dias de Sabá’, escreve um linguista. Ou então, **ocupamo-nos com anagramas, música, política...**” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 20 – o negrito é meu).

O que se pode ler dessa ironia dos autores faz eco com a crítica que fará Pêcheux em 1983, em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* da poesia e do humor como “domingo do pensamento” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 35). A expressão “domingo do pensamento” pode ser compreendida a partir da desmistificação da relação de dicotomia estabelecida por alguns linguistas que situam a ciência de um lado (durante a semana), e a poesia, a música, a política, de outro lado (nos dias de Sabá). É a lógica do sério versus a lógica do não sério, que faz eco com a discussão anterior, empreendida a partir de formulações recortadas do livro de 1975, *Les vérités de La Palice*. Entretanto em *Les vérités de la Palice*, a crítica de Michel Pêcheux recai sobre a contradição que atravessa as tendências logicista-formal e retórico-



poética, enquanto que em *A Língua Inatingível*, a discussão recai sobre a crítica acerca da dicotomização dos trabalhos de Saussure.

*A lógica do sério versus a lógica do não sério* (depreendida da formulação: “Linguista durante a semana, lemos os poetas nos dias de Sabá”, escreve um linguista. Ou então, ocupamo-nos com anagramas, música, política”, e ainda da expressão: “domingo do pensamento”) remete-me ao grande Guimarães Rosa. O não sério, segundo a relação que estabeleço com o que diz Rosa em *Grande Sertão: Veredas*, seria o que se faz nas “horas de descuido”. Mas se é também com Rosa que concordo, no que o escritor afirma ser nas horas de descuido que se é possível encontrar a felicidade, nesse caso, é nas horas de descuido que o que se faz é da ordem do sério. Ou seja, que a leitura dos anagramas tenha sido interpretada como o descuido de Saussure (sua loucura?), certamente sua felicidade está no fato de que a novidade oriunda do trabalho com os versos saturninos não esteja apartada da novidade oriunda de sua teoria do valor.

O que quero destacar sobre essa primeira referência ao poético é uma crítica à dicotomização do trabalho de Saussure – Saussure do *Curso de linguística geral* e Saussure dos anagramas. Para compreender a crítica dos autores acerca de tal divisão, é produtivo que nos remetamos ao sexto capítulo da primeira parte do livro *A Língua Inatingível*, intitulado “Dois Saussures?”. Nesse capítulo, os autores assinalam a importância do trabalho do linguista genebrino que, de forma direta ou não, representa a pedra de toque de todas as escolas linguísticas. Em nome de Saussure, entretanto, os linguistas se dividem. Divisão justificada pelo efeito da própria teorização do linguista, que comporta em si o que espontaneamente se traduz como uma dicotomia – Saussure do *Curso de linguística geral* e Saussure dos anagramas.

Essa posição disjuntiva, segundo os autores, marca uma configuração teórica singular ao apresentar elementos contraditórios – por um lado, especifica Pêcheux, tem-se configurado o Saussure “tanto mais claro e frio quanto for comentado segundo a leitura dos editores”, ou seja, o Saussure do *Curso de Linguística Geral* (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 55). Por outro lado, apresenta-se a configuração do Saussure “em que vaga a **obscura loucura** da decodificação, das associações escondidas nos versos saturninos”, ou seja, o Saussure dos anagramas (ibid., p. 55 – o grifo é meu).

Para Pêcheux, essa dupla configuração da apresentação da teoria saussuriana abre brechas para muitas perguntas que permeiam as discussões sobre as condições históricas de cientificidade da linguística. Os autores especificam que a corrente mais aceita é esta que afirma ser a teoria do arbitrário do signo o ponto nodal da teoria saussuriana, o que implica

em uma visada bastante simplista do trabalho de Saussure, que estabelece uma analogia redutora entre signo linguístico e símbolo – “o signo linguístico, análogo ao símbolo por sua dualidade constitutiva, distingue-se deste pela ausência de toda relação natural entre os termos dessa dualidade” (ibid., p. 55).

Nessa apresentação, o conceito de língua é o de um sistema de signos em que as relações de oposição de cada signo com os outros elementos da cadeia linguística são reguladas internamente de forma equilibrada. Ou seja, é o de uma estrutura que possui uma capacidade interna de se reconfigurar. O efeito disso é que a língua possui uma autonomia tal, que sua potencialidade criadora é intrínseca ao próprio sistema. Dessa forma, ao modo de uma Gestalt, “em um campo de forças em que um elemento reage sobre o outro” (ibid., p. 56), ou seja, no campo do equilíbrio, a fala é o outro, exterior à língua, ao mesmo tempo que interior a ela, portanto, “sua causa e seu resultado no sujeito falante” (ibid., p. 56).

Segundo a análise de Pêcheux, o conceito de valor linguístico, para essa corrente, não passa de uma consequência que se pode deduzir do sistema. A representação da língua por meio de signos monetários, representada pela metáfora da língua como um tesouro dos signos, traduz uma imagem de equilíbrio e circulação – os signos têm valor de troca, ou seja, são permutáveis “(por coisas ou por outros signos)” (ibid., p. 56). E, além disso, os signos só tem valor na medida em que circulam na comunicação. Essa visão maniqueísta que os autores discutem se valendo dos trabalhos de Rossi-Landi, Marcellesi, Gardin, entre outros, permite que alguns estudiosos construam argumentos que se baseiam em uma concepção de língua “como trabalho e mercado”, colocando, assim, a linguística, “na via de uma ‘crítica’ análoga à que Marx fez à economia burguesa” (ibid., p. 57).

Há ainda uma segunda interpretação que advém dessa visão maniqueísta, e nela a poesia se inclui. Na análise dos autores, é em referência a Baudrillard que a poesia é discutida. Baudrillard é acusado de aniquilar a tese do valor em sua concepção de poesia. É em uma longa nota de rodapé (nota 5), que se vê criticado o modo como o sociólogo, ao basear-se nas leis descobertas por Saussure no trabalho sobre os anagramas, apresenta um empreendimento “antieconomista (!) de extinção do valor” (ibid., p. 60). Nessa nota, Pêcheux discute que para Baudrillard a língua é um sistema fechado. Essa ideia fica posta na citação que fazem do próprio Baudrillard, que vale retomar: “uma vez quebrada a instância do sentido, todos os elementos constitutivos passam a fazer trocas, a se corresponder” (Baudrillard apud GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 60).

Há uma segunda citação de Baudrillard: “Nada nunca participará da língua sem obedecer ao princípio da não contradição, de identidade, e de equivalência” (ibid., p. 60). Para Pêcheux, ao aniquilar a tese do valor, Baudrillard “instaura a lógica no centro da língua”.

Na sequência, vale enfatizar que segundo Pêcheux, essas duas formas sob as quais a visão maniqueísta da língua se revela, embora aparentemente opostas, acabam jogando “um dos Saussure contra o outro”. Essa posição disjuntiva entre o Saussure diurno, o da ciência, e Saussure noturno, o que se ocupa com a poesia, não é compartilhada por Pêcheux, que defende a figura de um único Saussure e do primado do valor. Para ele “só se pode perceber a tese do valor ligando fundamentalmente o trabalho sobre os *anagramas* com a reflexão do *Cours de linguistique générale*” (ibid., p. 60 – itálico dos autores).

Essa discussão empreendida no capítulo “Dois Saussure?” é fundamental para compreender a tese de Pêcheux de que o poético é constitutivo da língua. Em suas palavras

Diante das teorias que isolam o poético do conjunto da Linguagem como lugar de efeitos especiais, **o trabalho de Saussure (tal como ele é, por exemplo, comentado por Starobinski) faz do poético um deslizamento inerente a toda linguagem**: o que Saussure estabeleceu não é uma propriedade do verso saturnino, nem mesmo da poesia, mas uma propriedade da própria língua. O poeta seria apenas aquele que consegue levar essa propriedade a seus últimos limites; ele é, segundo a palavra de Baudrillard, suprimindo a sua acidez, um “acelerador de partículas da linguagem!”. Poder-se-ia assim dizer, no espírito do comentário de Lacan sobre a fórmula “não há pequenas economias”: “não há linguagem poética” (ibid., p. 58).

“O trabalho de Saussure (tal como ele é, por exemplo, comentado por Starobinski) faz do poético um deslizamento inerente a toda linguagem”: trata-se aqui de compreender com Pêcheux que Saussure, ao reconhecer anagramas nos versos saturninos, dá visibilidade à poesia da língua, entretanto, essa possibilidade de reconhecer que a poesia é propriedade da língua está atrelada à tese de que “o sentido é eminentemente negativo, só vale na relação diferencial com os outros termos na cadeia associativa” (SAUSSURE, [1891] 2004, p. 67) e que “o espaço do valor é o de um sistêmico capaz de subversão em que, no máximo, qualquer coisa pode ser representada por qualquer coisa” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 58).

Desse modo, fica destacado que uma leitura dissociativa de Saussure produz derivas equivocantes ao postular que o que é da ordem do poético se distingue do que é da ordem da língua. A tese de que não há linguagem poética, apresentada pelos autores, indica, nessa direção, que o funcionamento linguístico não escapa à projeção, em maior ou menor grau, do eixo paradigmático sobre o eixo sintagmático. “Saussure! não é tão simples assim!” (ibid., p. 58). Seria, afinal, uma tarefa simples compreender que

quando Diógenes diz a Alexandre “Sai da frente do meu sol”, não há mais, em sol, nada de sol a não ser a oposição com a ideia de sombra; e a própria ideia de sombra é apenas a negação combinada da ideia de luz, de noite fechada, de penumbra, etc., acrescentada à negação da coisa iluminada com relação ao espaço obscurecido (SAUSSURE, [1891] 2004, p. 68).<sup>38</sup>

O espaço do valor atesta que não há limites para a metáfora, portanto, não há limites para a criação. Aqui, vale relembrar a metáfora radical de Lacan, apresentada pelo psicanalista ao trazer um relato acerca de um paciente de Freud. Nesse relato, Lacan conta que, aquele a quem Freud chamou de “Homem dos Ratos”, quando contrariado pelo pai em um momento ainda de sua infância, teve um acesso de raiva e o interpelou: “‘*Du Lampe, du handtuch, du Teller, usw*’ (‘seu’ lâmpada, ‘seu’ toalha, ‘seu’ prato..., e assim por diante)” (LACAN, [1961] 1998, p. 905). Diante disso que Lacan chamou de “metáfora radical”, tal como relatado por Freud, “o pai hesita em autenticar o crime ou o talento” (ibid., p. 905).

Esse exemplo de Lacan, a meu ver, toca no que Saussure postula em sua tese do valor. Trata-se, nessa direção, de pensar no absurdo da metáfora radical que Lacan relata, como consequência da ordem do negativo, absurdo, inclusive, que atesta o que Pêcheux compreende como “o ponto em que a ciência linguística relaciona-se com o registro do inconsciente” (GADET; PÊCHEUX [1981] 2004, p. 58-59). Por essa via, a poesia é pensada no campo discursivo em relação com a ordem da língua, em outros termos, com a “dupla essência da linguagem” – diferencial e negativa (SAUSSURE, 2004). Nessa mesma direção, ao marcar uma (o)posição à leitura dissociativa dos trabalhos de Saussure, Pêcheux aborda a relação entre o real da língua e o equívoco de alíngua.

Para prosseguir, vale dizer algumas palavras acerca desse termo, adianto que compreender *lalangue* não é uma tarefa simples, ainda mais se considerarmos que não se trata de um conceito, mas de um termo invenção, que só pode ser compreendido por seus atributos,

---

<sup>38</sup> Essa citação, trago do texto “Da dupla essência da linguagem”, especificamente no item 25 “Sobre a negatividade e a sinonímia”. A tese do valor é amplamente discutida por Saussure em seus manuscritos, que só foram descobertos em 1996, dentro de um envelope com uma etiqueta indicando “Ciência da linguagem”. (BOUQUET; ENGLER, 2004, p. 16). Embora Gadet e Pêcheux não tivessem ainda acesso a esse trabalho na ocasião da escrita de seu livro, é disso que se trata para eles, quando defendem o primado do valor no empreendimento de Saussure. Isto porque, desde 1891 Saussure vinha trabalhando no “projeto” de reexame dos conceitos fundadores da ciência da linguagem (BOUQUET; ENGLER, 2004). Esse conjunto de manuscritos, segundo seus editores, é o que se tem de mais próximo da concretude de um livro que não foi publicado pelo genebrino, estando por muito tempo disperso em anotações “perdidas em pilhas”, como observam Simon Bouquet e Rudolf Engler, no prefácio dos *Escritos de Linguística Geral*, por eles editado (BOUQUET; ENGLER, 2004, p.15). Os manuscritos, entretanto, produziram efeitos nos cursos ministrados pelo genebrino, que deram origem ao *Cours*, organizado por seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye, e editado em 1916, com o qual estudaram Gadet e Pêcheux.

e não por meio de uma definição. Alíngua em francês é dita *lalangue*<sup>39</sup>, em uma palavra só. *Lalangue* – neologismo de Jacques Lacan que emerge em 1971, a partir de um lapso seu – “Lalande – lalangue”. Lacan, no lugar de citar o *Vocabulário de Psicanálise*, cita o *Vocabulário de Filosofia*. Há um percurso interessante para se compreender a produção de seu lapso, que é descrito por Lacan ao esclarecer que o vocabulário de psicanálise fora elaborado por Laplanche, e o vocabulário de filosofia fora elaborado por Lalande. *Lalangue* é o significante que emerge a partir do deslizamento metonímico dos significantes Laplanche e Lalande. Cito Lacan:

Dez anos antes, fizera-se outro achado, que também não era ruim, a respeito do que devo chamar meu discurso. Eu o havia começado dizendo que *o inconsciente era estruturado como uma linguagem*. Descobriu-se um trecho formidável: aos dois melhores sujeitos que poderiam trabalhar nessa linha, fiar esse fio, deu-se a eles um belíssimo trabalho a fazer, um vocabulário da filosofia. O que estou dizendo? *Vocabulário da Psicanálise*. Vejam vocês o lapso. Enfim isso merece o Lalande  
ALGUÉM – Alíngua?  
Não, não é *gue*, é *de*. *Alíngua*, como escrevo agora em uma única palavra, é outra coisa (LACAN, [1971] 2011, p. 18-19 – itálicos no original).

É assim que Lacan passa a escrever sua invenção – *lalangue*. E a dota de atributos: alíngua é fundamento da linguagem; alíngua é o registro que fala aos afetos; é som antes que sentido; alíngua tem relação estreita com a língua materna, alíngua implica em um saber-fazer; entre outros atributos que se pode depreender das inúmeras articulações de alíngua na obra do autor. Dessas articulações, gostaria de citar as seguintes palavras de Lacan:

E a linguagem, sem dúvida, é feita de alíngua. É uma elucubração de saber sobre alíngua. Mas o inconsciente é um saber, um saber-fazer com alíngua. E o que se sabe fazer com alíngua ultrapassa de muito o de que podemos dar conta a título de linguagem. Alíngua nos afeta primeiro por tudo que ela comporta como efeitos que são afetos. Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de alíngua, que já estão lá como saber, vão além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar (LACAN, [1972-1973] 2008, p. 149).

O que importa destacar dessa citação é que o próprio conceito de linguagem permite ser repensado a partir de um registro que inclui o saber do inconsciente, ressaltando o impossível da comunicação pela linguagem – alíngua é o registro que “produz como efeito a impossibilidade de fechamento da língua, pois permite o jogo incessante entre os

---

<sup>39</sup> Em português, temos tanto a tradução lalíngua quanto alíngua. Quando me referir ao termo neste trabalho, assim o farei seguindo a tradução dos livros que estiver lendo. Por exemplo, se me referir a partir de *A língua inatingível*, optarei por alíngua seguindo a tradução de Bethania Mariani. Em *O amor da língua*, lalíngua é o termo escolhido pelo tradutor, e assim por diante.

significantes, o primado das relações *in absentia* sobre as relações *in praesentia*” (BALDINI, 2012, p. 66); “alíngua é, em toda língua, o registro que fada ao equívoco” (MILNER, [1978] 2012, p. 21); é o registro que articula a dimensão da língua ao gozo, não ao sentido: “Uma língua entre outras não é nada além da integral de equívocos que sua história deixou persistirem nela” (LACAN, [1972] 2003, p. 491).

Para Pêcheux, essa verdade sobre a língua, alíngua, foi revelada na obra de Saussure. Segundo ele, Saussure traz à luz a contradição antes invisível, “que une a língua à alíngua” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 63). Essa dimensão que revela o não-idêntico que fundamenta o real da língua “faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras [...]” (ibid., p. 55)<sup>40</sup>. Para Pêcheux, a materialidade da língua tende a ser apagada cada vez que se cai na “falaciosa transparência da lógica e no arbitrário mistificado da ‘loucura’” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 115). Mas o que me interessa destacar dessa discussão de Pêcheux acerca de alíngua toca no poético, tem a ver com a insistência do autor em afirmar que não há dois Saussure, e que, portanto, a lógica da ciência só pode ser lançada contra a não-lógica da loucura na trama imaginária que tece o nascimento de uma ciência. Em suas palavras,

Quando hoje em dia, decidimos lançar a ciência contra a loucura, começamos por fazer da ciência lógica oposta à não-lógica da loucura, **esquecemos assim que a loucura (e a poesia) fazem também um certo uso da língua, são igualmente apreendidas no real.** A língua como lugar de um saber em que ficções podem ser regradas é o ponto logofilico contraditório pelo qual a linguística toca seu real (ibid., p. 63).

Nessa formulação, destaco que loucura e poesia, no que elas atestam do funcionamento da linguagem, têm a ver com a compreensão de que o fundamento da linguagem não se submete ao sentido. Nisso, tanto a poesia quanto a loucura habitam alíngua, na direção que nos dá Lacan ao afirmar que

A bateria significante de lalíngua fornece apenas a cifra do sentido. Cada palavra assume nela, conforme o contexto, uma gama enorme e disparatada de sentidos, sentidos cuja heteróclise se atesta com frequência no dicionário (LACAN, [1973] 2003, p. 515).

Essa citação de Lacan me ajuda a ler a aproximação que Pêcheux faz da poesia e da loucura, que assim compreendo, não poderia ser feita a não ser através do registro de

<sup>40</sup> É com Milner que está Pêcheux no que o linguista afirma sobre a língua comportar “uma dimensão do não idêntico” e que essa dimensão é a do “equívoco e de tudo que lhe diz respeito: homofonia, homossemia, homografia – enfim, tudo o que sustenta o duplo sentido” (MILNER, [1978] 2012, p. 17).

alíngua<sup>41</sup>. Nesse sentido, acompanhando Foucault, não se trataria mesmo de pensar numa aproximação ingênua da poesia à loucura por meio do “velho tema do delírio inspirado” (FOUCAULT, 1999, p. 68). Antes, o que se pode ler da formulação de Pêcheux sobre o que haveria de comum entre a poesia e a loucura, é que ambas fazem um certo uso da língua, e nesse certo uso, tanto a loucura quanto a poesia tocam o real. De que poesia e de que real se trataria?

Esta pergunta se impõe, e a resposta que arrisco é a de que se trata de pensar a poesia como fundamento do funcionamento da língua, e o real em sua relação com o impossível. O impossível marcado na própria palavra – do poeta, do louco, mas também do linguista, do teórico, do operário etc.<sup>42</sup> que, sem significação prévia, atesta que ao se dizer a verdade, não se di-la toda, “porque dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam palavras. É por esse impossível, inclusive, que a verdade tem a ver com o real” (LACAN, [973] 2003, p. 508). Faltam palavras, mas melhor seria afirmar que há falta na palavra, já que a verdade é “estruturalmente aquilo com o que a língua está em falta” (MILNER, 2012, p. 39). É por essa

---

<sup>41</sup> A logofilia, “paixão comum ‘do linguista, do escritor e do psicótico’” é discutida no quarto capítulo de *A Língua Inatingível*, “Homens loucos por sua língua”. Nessa discussão, Pêcheux afirma que “a linguística encontra seu real no ponto em que ela se relaciona com a psicose” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 47). Na formulação que me detenho acima, mesmo que considere que a loucura, tal como ela é textualizada, possa ser remetida à psicose, caso sigamos a discussão em sua discussão sobre a logofilia, não me aventurarei por essa via, tão pouco me arrisco a referir à poesia como produção estética, outra possibilidade de ler a formulação que destaco. Adentrar por esses caminhos me exigiria um fôlego teórico que não possuo. Entretanto, ainda que não tome essa direção, faz-se necessário esclarecer a impossibilidade de equiparar a poesia, pensada como produção de linguagem no campo estético, com a produção de linguagem na psicose, uma vez que há especificidades estruturais a serem levadas em conta. Sobre isso, me dirijo ao artigo “Poética e Significante” (DE LEMOS, 2009). Desse artigo, destaco que, ao ser interrogada sobre o que na fala da criança é compreendido como erro, segundo o julgamento de um professor; ou como desvio, segundo os linguistas, Cláudia de Lemos se aproxima do que a psicanálise ressignifica como chiste e lapso, e ainda se aproxima do que se compreende por rupturas do discurso ordinário – ou seja – por poesia. Fundamental observar que a autora afirma não se tratar sob hipótese alguma de equipar a criança ao poeta. Em suas palavras “Uma tal aproximação nem de longe corresponde a uma assimilação da criança ao poeta, ou do insólito da fala da criança à poesia, ao modo do que se tem feito também entre a psicose e a criação estética”. Isto porque, explica a autora, “Há especificidades estruturais” (DE LEMOS, 2009, p. 209). Por considerar essa especificidade, De Lemos assinala que, se para Jakobson o poético concerne à Linguística, para o psicanalista Jaques Lacan, o poético “exige um campo além da Linguística” (ibid., p. 207). Trata-se do domínio da “linguisteria” (cf. LACAN, *Seminário XX*, lição “A Jakobson”). A autora observa que Lacan, ao tratar da questão da significação, aponta para algo que toca tanto a prática analítica quanto a poesia. “Um discurso está sempre adormecido a não ser quando ele não é compreendido; aí ele acorda”, (Lacan apud DE LEMOS, 2009, p. 210). E a autora traz a provocativa explicação do próprio Lacan: “Ser eventualmente inspirado por alguma coisa da ordem da poesia para intervir como psicanalista? É bem esta a direção em que é preciso que vocês se orientem porque a linguística é uma ciência muito mal orientada. Ela não se eleva a não ser quando Jakobson fala da poética” (ibid., p. 210). Para De Lemos, a partir da descoberta freudiana do inconsciente e da teorização de Lacan, que situa a poesia em um novo domínio, o domínio da linguisteria, “a linguística sem a psicanálise não dá conta do poético” (ibid., p. 208). Ainda sobre a palavra na psicose, cf. *A Loucura das Palavras na Psicose* (PINCERATI, 2012).

<sup>42</sup> Mais adiante (sobretudo no subitem 3.4, falarei sobre a (in)distinção que Pêcheux apresenta entre o poeta, os teóricos, as massas populares.

via que se pode compreender a tese de Pêcheux de que a poesia é constitutiva da língua – no que a língua está em falta.

Entretanto, se essa tese é sustentada a partir do trabalho de Saussure (assim como Pêcheux também a afirma acerca do equívoco de alíngua), é também no âmbito dos estudos saussurianos que ela é encoberta, em virtude do destino que se dá ao equívoco. É propriamente no âmbito dos estudos saussurianos que o equívoco corre o risco de desaparecer em consequência do encobrimento da negatividade do signo pela positividade do conceito de comunicação, (pela imagem do jogo de xadrez e seu caráter fechado e finito, tal como Saussure o apresenta) e ainda pelo retorno da lógica sobre o funcionamento linguístico e a restauração do primado do significado pelo significante (BALDINI, 2012). O que se pode apostar, a partir dessas afirmações é que para Michel Pêcheux o destino do equívoco não é o de desaparecer. O equívoco, afirmará Pêcheux, é “fato estrutural implicado pela ordem simbólica” (PÊCHEUX, [1982] 1999, p. 25).

Essa afirmativa de Pêcheux é fundamental e será retomada na próxima parte, em que tento compreender a relação do poético com a discussão que o autor traz sobre os universos discursivos estabilizados logicamente e universos discursivos não-estabilizados logicamente.

### 3.3.2. *Poesia e os universos discursivos*

Para pensar a poesia na relação com a discussão que Pêcheux traz acerca dos universos discursivo, retomo minha consideração de que Pêcheux traz, com certa insistência, os seguintes postulados de Milner. Para J.-C. Milner, em seu texto “Le bonheur par la symétrie” (MILNER, 1978, p. 55):

- la poésie est homogène à la langue ;
- la langue ne saurait être pensée complètement si l’on n’y intègre pas la possibilité du poétique.

Esses postulados passam a fazer parte da teorização de Pêcheux e são identificados como “os artigos de fé (racional) de Milner”. Os trabalhos em que essas formulações são trazidas são os seguintes: *A língua inatingível* (GADET; PÊCHEUX, [1981], 2004, p. 108); “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas” (PÊCHEUX, [1982] 1999, p. 24-25) e *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 50-51).

A primeira vez que as teses de Milner são trazidas em *A Língua inatingível*, no item dezesseis do capítulo primeiro, Pêcheux discute a importância do Círculo Linguístico de Praga (CLP), sobretudo no domínio da fonologia e da poética. Para ele, os estudos realizados



no âmbito do CLP têm um caráter essencialmente contraditório. Por um lado, se o CLP traz uma garantia científica à linguística, através da retomada da ideologia da comunicação, instalando assim, a ordem do sério nessa ciência, por outro, no que toca ao plano da poética, os linguistas do CLP, sobretudo Jakobson, através de estudos sobre o domínio dos sons e do sentido da poesia, assinalam que a língua, objeto do linguista, não é separada da língua, objeto da literatura. O trabalho desse “extraordinário homem de cultura”, teve um papel fundamental na história da linguística ocidental sobretudo ao chamar a atenção para os trabalhos de Propp (os apresentando a Claude Lévi-Strauss), e para os anagramas, reconhecido por Jakobson como “a obra mais importante de Saussure” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 109).

Nesse sentido, é interessante observar que, para Lacan, Jakobson eleva a linguística por abordar francamente a questão da poética. Nas palavras do psicanalista, “Se a linguística se eleva, isto se dá na medida em que um Roman JAKOBSON aborda francamente as questões do poética”<sup>43</sup> (LACAN, 1976-77, p. 71).

Para mim, o que importa destacar nesta discussão a respeito do trabalho de Jakobson é que o linguista, ao abordar as questões de poética no terreno dos estudos da linguagem, produziu um deslocamento fundamental, materializado em sua formulação “a poética pode ser encarada como parte integrante da linguística” (JAKOBSON, 2010, p. 151). De meu ponto de vista, o formalista do CLP sustenta sua pretensão de trazer a poesia para o campo da linguística, afirmando não haver contraste entre a estrutura da poesia e outros tipos de estrutura verbal. Nas palavras do autor,

Ouvimos dizer, às vezes, que a poética, em contraposição à linguística, se ocupa de julgamentos de valor. Essa separação dos dois campos entre si se baseia numa interpretação corrente, mas errônea, do contraste entre a estrutura da poesia e outros tipos de estrutura verbal: afirma-se que estas se opõem, mercê de sua natureza “casual”, não intencional, à natureza “não casual”, intencional, da linguagem poética (ibid., p. 153).

Continuando nessa direção, ainda quero sublinhar que o *poeta da linguística*<sup>44</sup>, em 1933-34, publica o artigo “O que é poesia?”. Nesse artigo, diante de pergunta um tanto complexa “nos dias de hoje”, o linguista assinala a fragilidade das fronteiras que definem o que faz de uma obra poética, ou não poética e procura formular sua resposta pela via de outra pergunta: “O que não é poesia?”. Remontando à época clássica e romântica, o linguista

<sup>43</sup> « Si la linguistique se soulève, c'est dans la mesure où un Roman JAKOBSON aborde franchement les questions de poétique » (LACAN, 1976-77, p. 71)

<sup>44</sup> Com um texto intitulado “O Poeta da Linguística”, publicado no *Correio da Manhã* em 01 set. 1968, Haroldo de Campos saúda Roman Jakobson.

comenta que havia exigências a serem obedecidas para se classificar uma obra de poética. Uma das exigências assinaladas pelo autor se refere ao tema. Nesse sentido, o que se considerava poético aos olhos dos poetas clássicos ou românticos não coincide com o que, segundo veem os olhos dos poetas de “hoje”, pertence ao domínio do poético. Nas palavras do linguista

Em matéria de janelas, as góticas sobretudo gozavam de um crédito particular, e a lua brilhava necessariamente por detrás delas. Hoje, todas as janelas são igualmente poéticas aos olhos do poeta, desde a imensa vitrina de uma grande loja até a lucrana, suja pelas moscas, de um pequeno café de povoado. E as janelas dos poetas deixam entrever em nossos dias toda a sorte das coisas. (JAKOBSON, 1978, p. 167)

Ressalto ainda, nesse dizer de Jakobson, que “nos dias de hoje”, segundo expressão do autor, as fronteiras que delimitam a escrita poética não se sustentam mais no tema:

assim como para o velho Karamazov, “não existem mulheres feias”, não há natureza morta ou ato, paisagem ou pensamento, que esteja atualmente fora do domínio da poesia. Por conseguinte, a questão do tema poético perdeu hoje sua razão de ser (ibid., p. 168).

É importante ainda salientar que para Jakobson, não apenas no que diz respeito às escritas literárias, mas também às esculturas e às pinturas, o que se produz em termos de quebras (das partes das esculturas, por exemplo), de falhas (no nível da sintaxe, por exemplo), seja por mero estilo, no caso mais estrito das escritas literárias, ou por desconhecimento do sistema de uma língua, o efeito que se produz é o de colocar em evidência a genialidade do artista e o reflexo dessa genialidade em sua obra. Para o autor, trata-se de um efeito poético, que repousa no que resta como enigma, e o imponderável seria então a loucura do artista, do poeta, no caso desse exemplo: “que teria respondido Margarida a Fausto se tivesse sido homem?” (ibid., p. 168).

Jakobson segue mostrando que tanto a retórica, e mesmo a língua cotidiana da época clássica se valia dos mesmos procedimentos eufônicos (como as aliterações, por exemplo). No entanto, para o linguista, “A fronteira que separa a obra poética daquilo que ela não é, é mais instável que as fronteiras dos territórios administrativos da China” (ibid., p. 168).

O trabalho de Jakobson, muito brevemente mencionado aqui, é amplamente reconhecido no livro *A Língua Inatingível* (1981). A contribuição do “poeta da linguística” para o CLP é de grande expressão, ainda que, para os autores de *A língua inatingível*, a

relação entre literatura e linguística no CLP permanecesse presa ao que Jakobson especifica como “função poética”.

No que respeita ainda à abordagem poética no âmbito dos estudos linguísticos, Pêcheux compara os trabalhos realizados pelo Círculo de Copenhague, com aqueles realizados pelo CLP e destaca que o Círculo de Copenhague não traz menção alguma à literatura, sendo apenas a lógica matemática considerada. Segundo Pêcheux, uma forte discussão do Círculo de Copenhague diz respeito à distinção entre denotação e conotação e à dicotomia psicologizante entre inteligência e afetividade, que sustenta a disjunção entre o “lógico” próprio à comunicação e o “afetivo” próprio ao “efeito poético” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 109).

Essa comparação que o autor apresenta entre os estudos realizados no âmbito do CLP e aqueles realizados pelo Círculo de Copenhague é sintomática de uma posição teórico poética no campo discursivo, marcada nessa crítica que se faz ao fato mesmo de o Círculo de Copenhague (veremos como essa crítica se estende aos estudos linguísticos de um modo mais abrangente) deixar de fora a poética. Dito de outro modo, a comparação crítica que Pêcheux faz entre os círculos linguísticos põe em relevo o fato mesmo de que, em um deles, a poesia fica de fora, e o espaço é então ocupado pela lógica matemática.

No texto de 1982, “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas ([1982] 1999), em que Michel Pêcheux apresenta uma análise da história da linguística, dedicando-se, dessa vez, ao exercício de apresentar “algumas observações sobre as *tendências à desconstrução das teorias no campo linguístico*” (ibid., p. 8 – itálico do autor), o autor continua a insistir no ponto em que algo escapa aos estudos linguísticos e, novamente, o que fica de fora tem a ver com os “registros do literário e do poético”, a despeito mesmo dos trabalhos de Jakobson, Kristeva, Benveniste, Barthes. Para M. Pêcheux, diante da “pressão lógica da urgência”, levar em conta esses registros é “um luxo aristocrático para os tempos de paz” (ibid., p. 24). Nesse sentido, algo a se destacar: o objeto da linguística, “próprio da língua” aparece dividido por dois universos discursivos distintos. Assim, por um lado, há

universos discursivos logicamente estabilizados” que se inscrevem nos espaços das matemáticas, das ciências da natureza, das tecnologias, das administrações, etc.), e que se apoiam em dicotomizações, em cálculos lógicos com a língua – enfim, esses estudos linguísticos embasam sua reflexão em conceitos lógicos, Semânticos e pragmáticos (ibid., p. 24).

Por outro lado, Pêcheux assinala:

é necessário reconhecer que qualquer língua natural é também, e antes de mais nada, a condição de existência de *universos discursivos não-*

*estabilizados logicamente*, próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos, dos discursos filosóficos, dos enunciados políticos, da expressão cultural e estética. **Nesta segunda categoria de universos discursivos, a ambiguidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável** (ibid., p. 24 – negrito meu).

Os universos logicamente estabilizados são o espaço em que toda a ambiguidade e o equívoco comportam um risco para a apresentação dos “estados de coisa” (ibid., p. 24). Nesse espaço, o equívoco é trabalhado de modo a ser “contornado” a partir de procedimentos de “manipulação de metalínguas”, e os conceitos lógicos, semânticos e pragmáticos que embasam certas reflexões linguísticas são “importados desta série de universos” (ibid., p. 24).

Esse espaço linguageiro em que se inscrevem as ciências, as tecnologias e as administrações, se sustenta sobre “uma das propriedades fundamentais da linguagem: sua capacidade de construir o unívoco” (GADET; HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 56). A estabilidade morfológica e sintática, que sustenta o unívoco nesses domínios que tomam a língua como “corpo de regras” (ibid., p. 56), autoriza uma desestabilização contínua da univocidade. Nesse sentido, o equívoco constitui, ele também, propriedade da linguagem. Mas apenas nos universos não estabilizados discursivamente o equívoco é fato estrutural incontornável, uma vez que não exista nesse espaço, manipulação de metalínguas. Desse modo, quando se trata de considerar “os rituais ideológicos, os discursos filosóficos, os enunciados políticos, a expressão cultural e estética” (PÊCHEUX, [1982] 1999, p. 24), o equívoco, a ambiguidade, as falhas são autorizadas, quiçá desejadas.

Pode-se compreender, nesta textualidade, que no espaço do estético, do literário, dos discursos filosóficos, há um movimento que os outros espaços discursivos, por funcionarem por um efeito imaginário de objetividade, não ambiguidade, centramento, racionalidade, não permitem. Ou seja, é na força dos jogos antecipatórios que se há uma legitimação, autorizando-se como se pode ou não lidar com a língua. Não se leva em conta, entretanto, aquilo que a língua natural permite no jogo de desestabilização da língua como corpo de regras, mas naquilo que, no modo como as relações são institucionalizadas, fazem com que um discurso se coloque na posição do que pode ou não pode jogar na relação com a língua.

É nessa direção que se pode compreender o postulado de Michel Pêcheux de que não se pode abrir mão dos dois artigos de fé enunciados por J.-C. Milner, o que

impõem à pesquisa linguística a construção de procedimentos (modos de interrogação de dados e de formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente **o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem simbólica**, ou seja, trabalhar no ponto em que acaba a

consistência da representação lógica inscrita no espaço dos mundos normais (PÊCHEUX, [1982], 1999, p. 25 – negrito é meu, itálico é do autor).

No texto de 1983, Pêcheux observa que há certas tendências da linguística encorajadoras desse ponto de vista. Segundo suas palavras,

Aparecem tentativas, além do distribucionalismo harrissiano e do gerativismo chomskyano para recolocar em causa o primado da proposição lógica e os limites impostos à análise como análise de sentença (frase). A pesquisa linguística começaria assim a se deslocar da obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do “ou... ou”) para abordar o **próprio da língua através do papel do equívoco**, da elipse, da falha, etc... esse jogo de diferenças, alterações, contradições não pode ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico: **a equivocidade, a “heterogeneidade constitutiva”** (a expressão é de J. Authier) **da língua corresponde** a esses “**artigos de fé**” enunciados por J. Milner em “A Roman Jakobson ou le Bonheur par la symétrie” (PÊCHEUX [1983] 2006, p. 50 – negritos meus)

Quero destacar que a **equivocidade** é posta, nesse trabalho de 1983, em relação de equivalência à “heterogeneidade constitutiva da língua”, a partir dos trabalhos de J. Authier, e ainda, em relação de correspondência<sup>45</sup> com a poesia, mostrando que “o jogo das diferenças, alterações, contradições não pode aí ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico” (PÊCHEUX, [1982], 1999, p. 24). Essa compreensão obriga que se desloque, de forma radical, o trabalho com a língua(gem), uma vez que impõe aos estudos linguísticos a construção de procedimentos que não deixem de fora de suas fronteiras a indeterminação, que vem junto com o equívoco – “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 51). Essa série de afirmações sustenta a tese de Michel Pêcheux de que a poesia não (se) circunscreve. Não há, portanto, ponto de poesia. Essa é a posição de Pêcheux acerca da poesia que proponho discutir na próxima parte.

### 3.3.3 A poesia não (se) circunscreve

Michel Pêcheux estabelece um largo diálogo com J.-C. Milner em *a Língua Inatingível*, como já afirmado. Desse diálogo, o que destacarei agora diz respeito ao ponto que os autores de *A língua Inatingível* identificam como aquele que os distanciam radicalmente da posição que J.-C. Milner apresenta em *O Amor da Língua*, acerca do ponto de poesia.

<sup>45</sup> Interessante destacar que tanto como lemos no português, como no original em francês, é o verbo corresponder que faz a relação entre a heterogeneidade constitutiva e o equívoco e os artigos de fé. É, portanto, uma relação de correspondência que Pêcheux estabelece da poesia com o equívoco e com a heterogeneidade discursiva. Segue o trecho no original: « l'équivocité, l'hétérogénéité constitutive' (l'expression est de J. Authier) de la langue correspond à ces 'articles de foi' énoncés par J.-C. Milner dans « A Roman Jakobson, ou le bonheur par la symétrie » (PÊCHEUX, 1983, p. 319).

Começo por observar que, para Pêcheux, Milner apresentou uma posição materialista em linguística ao afirmar que o real da língua está ligado ao impossível, de que “tudo não pode ser dito” (Milner apud GADET; PÊCHEUX, [1981] 2006, p. 32). Milner assinala que a língua comporta “uma dimensão do não idêntico” e que essa dimensão é a do “equivoco e de tudo que lhe diz respeito: homofonia, homossemia, homografia – enfim, tudo o que sustenta o duplo sentido” (MILNER, [1978] 2012, p. 17). Até aqui, Pêcheux está com o linguista, afirmando que, com essa posição, Milner coloca em questão o narcisismo da linguística ao trazer à luz a indissociabilidade dos dois Saussure. Entretanto, do ponto de vista de Pêcheux, Milner ignora a tese saussuriana do valor ao postular que

o ato da poesia consiste em transcrever em lalíngua mesma, e por suas próprias vias, um **ponto de cessação da falta de escrever [manque à s’écriture]**. É nisso que a poesia tem a ver com a verdade (dado que a verdade é, estruturalmente, aquilo com o que a língua está em falta) e com a ética, (já que o ponto de cessação, uma vez circunscrito, exige ser dito) (MILNER, [1978], 2012, p. 39-40)<sup>46</sup>

O ponto de cessação, nomeado por Milner como ponto de poesia, é o ponto em que a falta cessa. É ponto que também Pêcheux se distancia de Milner. O ponto que, tanto para Saussure quanto para Mallarmé, reside na própria fonia, “na faceta multiplicada da homofonia” (MILNER, [1978], 2012, p. 40) que põe à prova a eficácia da comunicação, não poderia ser restrita, de acordo com Pêcheux, ao “ponto de poesia”:

Mas de onde vem essa certeza sobre o lugar da poesia, ponto privilegiado de cessação? Poder-se-ia entender, sob o princípio saussuriano do valor, que a poesia não tem lugar determinado na língua porque ela é literalmente coextensiva a esta última, do mesmo modo que o equivoco: talvez ‘não haja poesia’.

Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equivoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); ponto em que a língua atinge a história.” (GADET; PÊCHEUX [1981] 2004, p. 64)

---

<sup>46</sup> Essa afirmativa de Milner é apresentada a partir das elaborações lacanianas em torno dos verbos cessar (parar) e escrever, que resulta nas categorias da lógica modal do possível, do impossível, do necessário e do contingente, e sua relação com o gozo. De acordo com Lacan, “Não há relação sexual porque o gozo do outro é sempre inadequado – perverso de um lado, no que o Outro se reduz ao objeto *a* – e de outro, eu direi, louco, enigmático” (LACAN, [1972-73] 2008, p. 155). O amor entra em suplência a essa falta de relação sexual. O que essa fórmula concentra é posteriormente descrito pelo psicanalista por meio de quatro categorias: a categoria do possível, do contingente, do necessário e do impossível. O possível é “o que cessa de se escrever” (LACAN, [1975-76] 2007, p. 14); A contingência consiste em “Parar de não se escrever” (LACAN, [1972-73] 2008, p. 155); O necessário é o que “não para de se escrever” (LACAN, [1972-73] 2008, p. 155); o impossível é o que “não para de não se escrever” (LACAN, [1972-73] 2008, p. 155).

O que destaque dessa formulação é a relação estabelecida entre a poesia e o equívoco, via a categoria do real como impossível e como contradição: o impossível articulado ao real da língua, e a contradição articulada ao real da história. Nesse ponto preciso, Pêcheux traz uma questão para pensar a “categoria materialista de real” de Milner, de que “tudo não pode ser dito”. Essa questão é marcada pela seguinte pergunta: “Com qual real poder-se-ia afirmar que o materialismo histórico trabalha?” É do real da história que se trata segundo o estudioso. Para ele, “o materialismo histórico pretende basear-se em uma percepção desse real como contradição” (ibid., p. 35).

Por essa via, Pêcheux segue discutindo que Milner, ao especificar o real exclusivamente pela sua relação com o impossível, recusa “uma aposta política baseada na existência de um real da história” (ibid., p. 35), e consequência dessa recusa é que, ao ignorar o real da história, Milner passa a considerá-la como “um puro efeito imaginário” (ibid., p. 35).

É com “o ceticismo político de Milner” (ibid., p. 36) que não compartilha Pêcheux:

**[...] a questão do materialismo histórico é o ponto em que nos separamos politicamente de Milner.** Que Milner não aceite, hoje, conceber a história de outra maneira que não seja a forma parodística de um materialismo de síntese, narcísico e cego, no qual a história só pode apresentar a forma de um desenvolvimento sintético progressivo da consciência e que, por conseguinte, ele negue a ela toda possibilidade de real, isso é outro caso (ibid., p. 52).

O destaque aqui é sobre o fato de que Pêcheux marca sua leitura como uma tomada de posição teórica e política. A consequência dessa tomada de posição é a de introduzir no campo da linguística outro tipo de real, “o real da história, como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído” (ibid., p. 52). A partir dessa série de afirmações, a pergunta que não cessa de escrever: Para o campo discursivo, a história poderia ser pensada sem a poesia? Vejamos o que a partir desta pergunta fui capaz de pensar, com Pêcheux.

### 3.4 A irrupção (poética e política) do equívoco na história

A partir das discussões empreendidas até agora, é possível apostar que o campo discursivo singulariza o lugar do poético no terreno dos estudos da linguagem, uma vez que, na Análise do Discurso, não se pode localizar uma distinção paradigmática dos significantes *poesia* e correlatos, tal como se discute em outros campos, como no campo dos estudos literários, por exemplo, em que

‘poesia’ se refere ao gênero (classicamente, em oposição à epopeia e à tragédia) ou à obra particular desse gênero (‘essa’ poesia, enquanto sinônimo de poema, artefato poético) e o ‘poético’, por sua vez, pode-se associar tanto aos atributos da poesia, ou o que é correlato dela, como àquilo que diz respeito a uma poética, ou seja, uma doutrina ou campo regado de prática da poesia.<sup>47</sup>

O que se destaca no campo discursivo é que pensar a poesia como um ponto “a partir do qual a língua funciona na forma do poético é limitar as consequências da teoria de valor de Saussure” (BALDINI, 2012, p. 65). Ou seja, a tese de que o poético é deslizamento da linguagem se sustenta justamente no “não-idêntico que pressupõe a língua, enquanto lugar em que realiza o retorno do idêntico sob outras formas” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 55); sustenta-se no fato de que há um real da língua e um real do inconsciente. Esta afirmativa traz de volta a pergunta que fiz logo acima: a história poderia ser pensada, no campo discursivo, sem a poesia?

Eu a reformulo aqui da seguinte maneira: Como a poesia é pensada, no campo discursivo, na relação com o real da história?

Para tentar tocar nesta questão, para ao menos fazer-lhe borda, proponho ler a nota 4 do sétimo capítulo da primeira parte de *A Língua Inatingível*, intitulado “A irrupção do equívoco no real”, em que há uma menção ao poeta Rimbaud, mais especificamente ao seu poema escrito depois da queda da Comuna de Paris, destacando o verso: “Aí estou, aí estou sempre” (Rimbaud apud GADET; PÊCHEUX [1981], 2004, p. 66). Essa nota, cuja numeração é apresentada sobre o nome de Rimbaud, refere-se à seguinte afirmativa:

A irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua: 1789, 1870, 1917... essas datas históricas correspondem na linguagem a momentos privilegiados: a instauração do francês nacional, a ‘mudança de forma’ da métrica francesa tradicional introduzida por Rimbaud, e o surgimento das ‘vanguardas’ literárias, poéticas e linguísticas, no campo do outubro russo.

Toda desordem social é acompanhada de uma espécie de dispersão anagramática (Baudrillard), que constitui um emprego espontâneo das leis linguísticas do valor: as massas ‘tomam as palavras’, e uma profusão de neologismos e de transcategorizações sintáticas induzem na língua uma gigantesca ‘mexida’, comparável, em menor proporção, àquela que os poetas realizam (GADET; PÊCHEUX [1981], 2004, p. 64).

---

<sup>47</sup> Trago esta observação acerca das distinções possíveis entre os termos poesia e poético a partir de um diálogo breve que mantive por e-mail com o professor Alcir Pécora, a quem dirijo meus agradecimentos pela atenção dada.



O poeta e as massas. Eis aqui o destaque que pretendo dar nesta discussão. Observo que há algo a se dizer acerca do que a língua é capaz de fazer. Dessa capacidade da língua, o saber fazer é destacado pela figura do poeta e das massas: o poeta faz com a língua de forma radical – o poeta é o acelerador de partículas da linguagem. Entretanto, o que fazem os poetas com a língua, também as massas o fazem, em menor proporção – trata-se, para um e para outro, nada mais nada menos do que o emprego das leis linguísticas do valor. Nesse sentido, o equívoco (poético) irrompe na história. **O que se produz** em meio à **desordem social** na história da Revolução de 1917, no terreno da linguagem, é da ordem de uma **dispersão anagramática**, em que **neologismos e “transfigurações sintáticas”** são produções comuns tanto ao poeta quanto às massas.

O poético assim pensado, em sua correspondência com o equívoco, é articulado à questão que respeita ao funcionamento da linguagem em sua relação com a história. Nesse sentido, acontecimentos históricos produzem mudanças (políticas) no terreno da linguagem. Para Baldini (2012), trata-se de pensar o real da história na coextensividade de língua e poesia: “Tese que os autores [Gadet e Pêcheux] procuram demonstrar a partir da Revolução de 1917, em que o ímpeto inicial de desordem de todo princípio estabelecido (inclusive da língua) se fecha no burocratismo assassino de Stálin e de sua política linguística” (BALDINI, 2012, p. 64).

Quero agora colocar na relação com a formulação recortada acima da nota 4, um outro recorte que faço, também de *A Lingua Inatingível*, desta vez do capítulo onze, intitulado “A dupla face do Gigante Maiakovski”, em que a voz do poeta se junta às vozes das massas. Nesse sentido, pode-se considerar que o poeta não só representa as massas, como são as massas. Nessa fusão, temos a fórmula do “poeta-operário”, tal como podemos observar na seguinte formulação:

Há, assim, em Maiakovski, um poeta-operário, irmão de todos os que nos intervalos do trabalho de fábrica ou dos campos tomam da palavra e da pena, diante daqueles cuja profissão é falar e escrever;

“O trabalho é vivo e novo  
Oradores tagarelas  
Ao moinho!  
Aos moleiros!  
Que a água dos discursos faça girar as mós!”

Maiakovski não fala apenas por essas pessoas, mas com elas, no espaço embrionário de uma revolução cultural que não chega a se formular completamente... (GADET; PÊCHEUX, [1981], 2004, p. 83-84).

O poeta aparece significado como um trabalhador no terreno da revolução. É importante observar que não se trata de pensar o poeta como o herói da revolução, o que conduziria o debate para o terreno idealista. Antes, na direção de considerar que não é o homem que faz a história, mas a luta de classes, tal como anteriormente discutido, o que se marca nessa formulação é o lugar do poeta na própria luta de classes: ao lado dos trabalhadores do campo ou das fábricas. O porta-voz das vozes que se situam do lado de cá na luta de classes. Nessa direção, seguindo René Balibar, Pêcheux dirá que “Talvez houvesse somente um mito do poeta” (ibid., p. 66).

A tese do “mito do poeta”, a meu ver, aponta uma vez mais para uma tentativa de desmistificação da poesia como “trabalho extraordinário com o significante” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 52) e o poeta como o herói da revolução. Além disso, desmistifica o poeta como o único capaz de saber-fazer com a língua, como se poderá destacar do enunciado que segue:

Finalmente os formalistas, reunidos no Círculo Linguístico de Moscou [...], iniciam o estudo científico da língua e das leis da produção poética: **trazem assim sua contribuição à revolução proletária, desmistificando as obscuridades místico-literárias da “linguagem dos deuses”** [...] (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 73 – o negrito é meu).

O que quero colocar em destaque diz respeito à poesia, ao poeta e à história da luta de classes: a poesia no terreno da linguagem, e no terreno da revolução. Essa é uma observação fundamental para se colocar em relevo, levando em conta os(s) lugar(res) que ocupa(m) o poético na teorização de Michel Pêcheux.

Sobre a relação, do poético com a história, sobretudo a história das revoluções, além do livro de 1981, outro trabalho de Michel Pêcheux que considero importante de ser mencionado é o artigo de 1982 publicado originalmente na revista *L'Homme et la Société*, intitulado “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”. Também nesse artigo o poético é referido no âmbito das discussões que Pêcheux propõe sobre três espaços históricos diferenciados: o da Revolução Francesa de 1789, o da revolução socialista no século XIX, e o das revoluções proletárias do século XX. A questão que o interroga diz respeito às relações travadas nesses momentos históricos distintos, entre língua e história.

A menção ao poético nesse artigo que me interessa destacar é essa que aparece já na epígrafe:

O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não é, traz de volta o que desapareceu. (Benveniste apud PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 7)

Pela voz de Benveniste, os poetas são saudados como aqueles que deram voz, fizeram audível aquilo que foi sentido, mas não falado. Entretanto, uma vez mais observo: que os poetas emprestem a voz ao homem, isso não pode ser compreendido como da ordem do individual, nem tampouco do universal, mas do histórico. Nessa direção, poder-se-ia pensar o poético como ato revolucionário, e por essa via, pensar também em formas de resistências. Pêcheux nos traz uma esclarecedora definição de *resistência*:

As resistências: não entender ou entender errado; não ‘escutar as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras[...]. E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do sem sentido (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17).

Essa definição de resistência, que me remete, em um primeiro momento, àquilo que é da ordem do infantil: *as crianças fazem isso*, me remete também, seguindo Pêcheux, ao que fazem as massas quando “tomam as palavras” e produzem uma gigantesca “‘mexida’, comparável, em menor proporção, àquela que os poetas realizam” (GADET; PÊCHEUX [1981] 2004, p. 64). Nesse caso, não se trata de pensar a resistência apenas como coisa de criança, ou um privilégio da poesia, mas como coisa de língua, que permite a quebra de rituais, a transgressão de fronteiras...

E o poeta... continua esse acelerador de partículas no terreno da linguagem, e um operário no terreno da revolução, esse mesmo que tem

o prazer de brincar com as palavras e sobre as palavras, e a arte de usá-las como uma arma (“a cavalaria das lanças”); o gosto pelas aproximações inesperadas, pelas deformações significantes explorando todos os recursos da fonologia, da morfologia e da sintaxe russas; a irresistível vontade de “abrir a língua como se abre o pescoço” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 83-84).

É do poeta que se trata nesse enunciado, mas bem poderia ser de Saussure... porque do poeta, talvez só exista mesmo o mito.

É também da poesia que se trata nesse enunciado, compreendida como arma no movimento revolucionário de 1917. Mas bem poderia ser uma referência à palavra das massas... porque, na relação com o real da história, talvez não haja poesia.

## E SOBRETUDO MUITOS PONTOS DE INTERROGAÇÃO

*Uma razão*  
*Um toque de teu dedo no tambor desencadeia todos*  
*os sons e dá início a uma nova harmonia.*  
*Um passo teu recruta novos homens, e os põe em*  
*marcha.*  
*Tua cabeça se vira: o novo amor! Tua cabeça se*  
*volta, – o novo amor!*  
*Muda nossos destinos, acaba com as calamidades, a*  
*começar pelo tempo, cantam estas crianças,*  
*diante de ti. Semeia não importa onde a substância*  
*de nossas fortunas e desejos, pedem-te.*  
*Chegada de sempre, que irás por toda parte.*  
*Rimbaud*

Nesta pesquisa, me propus a reconstituir certas articulações trazidas por Michel Pêcheux em torno do poético. A pergunta norteadora fora retomada insistentemente ao longo desta escrita (ainda que, nem sempre, em *Times 12*): *Mas, o que faz a poesia? Esta é a questão que repousa no horizonte desta pesquisa e me move. E meu esforço aqui será o de compreender de que modos ela (se) move (n)o trabalho de Pêcheux.* Ao tentar compreendê-la, observei que reformulá-la seria produtivo: *O que não faz a poesia no projeto teórico desse filósofo materialista?* E o sentido que se produziu a partir desta reformulação, ainda que lacunar, foi: A poesia não faz cessar. Tentarei dizer algo a este respeito.

A poesia possibilita que a proposta de trabalho que Pêcheux apresenta para o terreno dos estudos da linguagem se desloque. O que pude apontar acerca desse deslocamento toca na impossibilidade de se compreender a retificação como da ordem do corrigível e nessa esteira, a ambiguidade e o erro, como da ordem do eliminável. É o equívoco da língua que se deve considerar.

Por essa compreensão, que se deve à interlocução de Michel Pêcheux com J.-C. Milner, a relação da ambiguidade, da falha e do equívoco com a poesia se sustenta nos artigos de fé que Pêcheux toma do linguista (“nada da poesia é estranho à língua” e “nenhuma língua pode ser pensada completamente, se a ela não se integra a possibilidade de sua poesia”). Daí por diante, Pêcheux segue mostrando que ainda que a linguística não possa deixar de construir alguma metalinguagem, ela não poderá ser uma metalinguagem – o real da língua não pode se tornar um objeto residual para a linguística:

mais do que celebrar ou lamentar a valorização do **real da língua**, tratar-se-ia então de pensá-la como um corpo atravessado por falhas, ou seja, **submetido à irrupção interna da falta** (PÊCHEUX, [1982] 1999, p. 28 – o negrito é meu).

Esse enunciado faz eco ao enunciado que analisei acima: *a irrupção do equívoco afeta o real da história*. O substantivo irrupção é trazido nos dois enunciados na relação com o real. Aqui, algo fundamental a se observar: quando se trata do real, não há controle, antecipação por parte de um sujeito consciente e centrado. O que *irrompe* é sempre da ordem de um saber insabido: “(‘isso [ça] pensa!’)” (PÊCHEUX, [1978] 2009, p. 280), do saber inconsciente.

Ainda no que se pode depreender do significante *irrupção* nessas formulações, apresento-o na relação com o que Pêcheux afirma serem “dois pontos incontornáveis”:

não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar” e “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’ (PÊCHEUX, [1978], 2009, p. 280 – aspas do autor).

O que destaco da relação que proponho entre o significante *irrupção* e os *dois pontos incontornáveis* diz respeito à possibilidade de pensar na irrupção do equívoco como forma de resistência, indicando que algo, ao mesmo tempo em que constitui, sempre escapa à língua (o equívoco, a falha, a ambiguidade o atestam); ao sujeito (o lapso, o *witz*, o trabalho do sonho são testemunhos disso) e à história (a contingência não nos deixaria duvidar disso). Ou nas palavras de Pêcheux, não há ritual sem falhas. Por essa via, **poético e equívoco** estão juntos, constitutivamente.

Considero ainda a força semântica do significante *irrupção* e ousar pensar que o poético *irrompe* na Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Não como um salto, uma vez que, em uma visada histórica, não se considera a história de uma ciência ou de uma disciplina como crônica, portanto não se trata de marcar o momento da aparição triunfal do poético na Análise do Discurso materialista, mas, sim, de assinalar que na relação com o equívoco, a força do poético na teorização de Michel Pêcheux irrompe e afeta o real da história de sua proposta da Análise do Discurso.

O que pretendo afirmar é que o poético significou uma aposta alta no projeto da Análise do Discurso. Considerar a poesia como constitutiva da linguagem impôs à sua disciplina que ela se tornasse outra coisa. Isto porque, para bem longe da obsessão pelas paráfrases, a Análise do Discurso reformulara sua proposta para a de uma posição de trabalho que tomasse partido por uma leitura que se distanciasse do narcisismo da estrutura ou do discurso sem sujeito. A questão da ética e da responsabilidade é posta na linha de frente da disciplina de interpretação proposta por Michel Pêcheux.

A questão que se coloca a respeito da ética e da responsabilidade asseverada por Pêcheux, diz de um compromisso a ser assumido com o real: “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 43). Nesse caso, negar o equívoco é acreditar que exista metalinguagem, é iludir-se diante da crença de que sempre se pode saber do que se fala, é negar, portanto, “o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” – é acreditar, assim, em fantasma – mais propriamente “no fantasma da ciência régia” (ibid., p. 53).

Na esteira dessas considerações, e amparada pelo conceito de ruptura tal como apresentado no campo materialista, indago: Seria legítimo pensar que a irrupção do poético produziu uma ruptura epistemológica na história da Análise do Discurso materialista?

A compreensão que ousar pensar é a seguinte: o poético, com a força que ele foi se formulando no interior da teoria de Pêcheux, faz parte das condições de produção do campo discursivo que, ao recusar o estruturalismo, (re)formula-se a partir do materialismo. Ou seja, tem-se construída uma posição teórico poética da Análise do Discurso materialista, e essa posição constrói um terreno outro que o do estruturalismo. Nesse sentido, **poético e político** estão juntos, constitutivamente.

Nesse caso, destaquei ainda que a crítica que Pêcheux tece à surdez do estruturalismo à poesia da língua avança sobre o terreno político. Nesse terreno, Pêcheux acusa o estruturalismo de aristocrático e coloca o acento de sua denúncia na posição teórico poética do movimento. Cito Pêcheux textualmente:

no limite, os proletários, as massas, o povo... teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos de ordem simbólica não os concerniriam! Neste ponto preciso, a posição teórico poética do movimento estruturalista é insuportável (PÊCHEUX, [1983], 2006, p. 53).

Essa crítica de Michel Pêcheux também indica algo da construção de sua própria posição teórico poética no campo materialista do discurso.

Essa posição reconhece os efeitos que os jogos simbólicos produzem no âmbito político, reconhecendo assim, que há o real da história. Essa posição reconhece ainda que entre a regra e o deslize, está o sujeito de desejo. Portanto, é uma posição que não reduz os proletários e as massas à condição de máquinas, mas coloca ao lado deles a figura do poeta, ele mesmo como trabalhador, do lado de cá da luta de classes, que dirá:

O trabalho é vivo e novo  
Oradores tagarelas  
Ao moinho!  
Aos moleiros!  
Que a água dos discursos faça girar as mós!

E o discurso gira:

“Tua cabeça se vira: o novo amor!  
Tua cabeça se volta, – o novo amor!”

O amor, dirá Lacan, é nesse poema de Rimbaud, signo de que se troca de razão.

Por essa orientação, ousou concluir que a poesia na obra de Pêcheux se dirige a essa nova razão. “Mudamos de razão, mudamos de discurso” vai dizer Lacan.

O que pretendo afirmar é que o poético significou uma aposta alta no projeto da Análise do Discurso. Considerar a poesia como constitutiva da linguagem impôs à sua disciplina que ela se tornasse outra coisa. Isto porque, para bem longe da obsessão pelas paráfrases, a Análise do Discurso reformulara sua proposta para a de uma posição de trabalho que tomasse partido por uma leitura que se distanciasse do narcisismo da estrutura ou do discurso sem sujeito. A questão da ética e da responsabilidade é posta na linha de frente da disciplina de interpretação proposta por Michel Pêcheux.

A questão que se coloca a respeito da ética e da responsabilidade asseverada por Pêcheux, diz de um compromisso a ser assumido com o real: “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 43). Nesse caso, negar o equívoco é acreditar que exista metalinguagem, é iludir-se diante da crença de que sempre se pode saber do que se fala, é negar, portanto, “o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” – é acreditar, assim, em fantasma – mais propriamente “no fantasma da ciência régia” (ibid., p. 53).

Na esteira dessas considerações, e amparada pelo conceito de ruptura tal como apresentado no campo materialista, indago: Seria legítimo pensar que a irrupção do poético produziu uma ruptura epistemológica na história da Análise do Discurso materialista?

A compreensão que ousou pensar é que o discurso gira com a poesia. Gira com a força com que o poético foi se formulando no interior da teoria de Pêcheux, passando a fazer parte das condições de produção do campo discursivo que, ao recusar o estruturalismo, (re)formula-se a partir do materialismo. Tem-se assim construída uma **posição teórico poética da Análise do Discurso materialista**, e essa posição constrói um terreno outro que o do estruturalismo.

Chego ao ponto final necessário a uma escrita que se reconhece não totalizante assumindo que o que pude concluir dessa incursão pelo projeto teórico de Michel Pêcheux não se pode encerrar na expressão *c'est ça*. E não é isso porque, ao contrário de *cessar*, continuar é *ne cessá rio*. Assim, para o lugar das Considerações Finais, sigo Michel Pêcheux

com seu subtítulo *E sobretudo muitos pontos de interrogação*, apresentando-o como um convite ao saber, *mais, ainda*.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Textos de Michel Pêcheux

- (1982) Apresentação da Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Silvana M. Serrani; Suzy Lagazzi. Campinas: Editora Unicamp, 2010, p, 251-279.
- CONEIN, Bernard ; COURTINE, Jean Jacques ; GADET, Françoise ; MARANDIN, Jean Marie ; PÊCHEUX, Michel. (1979) Questions initiales. In **Matérialités discursives**. Lille: Press Universitaire de Lille, 1981.
- FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel (1969) **Sobre a História das Ciências**. Lisboa: Editorial Presença, 1971.
- FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani [et. al]. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 159-249.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. (1977) Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Trad. Eni Orlandi. Editora Pontes, 2011. p. 295-310.
- \_\_\_\_\_. (1981) **A Língua Inatingível** – o discurso na história da linguística. Trad. Bethânia Mariani. Campinas: Pontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. (1991) A Língua Inatingível. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Trad. Sérgio Augusto Freire de Souza. Editora Pontes, 2011. p. 93-105.
- GADET, F.; HAROCHE, C.; HENRY, P. ; PÊCHEUX, Michel. (1982) Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Trad. Pedro de Souza. Editora Pontes, 2011. p. 55-71.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. (1971) A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2007.
- HERBERT, Thomas. (1966) Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Trad. Mariza Vieira e Laura A. Perrella Parisi. Editora Pontes, 2011. p. 21-54.
- PÊCHEUX, Michel. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma

introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 59-158.

- \_\_\_\_\_. (1975) **Semântica e discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- \_\_\_\_\_. (1977-1978) As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Trad. Suzy Lagazzi. Editora Pontes, 2011. p. 251-273.
- \_\_\_\_\_. (1978) Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês; início de uma retificação. Anexo III. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Trad. Eni Orlandi [et. al] Campinas: Editora Unicamp, 2009. p. 269-281.
- \_\_\_\_\_. (1981) Análise de Discurso e Informática. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Trad. Cristiane Dias. Editora Pontes, 2011. p. 275-282.
- \_\_\_\_\_. (1982) Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.19, jul./dez. 1990. p. 7-24.
- \_\_\_\_\_. (1982) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) [et al.]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.
- \_\_\_\_\_. (1982) Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Editora Pontes, 1999. p. 7-32.
- \_\_\_\_\_. (1983) A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani [et. al]. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 307-315.
- \_\_\_\_\_. (1983) **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas-SP: Pontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. Le discours : structure ou événement ? In : MALDIDIER, D. (éd.) L'inquiétude du discours – textes de Michel Pêcheux. Paris : Éd. De Cendres, 1990. p. 303-323.
- \_\_\_\_\_. (1984) Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Traduzido por Eni Orlandi. Editora Pontes, 2011. p. 151-161
- \_\_\_\_\_. (1984) Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Trad. Eni Orlandi. Editora Pontes, 2011. p. 151-161
- \_\_\_\_\_. (1984) Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Trad. Eni Orlandi. Editora Pontes, 2011. p. 283-296.

\_\_\_\_\_. (1984) Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes, **Décalages**: Vol. 1: Iss. 4. 2014. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>>

## Referências gerais

- ALTHUSSER, L. (1976/1978) **Freud e Lacan; Marx e Freud**. Tradução e notas Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- A. P. Tchekhov. O Duelo. Tradução de Marina Tenório. São Paulo: Editora 34, 2014.
- ARISTOTELES. **Poética**. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BALDINI, L.J.S. Lalingua inatingível. In: MARIANI, B; ROMÃO, L. M. S; MEDEIROS, V. (Org.). **Dois campos em (des)enlaces**: discursos em Pêcheux e Lacan. 1.ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 63-76.
- BARBOSA FILHO, F. R. **Língua, arquivo, acontecimento: trabalho de rua e revolta negra na Salvador oitocentista**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto estudos da linguagem. 2016.
- BARTHES, R. (1963) A Atividade Estruturalista. In COELHO, Eduardo Prado (org.) **Estruturalismo** - Antologias de textos teóricos, São Paulo: Martins Fontes, s.d. p. 19-27.
- BARTHES, R. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BECKETT, Samuel. Esperando Godot. Tradução de Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Cosac Naify Andrade, 2005.
- \_\_\_\_\_. Malone morre. São Paulo: Códex, 2004.
- BOUQUET, S.; ENGLER, R. Prefácio dos editores. In: **Escritos de linguística geral**. BOUQUET, S.; ENGLER, R. (orgs.). São Paulo: Cultrix, 2004. p. 11-17.
- CAMPOS, H. O poeta da linguística. In CAMPOS et al. (orgs) Linguística. Poética. Cinema. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 183-193.
- CAMPOS, H. **A operação do texto**. São Paulo: Perspectivas, 1976.
- CELADA, M.T. O que quer, o que pode uma língua - Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade. **Letras (UFSM)**, v. 37, p. 37-56, 2009.
- COELHO, E.P. (1967) Introdução a um pensamento cruel: Estruturas, Estruturalidade e Estruturalismos. In COELHO, Eduardo Prado (org.) **Estruturalismo** – Antologias de textos teóricos, São Paulo: Martins Fontes, s.d. p. III-LXXV.

- DE LEMOS, C.T.G. Poética e significante. *Letras & Letras*, Uberlândia 25 (1) 207-218, jan./jun. 2009.
- DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o Estruturalismo, in **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo I**. O Campo do Signo, 1945/1966. Campinas, SP: Ensaio: UNICAMP, 1993-94.
- DURAS, Marguerite. O deslumbramento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- EVANGELISTA, Walter José. Althusser e a psicanálise – Introdução crítico-histórica. In ALTHUSSER, L. (1976/1978) **Freud e Lacan; Marx e Freud**. Tradução e notas Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. (1966) Entrevista com Michel Foucault. In COELHO, Eduardo Prado (org.) **Estruturalismo** – Antologias de textos teóricos, São Paulo: Martins Fontes, s.d. p. 29-43.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GADET, F. Prefácio. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Lourenço C. Filho; Manoel Gonçalves. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 7-10.
- GADET, F; LEON, J.; MALDIDIER, D.; PLON, M. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Lourenço C. Filho; Manoel Gonçalves. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 39-58.
- HENRY, Paul. A História não Existe? In: ORLANDI, Eni (Org.) **Gestos de Leitura**. Da História no Discurso. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 23-59.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani [et. al]. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 11-38.
- JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: *Linguística e comunicação*. São Paulo, 2010. p. 150-207.
- JAKOBSON, 1978. O que é poesia? In. TOLEDO, D. (org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- LACAN, Jacques. (1972-3) **O seminário**, livro 20. mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

- LACAN, Jacques. (1961) A metáfora do sujeito. In. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998. p. 903-907.
- LACAN, Jacques. (1955-56) **O Seminário**, livro 3. As psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. (1957) A instancia da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998. p. 496-533.
- LACAN, Jacques. (1965) Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein. In **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 198-205.
- LACAN, Jacques. (1968-1969) **O seminário**, livro 16. de um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.
- LACAN, Jacques. (1971) **Estou falando com as paredes** – conversas na Capela de Sainte-Anne. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.
- LACAN, Jacques. (1971-2) **O seminário**, livro 19. ... ou pior. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2012.
- LACAN, Jacques. (1972-1973) **O seminário**, livro 20. Mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.
- LACAN, Jacques. (1972) O Aturdido. In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003. p. 448-497.
- LACAN, Jacques. (1973) Televisão. In: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003. p. 508-543.
- LACAN, Jacques. (1975-1976) **O seminário**, livro 23. O sinthoma. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2007.
- LACAN, Jacques. (1976-77) **Séminaire 24**. L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre. Inédito. Transcrição em francês disponível em: <<http://staferla.free.fr/S24/S24%20L'INSU....pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- LAGAZZI, Suzy. Análise de Discurso e Michel Pêcheux: uma relação de nunca acabar. **Anais do I SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso** [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <<http://www.analisedo discurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead1.html>>
- LAGAZZI, Suzy. Em Torno da Prática Discursiva Materialista. **Revista Organon**. v.30, nº 59, 2015. DOI: <<http://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.57217>>
- LECOURT, Dominique. **Para uma crítica da epistemologia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re) ler Michel Pêcheux Hoje. Pontes, campinas, 2003.

- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: **Gestos de Leitura**. Eni Orlandi (org.). Ed. Unicamp. 3ª ed. 2010. p. 9-22.
- MEIRELES, C. “Todas as coisas têm nome”. **Cecília de bolso**, uma antologia poética. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 144.
- MILNER, J.-C. **A Obra Clara** – Lacan, a ciência, a filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- MILNER, J.-C. **El périple estructural** – Figuras y paradigmas. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- MILNER, J.-C. Le bonheur par la symetrie. **Cahiers CISTRE**. v. 5 Jakobson. Ed. L'age d'homme, 1978. p. 53-56.
- MILNER, Jean-Claude. (1978) **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MOTTA, V.R.A. Eu não entendo! Um texto omissivo e uma "injunção à interpretação" em língua estrangeira. **Linguagens & Cidadania**, v. 14, jan./dez., 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1516849223852>.
- MOTTA; V.R.A.; TURRA, B.M. Em matéria de ensino de língua, o método pode faltar. In **Dissol**. Pouso Alegre, ano I, nº 1, out/2014, p. 1-10.
- NUNES, José Horta. O Discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**. São Paulo, 52 (1), 2008. p. 81-100
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**. Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 6ª edição, 2005.
- ORLANDI, Eni. Apresentação. In: Orlandi, E. (org.). **História das ideias linguísticas** – construção de um saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat editora, 2001. p. 7-20.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. In: **Discurso em análise** – sujeito, sentido, ideologia”. Pontes. Campinas, 2012. p. 179-186.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 11-20.
- ORLANDI, Eni. **Terra à vista – discurso do confronto**: velho e novo mundo. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

- PFEIFFER, C.R.C. O fogo que desengessa e mobiliza – uma entrada na obra de Michel Pêcheux. In: Indursky e Ferreira [org.]. **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. (167/172). Ed. Clara Luz. São Carlos. SP. 2005.
- PINCERATI, W.D. A loucura das palavras na psicose. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012
- PINHEIRO, P. Introdução. In ARISTOTELES, **Poética**. São Paulo: Editora 34, 2015. p. 7-34.
- RIBEIRO, T.M. **Jogo nas regras, jogo sobre as regras**: jogo, valor e real da língua na obra de Michel Pêcheux. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto estudos da linguagem. 2016.
- RIMBAUD, A. Uma razão.
- SASSURE, F. de. (1891) Sobre a essência dupla da linguagem. In: **Escritos de linguística geral**. BOUQUET, S.; ENGLER, R. (orgs.). São Paulo: Cultrix, 2004. p. 21-80.
- SAUSSURE, F. de. (1916) **Curso de linguística geral**. BALLY, C. ; SECHEHAYE, A. (orgs.), Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum (1970). São Paulo: Cultrix, 2006.